

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

134

134

SALVADOR • JULHO DE 2005



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior

Edmundo Sá B. Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto

João Paulo Caetano Santos (Bolsista FAPES)

EQUIPE TÉCNICA

Alynson dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)

Carla Janira Souza do Nascimento (Bolsista FAPES)

Fabiana Karine Pacheco dos Santos (Bolsista FAPES)

Joseanie Aquino Mendonça (Bolsista FAPES)

Nícia Moreira da Silva Santos (Estagiária)

NORMALIZAÇÃO

Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

REVISÃO

Ana Lúcia Pereira

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Karol Farias

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005.

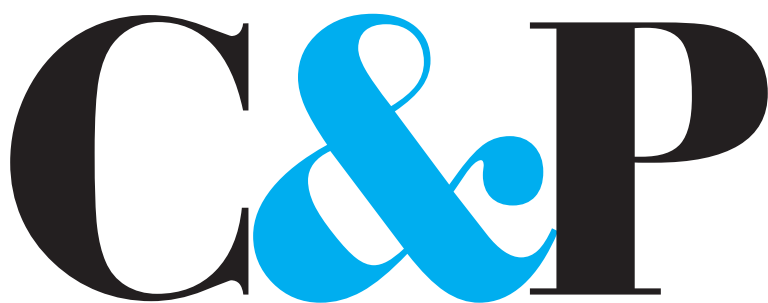
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Cenário indefinido na conjuntura baiana

Carla do Nascimento
Alynson Rocha
Fabiana Pacheco
Joseanie Mendonça
Roberta Lourenço

4

Conjuntura Econômica Baiana 14

Artigos

Panorama brasileiro: taxas de crescimento industrial começam a infletir

Paulo Henrique Carvalho e Silva
Antônio Plínio Pires de Moura

24

Entrando na vida adulta: a inserção dos jovens no mercado de trabalho

Thaiz Silveira Braga

31

A administração pública e seus modelos: também modismos?

Mercejane Wanderley Santana

38

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos totalizam R\$ 18,7 Bi

48

Notícias 52

Legislação 55

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 58

Indicadores Sociais 64

Finanças Públicas 73

Carta do Editor

A reestruturação produtiva da economia brasileira, na década 1990, causou mudanças significativas no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que elevava a produtividade da força de trabalho. O movimento de elevação da produtividade reduziu o número do nível de emprego, que não foi recuperado com a expansão econômica da segunda metade da década.

A situação do desemprego se agravou com o aumento acentuado da População Economicamente Ativa (PEA), nos últimos anos, principalmente entre os jovens. Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Thaiz Silveira Braga analisa no artigo Entrando na vida adulta: a inserção dos jovens no mercado de trabalho esse processo de exclusão do jovem do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS), destacando que 45,7% dos jovens estavam desempregados em 2003.

No artigo As Malditas Formas Materiais da Subsunção, Heron Albergaria de Melo também aborda a exclusão social, embora de maneira mais abrangente, mostrando que o crescimento econômico induziu a redução progressiva da absorção de mão-de-obra pelo sistema produtivo, em que os excluídos são levados à precarização das condições de trabalho e à perda de direitos sociais.

A solução desses problemas (exclusão e desemprego) passa necessariamente pelo crescimento econômico, condição necessária, mas insuficiente se não for acompanhada de outras medidas como crescimento populacional adequado; qualificação da mão-de-obra com capacidade para incorporar os avanços tecnológicos; e, não menos importante, a infraestrutura moderna para aumentar a competitividade sistêmica da economia.

A elevação da produtividade foi o elemento fundamental para o crescimento econômico e o aumento da competitividade. Para que o PIB cresça a taxas expressivas com inclusão social se faz necessária uma combinação da produtividade com investimento. Este é o desafio a ser enfrentado pela economia brasileira nos próximos anos para atingir taxas de crescimento acima de 5% ao ano.

Cenário indefinido na conjuntura baiana¹

Carla do Nascimento*
Alynson Rocha*
Fabiana Pacheco*
Joseanie Mendonça*
Roberta Lourenço*

O presente artigo pretende apresentar os primeiros resultados conjunturais da economia baiana para o ano de 2005, tendo como referência o panorama nacional.

Economia brasileira

No decorrer do primeiro trimestre de 2005, acentuaram-se os sinais de um gradual arrefecimento do processo de expansão da economia brasileira, iniciado no terceiro trimestre de 2003.

O PIB, divulgado pela pesquisa Contas Trimestrais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apresentou crescimento dessazonalizado de 0,3% no primeiro trimestre de 2005 em relação ao último trimestre de 2004. O crescimento foi sustentado pelo setor de agropecuária, que registrou, na mesma base de comparação, expansão de 2,6%, enquanto a indústria e os serviços apresentaram quedas de 1% e 0,2%, respectivamente.

Os resultados pouco satisfatórios para o primeiro trimestre do ano levaram a revisão do crescimento do PIB de 3,5% para 2,8%, por parte do IPEA (2005). Os motivos que levaram a uma revisão de valores estão relacionados ao nível de investimentos abaixo do projetado e à política monetária restritiva e duradoura. Ainda segundo dados das Contas Trimestrais do IBGE, houve redução de 3% na formação bruta de capital fixo, propiciada pela acentuada queda nos investimentos em maquinário agrícola e ao desempenho

negativo da produção de produtos siderúrgicos para construção civil. Mas o principal motivo da queda no investimento ainda são as elevadas taxas de juros.

Em relação ao nível de atividade dos setores da economia, projeta-se para o setor agropecuário, em 2005, um crescimento de 3,4%; para a indústria um incremento de 3,8% e para o comércio um aumento de 3,5% (IPEA, 2005).

A produção industrial, conforme o indicador da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), após expansão de 8,3% em 2004, teve crescimento acumulado de apenas 4,5% no primeiro quadrimestre de 2005, segundo dados do IBGE.

A análise dos segmentos permite observar que contribuíram positivamente para o crescimento industrial no período os veículos automotores, com crescimento de 12,4%, em função da produção de automóveis; material eletrônico e de comunicações (14,0%), no qual se destacam os telefones celulares; farmacêutica (13,7%), tendo os medicamentos exercido maior influência; e edição e impressão (9,4%) com destaque para as revistas. A maior influência negativa ficou por conta do setor de refino de petróleo e produção de álcool, com uma queda de 0,4%.

¹ Artigo apresentado na Reunião do Núcleo de Estudos Conjunturais em 06/07/2005.

* Economistas, bolsistas Fapes e membros do Núcleo de Conjuntura da SEI.

Para as categorias de uso registraram-se os seguintes resultados: bens de consumo com crescimento de 7,7%, bens intermediários com incremento de 2,1% e os bens de capital com taxa positiva de 2,8%.

Observa-se que os bens de consumo mantêm a tendência de crescimento, enquanto os bens de capital e os bens intermediários têm contribuído para a estabilidade da produção. Pode-se atribuir este fato ao aperto da política monetária, que afeta mais imediatamente os bens de capital e os bens intermediários, ao passo que os bens de consumo estão se beneficiando do crédito ao consumidor (IPEA, 2005).

Em paralelo, as vendas na indústria, de acordo com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), aumentaram, chegando a uma variação de 2,6% no acumulado do ano até abril. O pessoal empregado, da mesma forma, apresentou expansão e chegou a um incremento de 6,5% para o mesmo período, e a massa salarial apresentou também um crescimento de 9,0%. No entanto, o nível de utilização da capacidade instalada obteve um índice de 82,1%, o qual está se reduzindo na comparação com o mesmo período de 2004, mas, mesmo assim, as indústrias operam com níveis recordes de aproveitamento do parque produtivo fabril.

Por categoria de uso, segundo dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o segundo trimestre de 2005, têm-se que os bens intermediários alcançaram o maior nível de utilização (87,5%), seguido dos bens de capital com 82,5% e ficando com o menor nível de utilização os de bens de consumo, com 79,6%. Os materiais de construção apresentaram um nível de utilização da capacidade de 83,8%.

No que se refere ao desempenho do comércio varejista, para o acumulado do ano até abril, registrou-se uma variação de 5,0%, com base nos dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE (2005). A atividade que registrou maior variação positiva foi móveis e eletrodomésticos, com taxa de 19,6%, em função das facilidades de crédito ao consumidor, principalmente devido ao aumento nos prazos de pagamentos concedidos pelas lojas e devido à ampliação do crédito pessoal, por via dos descontos em folha, que levou a um aumento do consumo de bens duráveis.

O comércio exterior continua a registrar resultados positivos, apresentando um superávit de US\$ 15,6

bilhões no acumulado do ano até maio, com as exportações somando US\$ 43,47 bilhões, crescimento de 27,9% em relação ao mesmo período do ano passado. As importações registraram um total de US\$ 27,83 bilhões, o que corresponde a um incremento de 22,2%.

Apesar do resultado positivo em agricultura nas Contas Trimestrais (IBGE), com taxa de 2,6% no primeiro trimestre, estima-se para a próxima safra da produção agrícola uma produção de grãos de 113.687,8 mil toneladas, inferior em 4,6% à safra anterior, segundo 4º Levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2005). Esta estimativa já reflete os efeitos da seca no Sul do país, quando ocorreram estiagens no Rio Grande do Sul, provocando quebras na produtividade do milho, feijão e soja. As chuvas retornaram, mas atingiram índices acima da média histórica no mês de abril, prejudicando os trabalhos de colheita da soja e afetando a qualidade do grão. Esta seca refletiu-se no investimento em máquinas agrícolas, que apresentou queda 31,7%, segundo dados do IBGE.

Espera-se, portanto, que a desaceleração do crescimento em 2005 não afete muito os investimentos, que já passaram de 19,1% do PIB no quarto trimestre de 2004 para 18,8% no primeiro trimestre de 2005, segundo as Contas Trimestrais do IBGE. A expansão da oferta e da demanda poderá voltar a acelerar-se a partir do segundo semestre, convergindo para um crescimento mais expressivo em 2006, para o qual projeta-se um PIB de 3,5% (IPEA, 2005).

Agricultura baiana: expectativa de modesto crescimento em 2005

Para a agricultura baiana, as estimativas realizadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (LSPA/IBGE), em junho de 2005, indicam um crescimento modesto das principais lavouras baianas, conforme pode ser visualizado na Tabela 1. O crescimento significativo – com índices próximos a 50% somente para grãos – verificado no mesmo período do ano anterior estabeleceu parâmetros de comparação para as safras baianas, justificando a ocorrência de números menos expressivos em 2005.

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas, Bahia: 2004/2005

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha) ³		
	2004 ¹	2005 ²	Var. (%)	2004 ¹	2005 ²	Var. (%)	2004 ¹	2005 ²	Var. (%)	2004	2005	Var. (%)
Mandioca	4.156.403	4.447.073	6,99	345.220	356.907	3,39	334.132	346.561	3,72	12.439	12.832	3,16
Cana-de-açúcar	5.027.980	4.961.149	-1,33	86.967	87.288	0,37	86.742	87.288	0,63	57.965	56.837	-1,95
Cacau	134.780	137.942	2,35	544.068	547.525	0,64	533.529	547.525	2,62	253	252	-0,27
Café	129.598	135.243	4,36	148.253	146.011	-1,51	147.874	146.011	-1,26	876	926	5,69
Grãos	5.119.586	5.330.002	4,11	2.680.932	2.563.400	-4,38	2.492.612	2.447.832	-1,8	2.054	2.177	6,01
Algodão	704.163	867.563	23,2	203.939	259.353	27,17	203.939	259.353	27,17	3.453	3.345	-3,12
Feijão	330.734	411.417	24,4	834.870	704.546	-15,61	704.331	616.618	-12,45	470	667	42,09
Milho	1.610.560	1.451.174	-9,9	759.648	674.501	-11,21	702.029	646.861	-7,86	2.294	2.243	-2,21
Soja	2.364.480	2.505.600	5,97	821.000	870.000	5,97	821.000	870.000	5,97	2.880	2.880	0
Sorgo	109.649	94.248	-14,05	61.475	55.000	-10,53	61.313	55.000	-10,3	1.788	1.714	-4,18

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

¹Estimativas do GCEA/IBGE safra 2004 (dados sujeitos a retificação).

²Estimativas do GCEA/IBGE junho/2005 (dados sujeitos a retificação).

³Rendimento = produção física/área colhida.

Por lavouras, destacam-se as de feijão e de algodão, com crescimentos de 24,4% e 23,2%, respectivamente. Os resultados do feijão são consequência direta das chuvas bem distribuídas em diversas regiões produtoras, contribuindo para a performance da lavoura, especialmente o feijão 2.^a safra. A cotonicultura baiana continua exibindo sinais de retomada e consolidação, com variações positivas de produção, áreas plantada e colhida. O alerta é dado quando se observa o rendimento da lavoura. Nas estimativas do LSPA/IBGE esta se encontra com redução de 3,1%. Além das chuvas em quantidade superior à esperada, que provocaram perdas durante a floração do algodão, tem-se novamente a ameaça do bicudo, responsável por grandes perdas na lavoura durante os anos 1980. Já se verifica a ocorrência do bicudo no oeste do Estado, demandando maior controle de pragas pelos agricultores e demais agentes relacionados à lavoura.

Mandioca e soja também são destaques positivos da agricultura baiana. A safra de mandioca apresenta crescimento de aproximadamente 7,0% para 2005. Esse resultado ainda reflete o aumento da demanda pela raiz em 2003/2004, com elevação de preços, estimulando os produtores para a safra seguinte (a corrente). Isso pode ser verificado nos números da área plantada (3,4%) e da área colhida (3,7%) que figuram entre os maiores aumentos percentuais do LSPA/IBGE de junho de 2005. A soja apresenta expansão de 6,0% da produção, ultrapassando as 2,5 milhões de toneladas. As principais preocupações

dos sojicultores baianos são bastantes conhecidas e repetem-se na atual safra: ferrugem asiática, preços dos grãos nos mercados internacionais e preços dos insumos. Com a recente valorização do Real frente ao Dólar, essas preocupações ganham força, como verificado no restante do país.

Café e cacau complementam as lavouras com variações positivas de produção na Bahia, segundo o LSPA/IBGE de junho de 2005. A cafeicultura baiana aparentemente apresenta um movimento contrário ao observado nas demais regiões produtoras do Brasil. Normalmente, após uma safra de bons resultados, como em 2004, a safra seguinte apresenta redução de produção. Deve-se à própria característica da bianualidade da lavoura. O aumento de 4,4% da produção de café pode representar maiores ganhos para os produtores baianos, pois, em virtude da redução da produção nacional, já se observa a recuperação dos preços no mercado interno. Análise da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), por exemplo, indica práticas de preços superiores a R\$ 310,00 a saca de 60 kg do grão, ante a média de aproximadamente R\$ 225,00, em 2004.

As estimativas para a cacauicultura apresentam expansão de 2,3%, ficando no patamar das 138 mil toneladas da amêndoa. Note-se que esse aumento é conseguido particularmente através da expansão da área colhida, uma vez que a expansão da área plantada é de apenas 0,6%. Ou seja, confirma-se a não

incorporação de novas áreas, ou mesmo recuperação de antigas áreas produtoras de cacau na Bahia. Similar à soja, as preocupações dos cacauicultores compreendem a tríade vassoura-de-bruxa, preços internacionais e renegociação das dívidas dos produtores. Dentre as diversas soluções, propõe-se transformar cada propriedade em um estabelecimento produtor de chocolate, numa tentativa de reduzir a visão *comoditizada* da lavoura cacauaieira. Pretende-se criar produtos com a marca Mata Atlântica, objetivando alcançar especialmente mercados europeus.

Milho e cana-de-açúcar figuram entre os destaques negativos das lavouras baianas. A lavoura de milho apresenta queda de aproximadamente 10% da produção. Observando-se a redução de 11,2% da área plantada pode-se inferir que o resultado sinaliza um movimento em direção a outras culturas, especialmente algodão e soja, com rentabilidades mais atrativas. A queda de 1,3% na safra de cana-de-açúcar apenas reflete ajustes em virtude do bom resultado obtido ainda em 2004, quando a safra ultrapassou as 5 milhões de toneladas.

Produção industrial

A atividade industrial no Estado mantém trajetória de crescimento, embora com ritmo de expansão mais moderado que o observado em 2004. O menor ritmo de expansão na indústria era esperado, na medida em que os efeitos dos fatores que impulsionaram a recuperação inicial do setor tornam-se gradativamente menores e que o nível de capacidade instalada atinge patamares elevados.

Com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, do mês de abril, a produção física, referente aos quatro primeiros meses de 2005, acusou um crescimento de 3,9%, resultado sustentado por contribuições positivas de seis dos nove setores pesquisados: produtos químicos (4,8%), alimentos e bebidas (12,1%), veículos automotores (52,6%), celulose, papel e produtos de papel (8,6%), refino de petróleo e produção de álcool (0,6%) e minerais não-metálicos (7,5%).

Os excelentes resultados obtidos pelo setor de produtos químicos nos últimos meses refletem os aumentos na capacidade instalada implementados em 2004, como foi o caso da unidade de PVC, que vem sendo um dos principais produtos responsáveis pela ex-

pansão do setor, além de etileno não-saturado. Como reflexo das expectativas de aumento da demanda dos produtores de resinas termoplásticas e de outros produtores petroquímicos do Pólo de Camaçari estão previstos novos investimentos na central petroquímica para ampliação de unidades ainda em 2005. Para tanto, será implementado mais um desgargalamento em uma unidade produtora de polietileno, gerando um aumento de capacidade instalada para 30.000 t/ano, a iniciar-se em 2006.

Na indústria de alimentos e bebidas destaca-se o crescimento na produção de óleo de soja refinado e de refrigerantes.

Na indústria de celulose e papel, o bom desempenho dos equipamentos na curva de aprendizado da planta de celulose em Mucuri e a inexistência de paradas para manutenção, que ocorreram no último trimestre de 2004, foram favoráveis para os resultados positivos do setor (SUZANO, 2005).

Em maio teve início a fase de testes operacionais na área de produção da fábrica de celulose Veracel, em Eunápolis. A estimativa é de uma produção de 360 mil toneladas de celulose branqueada de eucalipto ainda em 2005, quando a capacidade total anual será de 900 mil toneladas. A fábrica pretende ser uma das mais modernas, tanto no uso de tecnologias e processos avançados, como na adoção dos mais rígidos padrões internacionais de controle ambiental (VERACEL, 2005).

Vale salientar que na indústria de refino de petróleo houve acréscimos nas fabricações de gasolina automotiva e de GLP; por sua vez, a indústria de minerais não-metálicos teve aumento na produção de ladrilhos e placas de cerâmica e de cimento Portland.

Com relação ao refino de petróleo e produção de álcool, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), ocorreu um aumento na produção de derivados de petróleo da Refinaria Landulpho Alves, atingindo, em 2005, o patamar de 4,8 milhões m³, representando um aumento de 5,8% em relação ao período compreendido entre janeiro e abril de 2004. A produção de gasolina aumentou 17,2%, atingindo um total de 168 mil m³, e a de GLP 91 mil m³, com um aumento de 23,8%, sendo estes dois produtos responsáveis pelo bom desempenho do segmento durante o período. Já a produção de óleo combustível caiu 1,9% no mesmo período.

As indústrias de metalurgia básica e borracha e plástico destacam-se pelo resultado negativo observado na Pesquisa Industrial Mensal de abril, quando registraram taxas de -7,9 e -1,7%, respectivamente.

No que se refere à indústria de metalurgia básica, o recuo nas taxas de crescimento do segmento está associado às reduções na fabricação de ouro em barras e de vergalhões de aço ao carbono. A queda na fabricação do produto siderúrgico reflete a acumulação de estoque por parte do ramo de construção civil, diante da perspectiva de reajustes por parte das siderúrgicas. No segmento de cobre, a manutenção das condições do mercado em relação ao mesmo período do ano anterior e a parada para manutenção de 30 dias iniciada em abril não afetaram a produção no período, devido à existência de estoques de anodos (material que precede a produção de cátodo/vergalhão) (CA-RAÍBA METAIS, 2005).

No que se refere ao emprego industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários do IBGE, o nível de pessoal ocupado assalariado aumentou 4,5% no Estado, no período compreendido entre janeiro e abril de 2005, em confronto com igual período de 2004, e contra um aumento de 2,7% para o país. Os ramos que apresentaram aumento no emprego industrial baiano foram: máquinas e equipamentos (61%); produtos de metal (25,3%); calçados e couro (6,8%) e alimentos e bebidas (3,8%).

Em síntese, pode-se concluir que as expectativas de curto prazo para a indústria baiana são positivas, uma vez que os indicadores industriais mostram que o setor produtivo encontra-se em patamar bastante elevado, com acomodação no ritmo de crescimento. Ademais, a continuidade da expansão das exportações e a dinâmica favorável das expectativas setoriais com relação aos investimentos em ampliação da capacidade instalada de muitas unidades industriais e instalação de novas fábricas, tendem a contribuir para o crescimento da indústria nos próximos meses.

Exportações mantêm ritmo de crescimento

O comércio exterior baiano, no acumulado no ano até maio, registrou um superávit de US\$ 692,7 milhões. Esse desempenho ocorreu em decorrência das exportações, que alcançaram US\$ 1,8 bilhões, registrando

um crescimento de 50,5%, e de importações, no valor de US\$ 1,1 bilhões, que registraram um crescimento de 17,7%. A corrente de comércio registrou um crescimento significativo de 36%.

O desempenho crescente das exportações deve-se ao volume e valor exportados dos novos produtos da pauta, como automóveis, calçados, móveis e aparelhos elétricos, bem como pelo aumento dos preços internacionais de *commodities*, principalmente as não agrícolas como o petróleo, ferro, cobre, petroquímicos, dentre outros, decorrente da continuada expansão da economia mundial (PROMO, 2005).

As importações continuam crescentes, em virtude da dinâmica econômica, principalmente do setor industrial, com destaque para as máquinas e equipamentos. Por outro lado, em função do aumento dos preços internacionais intensificaram-se as aquisições externas de combustíveis.

Com esse resultado, a Bahia encontra-se em nono lugar no ranking da participação nas exportações dos Estados, em relação ao total do país. No Nordeste, a Bahia representa mais da metade, cerca de 51%, do total exportado pela região, que participa com cerca de 8,3% do total exportado no país.

O segmento químico/petroquímico liderou a participação no total das exportações estaduais, com 27,7%, alcançando um valor de US\$ 512,3 milhões (Tabela 2). Em seguida, o setor automotivo incrementou as vendas externas com US\$ 358,9 milhões, registrando um crescimento de 62,3%, indicando forte dinâmica dos seus produtos no mercado externo.

As vendas externas de derivados de petróleo registraram um crescimento de 45,9%, em decorrência dos sucessivos aumentos dos preços internacionais, ao passo que o volume exportado cresceu apenas 13,2%.

O segmento dos metalúrgicos registrou um crescimento de 30% no período, alcançando um valor exportado de US\$ 196,1 milhões. Segundo o Promo (2005), “a retração do consumo interno tem levado as empresas do setor a aumentarem as exportações para compensar perdas”, também influenciado pela demanda da China.

Ainda superando as expectativas de alta, as exportações de derivados de soja cresceram 537,1%, atingindo US\$ 70,8 milhões. Esse resultado ocorreu

Tabela 2
Exportações dos principais segmentos, Bahia: Jan./Maio 2004 – Jan./Maio 2005

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var.%	Part. %
	2004	2005		
Químicos e petroquímicos	305.738	512.341	67,58	27,7
Automotivo	221.230	358.989	62,27	19,41
Derivados de petróleo	140.142	204.526	45,94	11,06
Metalúrgicos	122.662	196.196	59,95	10,61
Papel e celulose	109.796	116.608	6,2	6,31
Cacau e derivados	78.241	78.927	0,88	4,27
Grãos, óleos e ceras vegetais	11.114	70.810	537,12	3,83
Minerais	42.027	53.845	28,12	2,91
Café e especiarias	24.898	36.798	47,8	1,99
Couros e peles	30.651	29.880	-2,52	1,62
Sisal e derivados	29.653	25.882	-12,72	1,4
Calçados e suas partes	20.798	25.215	21,24	1,36
Móveis e semelhantes	15.972	25.066	56,94	1,36
Frutas e suas preparações	14.691	23.834	62,24	1,29
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	11.976	14.641	22,25	0,79
Algodão e seus subprodutos	3.349	11.752	250,91	0,64
Pesca e aquicultura	10.158	9.088	-10,53	0,49
Fumo e derivados	4.663	4.045	-13,25	0,22
Demais segmentos	30.716	50.904	65,72	2,75
Total	1.228.475	1.849.347	50,54	100

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 13/06/2005

Elaboração: Promo – Centro Internacional de Negócios da Bahia

devido a uma nova safra recorde, prevista para alcançar 2,5 milhões de toneladas.

As compras externas intensificaram-se em decorrência das aquisições de insumos e matérias-primas para a indústria, também influenciadas pela valorização cambial e pelo aumento das exportações. Todas as categorias de uso registraram aumento, principalmente os itens bens de consumo não duráveis (60,9%) e combustíveis (92,1%). Os bens intermediários que contribuíram para o crescimento foram: sulfetos de minério de cobre, insumos para indústria petroquímica e de material eletro-eletrônico. Já o aumento dos combustíveis foi influenciado pela alta de preços da nafta e de gasolinas.

Os principais países que absorveram os produtos baianos foram os Estados Unidos, Argentina, México, Bahamas (exclusivamente derivados de petróleo) e Alemanha. A participação da América Latina, principalmente para o México, nas exportações baianas vem crescendo nos últimos anos, representando uma maior dinâmica comercial na região apesar das crises políticas. Outros mercados não tradicionais também se destacaram, como a China, Índia, Tailândia, Coreia do Sul e Nigéria.

Das importações baianas por países de origem destacaram-se a Argélia com 14,4%, EUA com 13,6%, Argentina com 13% e Chile com 12%. Já o Nafta continua sendo o maior fornecedor da Bahia (17,4%), seguido da União Européia com 16,2% e o Mercosul com 13,4%. Os principais produtos importados são: nafta para petroquímica, sulfeto de minério de cobre, óleo bruto de petróleo e automóveis, com participações relativas ao total de 17,7%, 11,7%, 10,2% e 5,3%, respectivamente.

Comércio varejista baiano mantém crescimento

No primeiro quadrimestre de 2005, o comércio varejista baiano viveu um momento de expansão dos negócios, após a recuperação do setor em 2004.

A PMC (Pesquisa Mensal de Comércio) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelou um crescimento de 8,1% em 2005 contra 5,1% em 2004, no acumulado do primeiro quadrimestre (Tabela 3). Essa expansão do volume de vendas está alicerçada, sobretudo, pelo aumento do poder de compra das fa-

Massa salarial que vem crescendo neste ano em torno de 6% em termos reais (UFRJ, 2005); ao volume real de crédito para pessoa física que aumentou mais de 20% no período (UFRJ, 2005), e às promoções e liquidações dos varejistas no comércio local.

mílias², o que, por sua vez, se deve ao aumento da massa salarial que vem crescendo neste ano em torno de 6% em termos reais (UFRJ, 2005); ao volume real de crédito para pessoa física que aumentou mais de 20% no período (UFRJ, 2005), e às promoções e liquidações dos varejistas no comércio local.

Nesse resultado, dos segmentos que compõem a PMC, percebe-se que o segmento de móveis e eletrodomésticos obteve os maiores níveis de expansão, passando de cerca de 35,6% no acumulado do primeiro quadrimestre de 2004 para 43,0% em igual período de 2005.

Entre os fatores que contribuem para o aumento no consumo de bens duráveis têm-se algumas facilidades para o consumidor, como a ampliação do prazo de financiamento; e a entrada de novos *players* no mercado baiano, o que levou os já tradicionalmente estabe-

lecidos a moverem intensas campanhas publicitárias e promocionais, impulsionando o consumo. Vale ressaltar ainda o *boom* da oferta de empréstimo pessoal para os aposentados que teve início em 2005.

O volume de vendas do segmento de hiper e supermercados apresentou um acréscimo de 9,1% no acumulado do quadrimestre de 2005, contra 4,25% de 2004. Esse segmento é deveras sensível ao poder de compra dos consumidores, uma vez que comercializa alimentos que são, em sua maioria, adquiridos em espécie, a despeito das grandes redes varejistas também comercializarem seus produtos com cartões de crédito. O incremento verificado neste segmento sinaliza a recuperação do poder aquisitivo dos consumidores baianos.

Outro segmento que merece destaque é o de Tecidos e vestuário, que apresentou expansão de 15,2% no primeiro quadrimestre de 2005, contra a redução de 1% em 2004. Esse resultado recente foi gerado, de um lado, pela recuperação da renda, mas também pelas liquidações.

Segundo a PMC, o destaque negativo ficou com o segmento de combustíveis e lubrificantes, que apresentou recuo de 11,4% no volume de negócios em 2005. Esse segmento também obteve queda em 2004 (0,67%); os constantes aumentos de preços permiti-

² Observe que apesar da queda de 0,6% no consumo das famílias no primeiro trimestre de 2005, com base nas Contas Trimestrais, em relação ao quarto trimestre de 2004, ocorreu um aumento de 3,1% nesta variável quando comparada ao mesmo trimestre do ano de 2004.

Tabela 3
Variação do volume de vendas no varejo, por atividade, Bahia: Jan – Abr/2005¹

Atividades	2004	2005	%
Comércio Varejista	5,1	8,05	
Combustíveis e lubrificantes	-0,67	-11,44	
Hipermercado, supermercado, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,36	11,03	
Hipermercados e supermercados	4,25	9,14	
Tecidos, vestuário e calçados	-1	15,24	
Móveis e eletrodomésticos	35,59	43,06	
Artigos farm., méd., ortopédico e de perfumaria	-	6,77	
Equipamentos e mat. esc., infor e comum	-	30,61	
Livros, jornais, revistas e papelaria	-	-2,73	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-	7,43	
Veículos, motos, partes e peças.	23,97	16,11	
Material de Construção	-	-1,09	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio

¹ Base: Igual mês do ano anterior =100

dos pelo governo federal são a principal causa desse comportamento, uma vez que esses produtos têm seus preços administrados.

Apesar do desempenho favorável do setor de comércio em 2005, cabe salientar que muitos dos segmentos que compõem esse indicador sofrem a influência da taxa de juros (Selic) que vem sendo majorada sob a justificativa de conter a inflação de demanda. Em abril de 2005, as autoridades monetárias voltaram a elevar a taxa de juros (de 19,25% para 19,5%), o que pode indicar um compromisso maior do governo com as metas de inflação e, neste caso, poderá conter o consumo nos meses vindouros.

Adicionalmente, verifica-se ainda um movimento crescente das receitas nominais de vendas. O segmento de móveis e eletrodomésticos lidera mais uma vez com o maior percentual de crescimento acumulado (47,4%) em 2005, seguido pelo segmento tecidos e vestuário (25,9%), no mesmo período.

Por fim, apesar da gradual redução no crescimento do comércio varejista, entre os fatores que podem contribuir para a manutenção de incrementos do setor nos próximos meses é a retomada do nível de confiança do consumidor, com o aumento do salário mínimo no mês de maio. Entretanto, o comportamento da taxa de juros também será importante balizador das decisões de compra dos consumidores.

Considerações finais

O artigo apresentou os principais indicadores da economia brasileira e baiana em 2005. A partir da análise pode-se observar que o crescimento tanto da economia brasileira como da baiana mantém-se, ainda que em ritmo mais lento. Os setores industriais e o comércio varejista continuam apresentando taxas de crescimento positivas, apesar da ameaça constante de alguns fatores que podem se tornar obstáculos para o desempenho da economia em 2005: altas taxas de juros, a crise política que afetou o país nos últimos dias e o câmbio desfavorável que pode vir a prejudicar o nível das exportações. No entanto, o volume de crédito para pessoa física prossegue se ampliando e as indústrias que atingem o limite da capacidade instalada planejam investimentos diante da expectativa de expansão da demanda.

Para a agropecuária baiana, as estimativas para a safra de 2005 são positivas, porém com resultados mais modestos do que os alcançados na safra de 2004.

Os resultados do Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA) ratificam os resultados dos demais indicadores, pois apresenta taxa positiva para o primeiro quadrimestre de 2005 de 5,6%.

Todos esses fatores confirmam aumento no nível da atividade econômica em 2005.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Inflação*. Jun. 2005. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2005.

BOLETIM DE CONJUNTURA. n. 69, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2005.

CARAIBA METAIS. Informações trimestrais. 1º trimestre 2005. Disponível em: <<http://www.caraiba.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2005.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. Resultados do comércio exterior. Disponível em: <<http://www.promoba.com.br>>. Acesso em: 29 jun. 2005.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. 4º *Levantamento da Safra 2004/2005*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. RA-CEB. jun. 2005. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>>. Acesso em: 30 jun. 2004.

_____. Sinopse, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>>. Acesso em: 30 jun. 2004.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO. Todos os resultados do ICC apresentaram variação negativa. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=16&infolid=294&sid=127>>. Acesso em: 30 jun. 2005.

IBGE. Contas Trimestrais, maio. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2005.

_____. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Mar. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2004.

_____. *Pesquisa industrial mensal*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jun. 2005.

_____. *Pesquisa mensal de comércio*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jun. 2005

_____. *Pesquisa mensal do emprego*. Fev. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jun. 2005.

SUZANO. Papel e Celulose anuncia os resultados consolidados do 1º trimestre de 2005. Disponível em: <http://www.suzano.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2005.

VERACEL inicia produção de celulose. Disponível em: <http://www.veracel.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2005. ■

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clique**

Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.



Conjuntura Econômica Baiana

No mês de abril de 2005, os principais indicadores da economia baiana apontaram a continuidade do crescimento registrado ao longo de 2004 e nos três primeiros meses de 2005. Apesar do crescimento registrado em todos os indicadores, percebe-se que este crescimento se deu a taxas decrescentes em todos os setores analisados, à exceção do comércio exterior, que mantém firme a trajetória de crescimento.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano até o mês de abril de 2005, variação positiva de 4,4 %, em relação ao mesmo período de 2004. Os setores de alimentos e bebidas (12,7%), de veículos automotores (52,6%) e de celulose, papel e produtos de papel (8,6%) foram os setores que apresentaram as maiores taxas no acumulado do ano. Já o setor de metalurgia básica registrou queda de 7,9% no mesmo período.

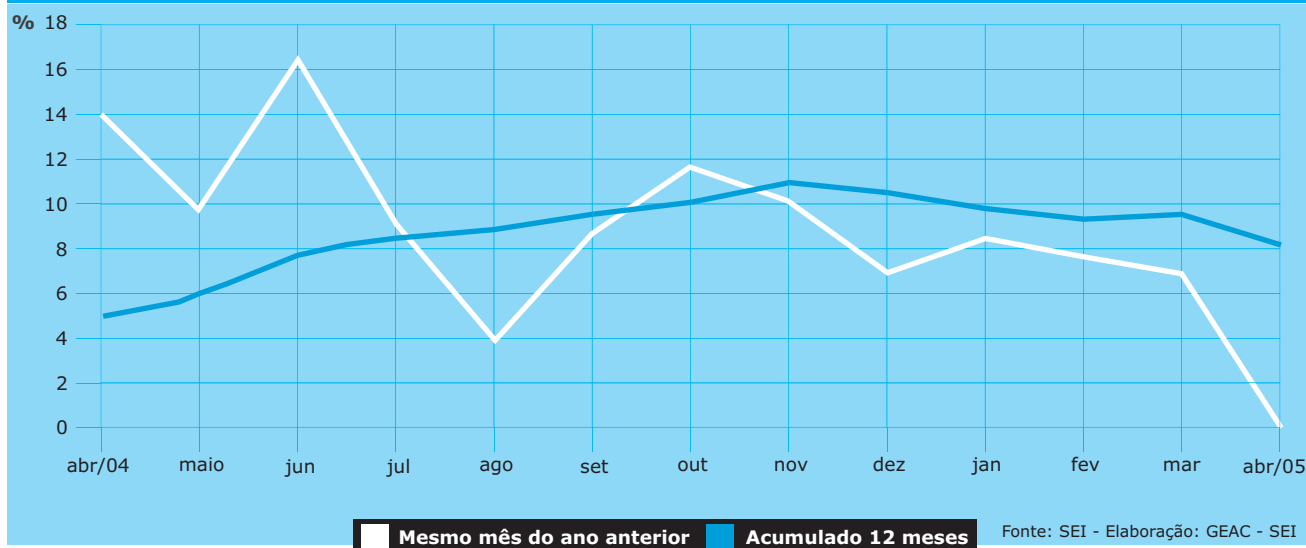
O comércio exterior, de janeiro a maio de 2005, registrou crescimento de 50,5% nas exportações e 17,7% nas importações, mantendo a trajetória de crescimento do setor externo baiano. Segundo os dados do MDIC, no período analisado, as exportações baianas somaram US\$ 1.849 bilhão e as importações US\$ 1.156 bilhão, gerando um superávit de US\$ 692.752 milhões.

O comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 8,1% no acumulado do ano. Os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: móveis e eletrodomésticos (43,1%); equipamentos e materiais para escritório (30,6%) e tecidos e vestuários (15,2%). O segmento veículos e móveis registrou crescimento de 14,6% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, que registrou inflação de 1,0% em maio, recuou em junho para 0,28%. No período de janeiro a junho, a alta nos preços foi de 3,3%. Nesse mesmo período, em 2004, o IPC-SEI apresentava taxa de 3,9%. No ano, o grupo que apresentou a maior alta foi habitação e encargos (12,05%), seguido por despesas pessoais (3,8%) e saúde e cuidados pessoais (3,7%). Todos os demais setores apresentaram taxas abaixo da taxa geral.

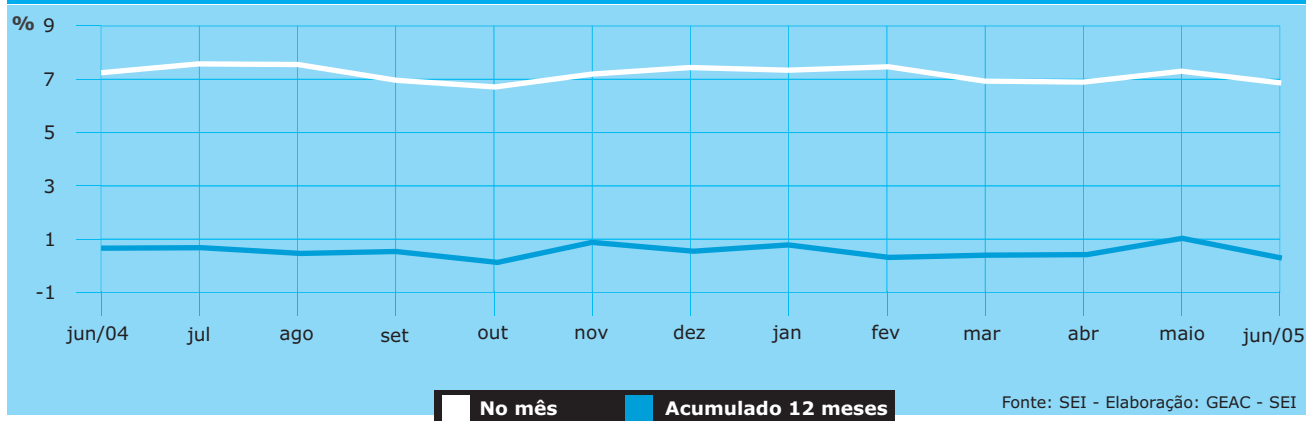
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEE-SE/SEADE, fechou maio com taxa de desemprego em 25,8% e média anual de 25,3%. No mês, 1.261 milhão de pessoas exerceram alguma atividade econômica, determinando uma taxa de participação de 60,7%. Com relação ao rendimento, observa-se alta de 0,1% na comparação abril/05–abril/04.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



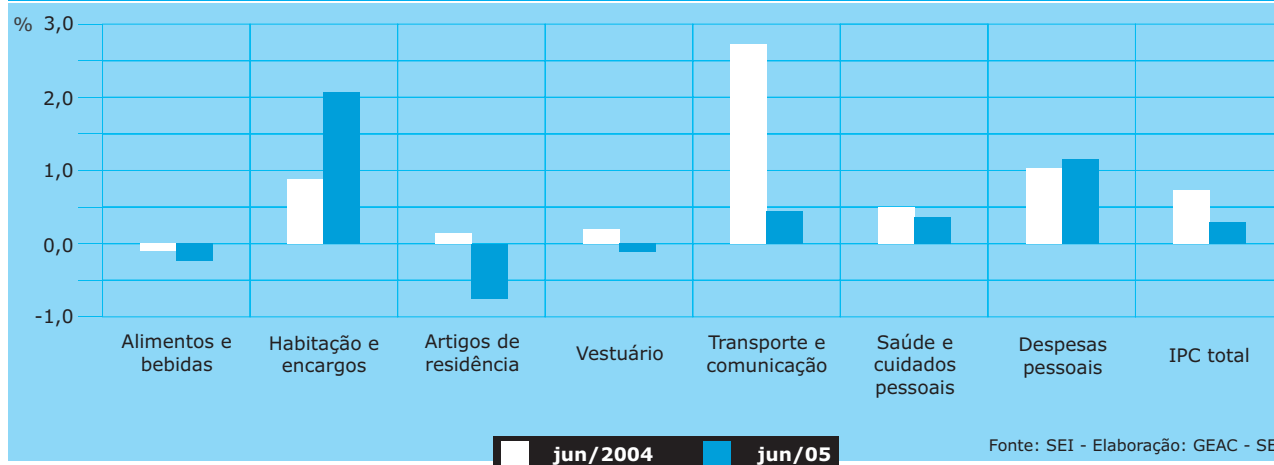
Em abril, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC, apresentou estabilidade em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Já na comparação com o mês de março de 2005, houve queda de 1,9%. Para o acumulado dos doze meses, o índice registra variação positiva de 8,1% na comparação com o mesmo período anterior, enquanto que em março, o indicador acumulava 9,4%. Essa queda na taxa indica a tendência de diminuição no nível de atividade econômica de Salvador.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



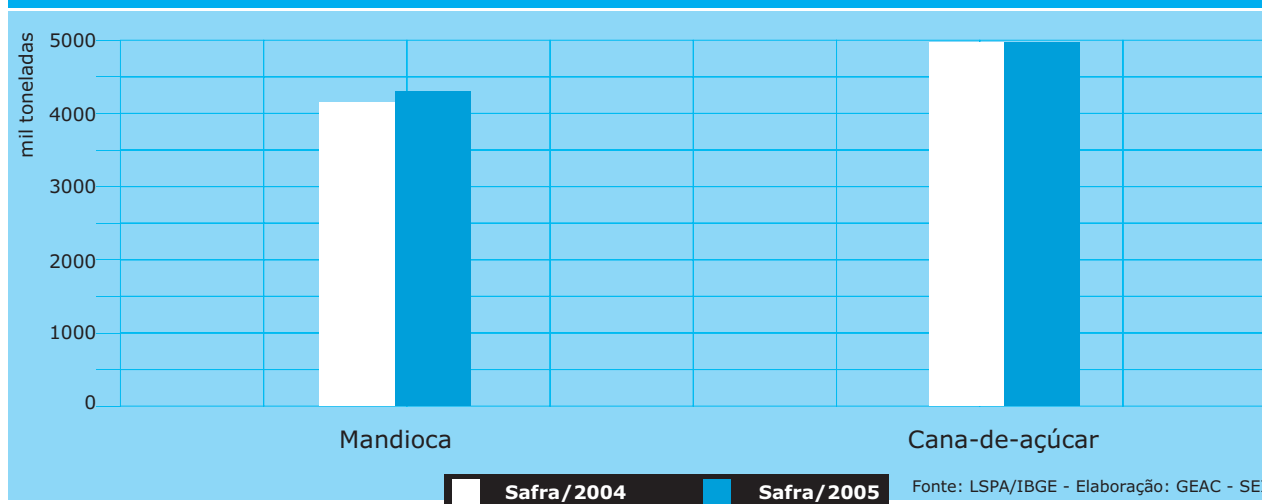
No mês de junho, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,28%, bem abaixo dos 1,02% do mês de maio. Com esse resultado, o índice acumulou, nos 12 meses, alta de 6,8%. Transporte e comunicação (8,9%) e habitação e encargos (15,1%) são os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já artigos de residência (5,4%) continuaram sendo o item que menos pressionaram na formação do índice.

Taxa de variação do IPC-SEI: Grupos selecionados - Salvador



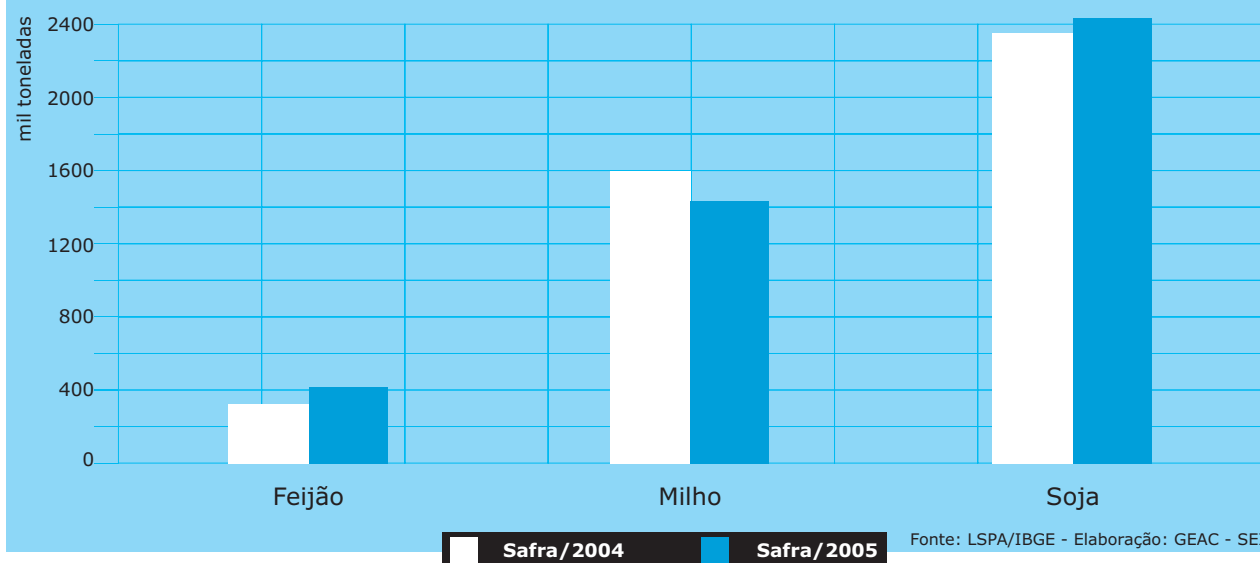
Os grupos de habitação e encargos (2,05%) e de despesas pessoais (1,1%) apresentaram, em junho, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens habitação (3,3%), energia e serviços pessoais (1,6%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, os grupos de alimentos e bebidas (-0,23%), artigos de residência (-0,73) e vestuário (0,12%) registraram taxa negativa.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



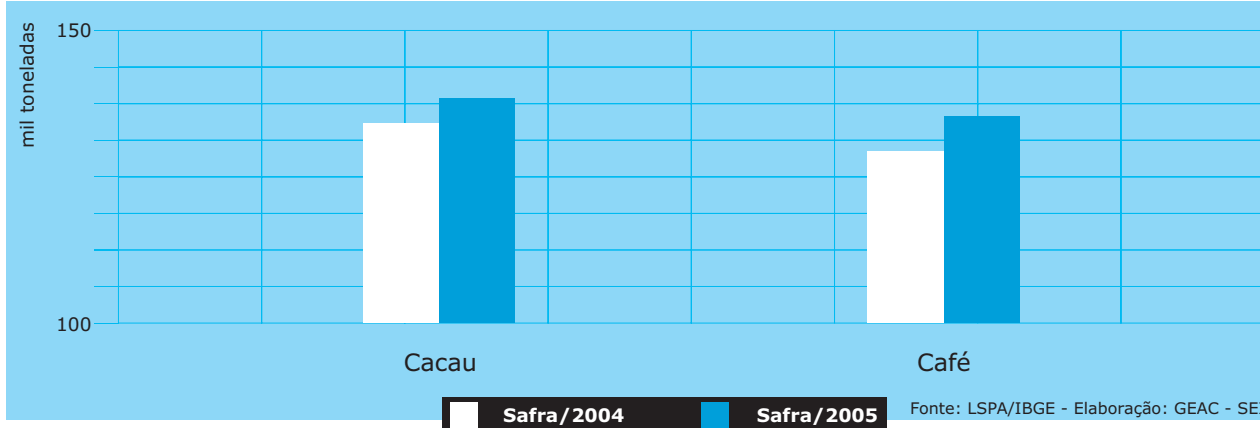
As estimativas para a safra baiana, realizadas em junho de 2005 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), apresentaram elevação de 7,0% para a safra de mandioca. Esse resultado deve-se especialmente à expansão da área plantada e do rendimento da lavoura (3,4% e 3,2%, respectivamente). Para a cana-de-açúcar mantém-se a retração de 1,3% da produção. Verifica-se aumento pouco significativo da área plantada (0,4%) simultaneamente à queda do rendimento da lavoura (1,9%).

Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



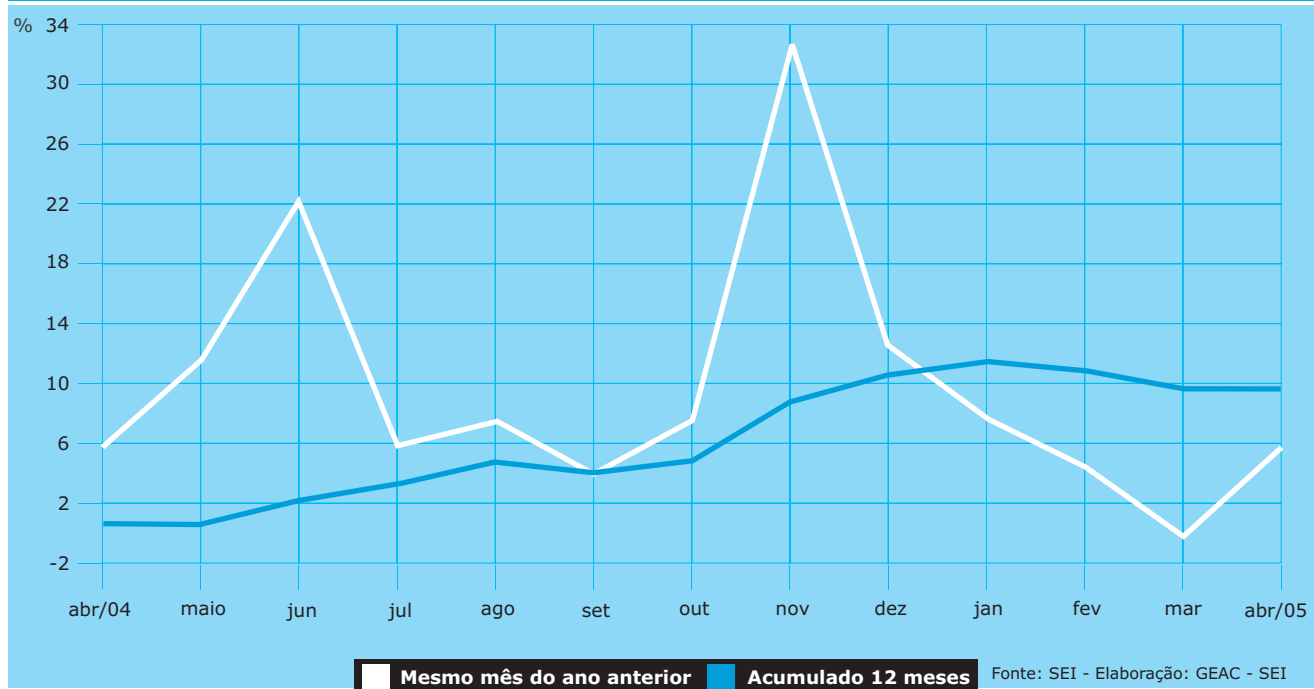
Para o feijão mantém-se a estimativa de elevação em 25% da produção em 2005. O feijão 2ª safra continua respondendo por esse resultado, com expressivos resultados nos itens observados. Destaca-se nessa análise o feijão-de-sequeiro, indicando boa regularidade de chuvas nas regiões produtoras. Para o milho retoma-se a redução da produção em 10%, resultado da queda da área plantada (11,2%). Para a lavoura de soja mantém-se as estimativas anteriores, ou seja, elevação de 6% da produção.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



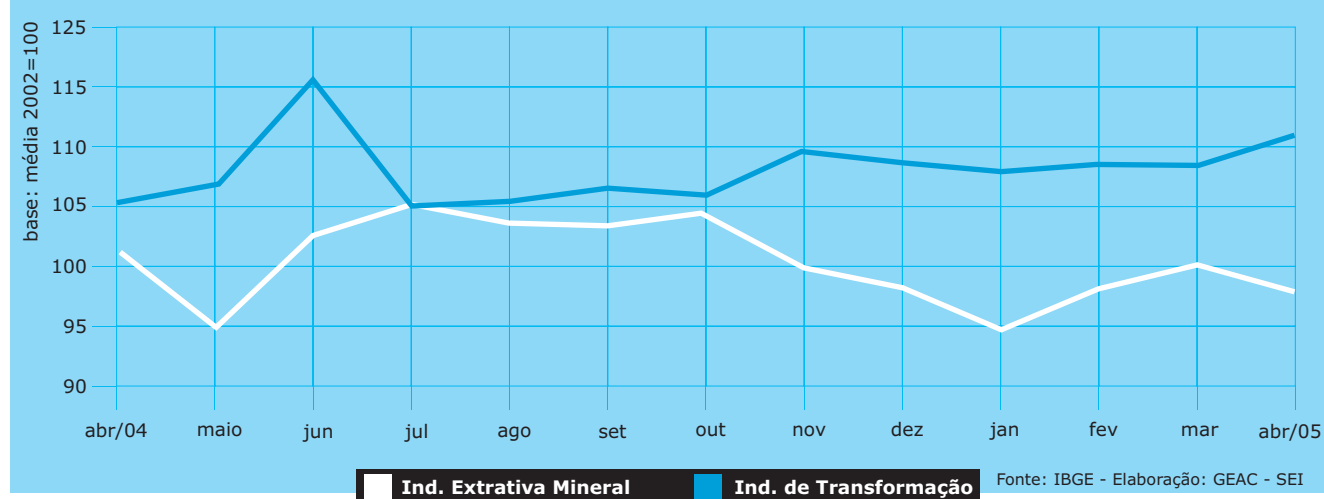
As estimativas para o cacau são de aumento de 2,3% da produção. Esse número é menor que a estimativa anterior (3,0%). Isso demonstra o ajuste dos produtores com o avanço dos tratos culturais, refletindo-se, por exemplo, no rendimento da lavoura. Para o café, mantém-se a elevação da produção em aproximadamente 5%. A conjuntura de preços em alta sinaliza bons resultados na comercialização da produção. O aumento da oferta, entretanto, pode causar efeito reverso: redução dos preços.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



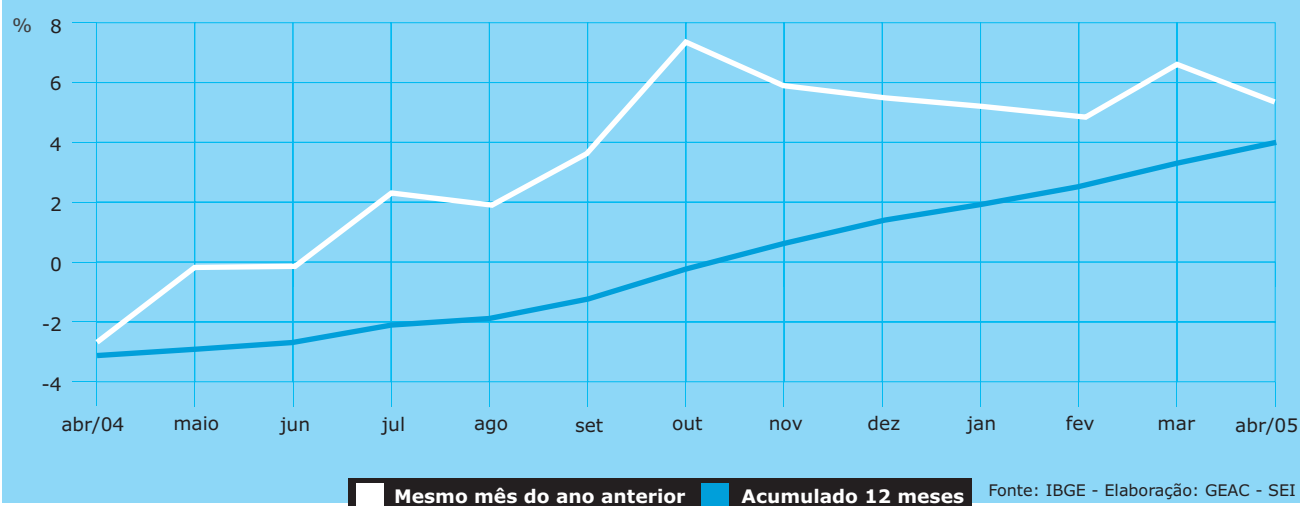
A produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou crescimento de 5,8% em abril, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE). Veículos automotores (58,7%), celulose, papel e produtos de papel (35,2%) e refino de petróleo e álcool (9,1%) foram os setores que apresentaram as maiores contribuições positivas nesse mês. Nos doze meses a taxa acumulada estabilizou-se em 9,6%.

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

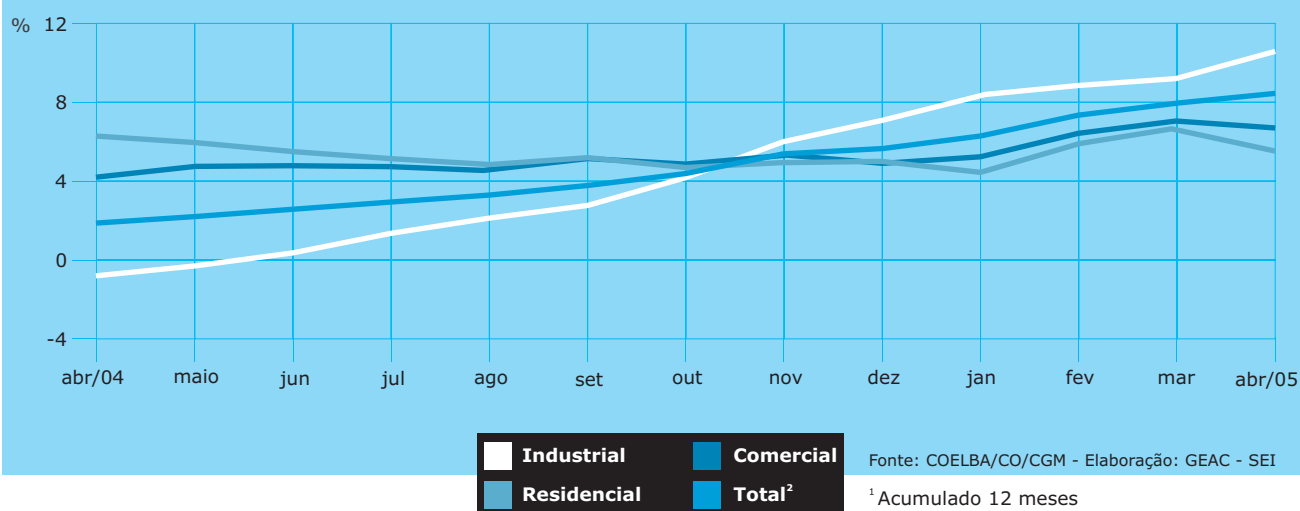


A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra taxa positiva de 2,6%, na comparação abril de 2005 com relação ao mês de março de 2005. Os setores que mais influenciaram o desempenho positivo foram alimentos e bebidas com taxa de 4,6%, refino de petróleo e produção de álcool (2,3%) e borracha e plástico, com acréscimo de 1,7%. A indústria extrativa mineral voltou a registrar queda (-3,0%), após a recuperação nos meses de fevereiro e março.

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em abril de 2005, um acréscimo de 5,3% em relação a abril de 2004; Com isso, no acumulado dos últimos doze meses, passou de 3,3% em março, para 4,0% em abril. No indicador mensal (abril de 2005), os segmentos que apresentaram os maiores aumentos de pessoal ocupado foram coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (19,1%), fabricação de meios de transporte (13,0%) e metalurgia básica (8,2%).

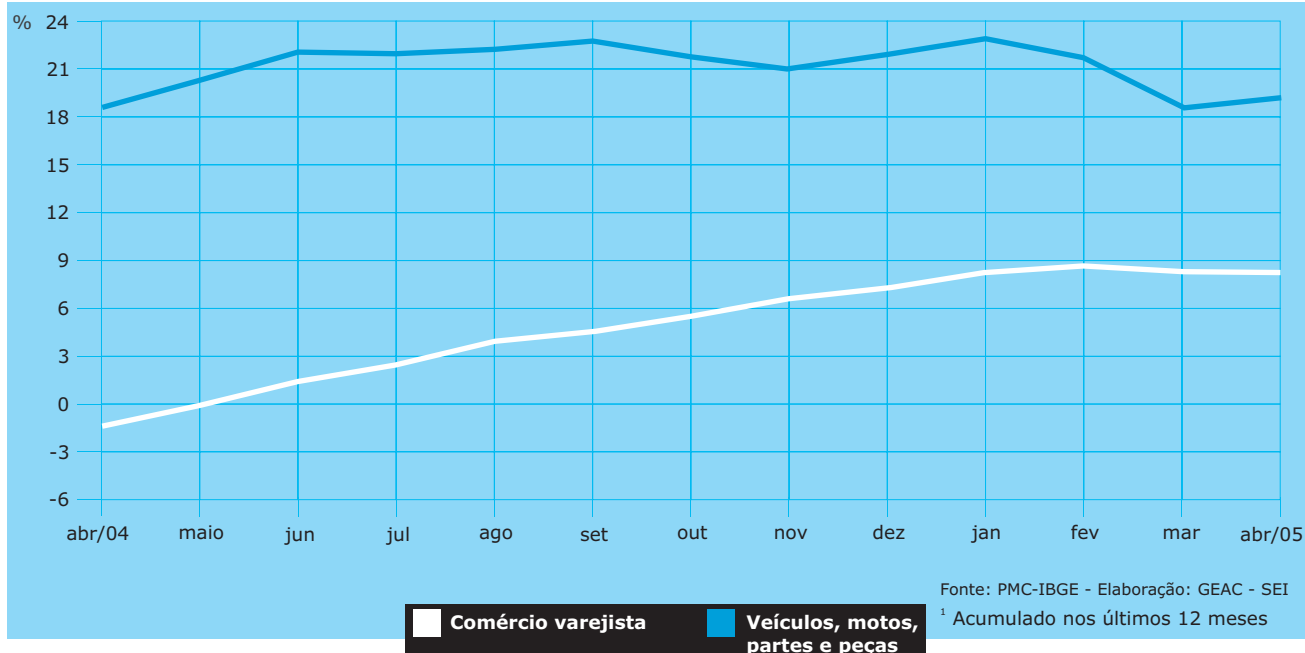
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE

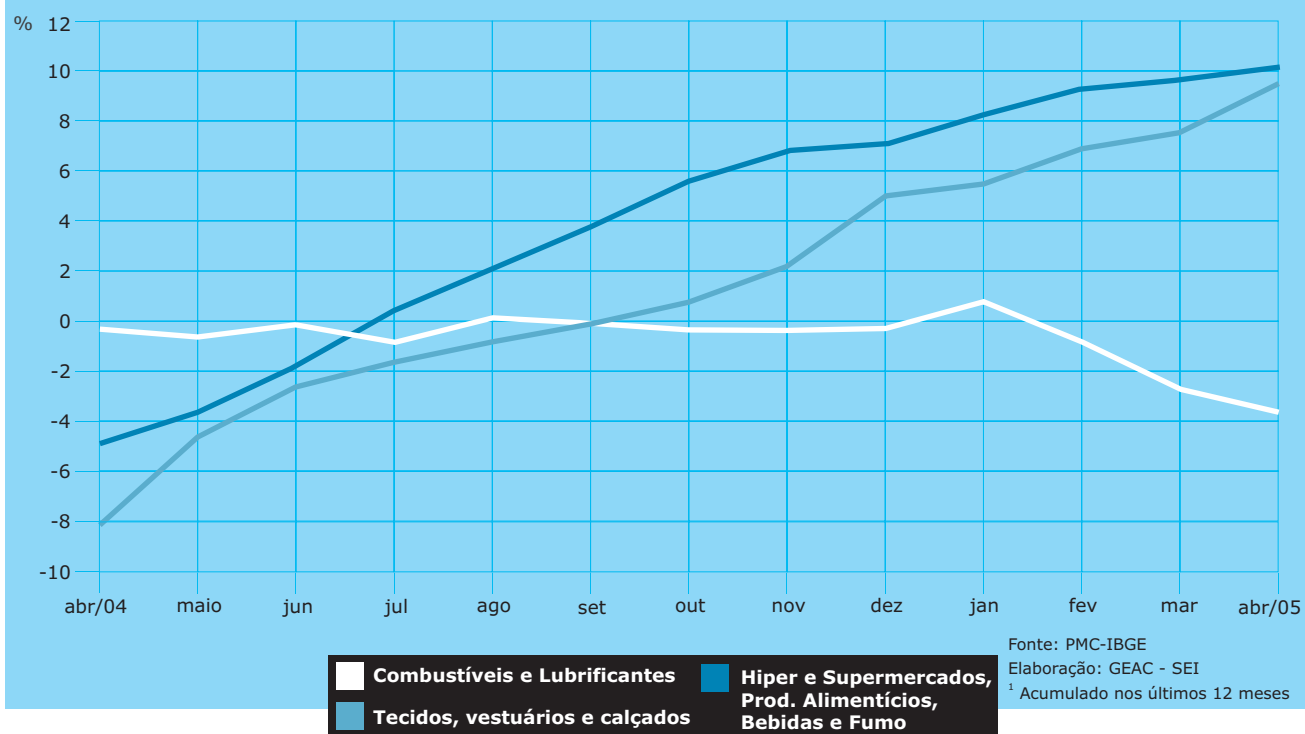
O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, registrou, em abril de 2005, crescimento de 2,7%, em relação a março de 2004. Nos doze meses, a taxa de 8,5% mantém a tendência de crescimento do consumo. O consumo industrial continuou a registrar o maior crescimento no período (10,6%). Já o consumo residencial e comercial registrou pequena alta (0,7 e 0,4 p.p respectivamente), na comparação com o mês anterior.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



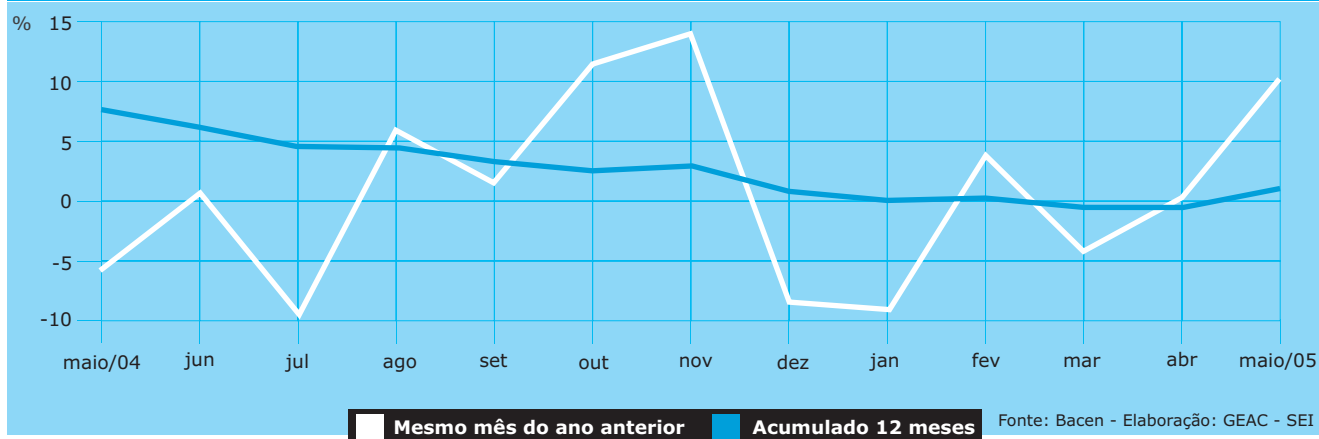
Em abril de 2005, o comércio varejista na Bahia apresentou uma expansão nos negócios na ordem de 6,7%. Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) revelaram no acumulado dos últimos doze meses uma expansão de 9,1%. O segmento de veículos, motos e peças apresentaram acréscimo de 21,0%. O crescimento do volume de vendas desse segmento nos últimos doze meses continua sendo justificado pela recuperação do poder aquisitivo pelo consumidor.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



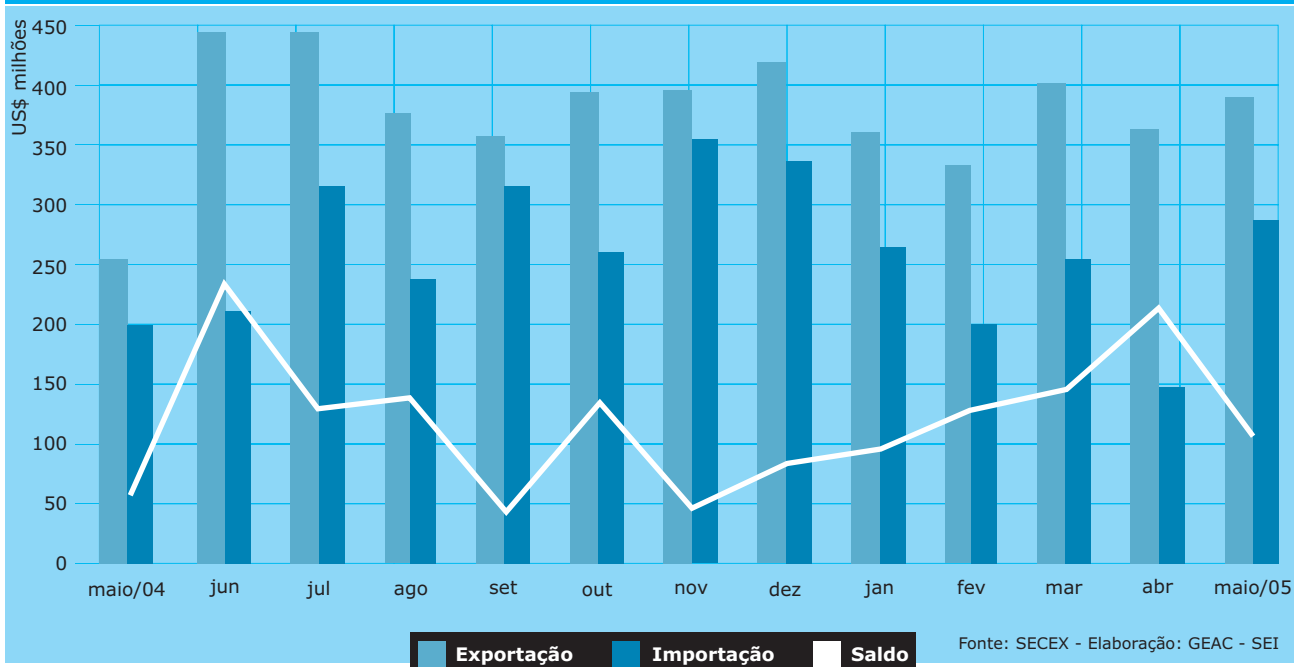
De acordo com a PMC (IBGE), com uma taxa de 44,6% no acumulado doze meses até abril/05, o segmento de móveis e eletrodomésticos segue apresentando resultado favorável ao volume de negócios. Esse comportamento positivo também foi verificado pelos segmentos tecidos e vestuário e hiper e supermercados, com 9,4% e 10,2%, respectivamente.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

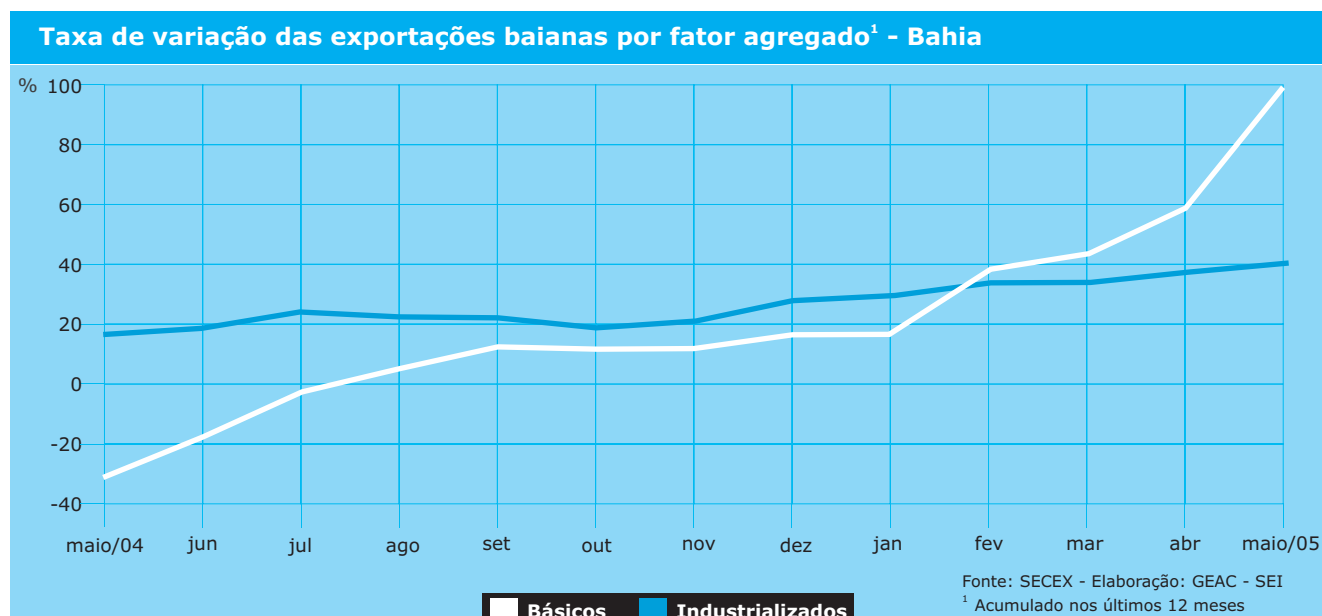


Em maio de 2005, foram emitidos 402.000 cheques sem fundos na Bahia, valor 10,7% maior que o do mesmo mês do ano passado, quando foram emitidos aproximadamente 363.000 cheques sem fundos. Já na comparação maio/abril de 2005, o crescimento foi de 9,0%. Com esses resultados, o índice, que nos dois últimos meses apresentava taxa negativa para o acumulado dos doze meses ficou em 1,1%.

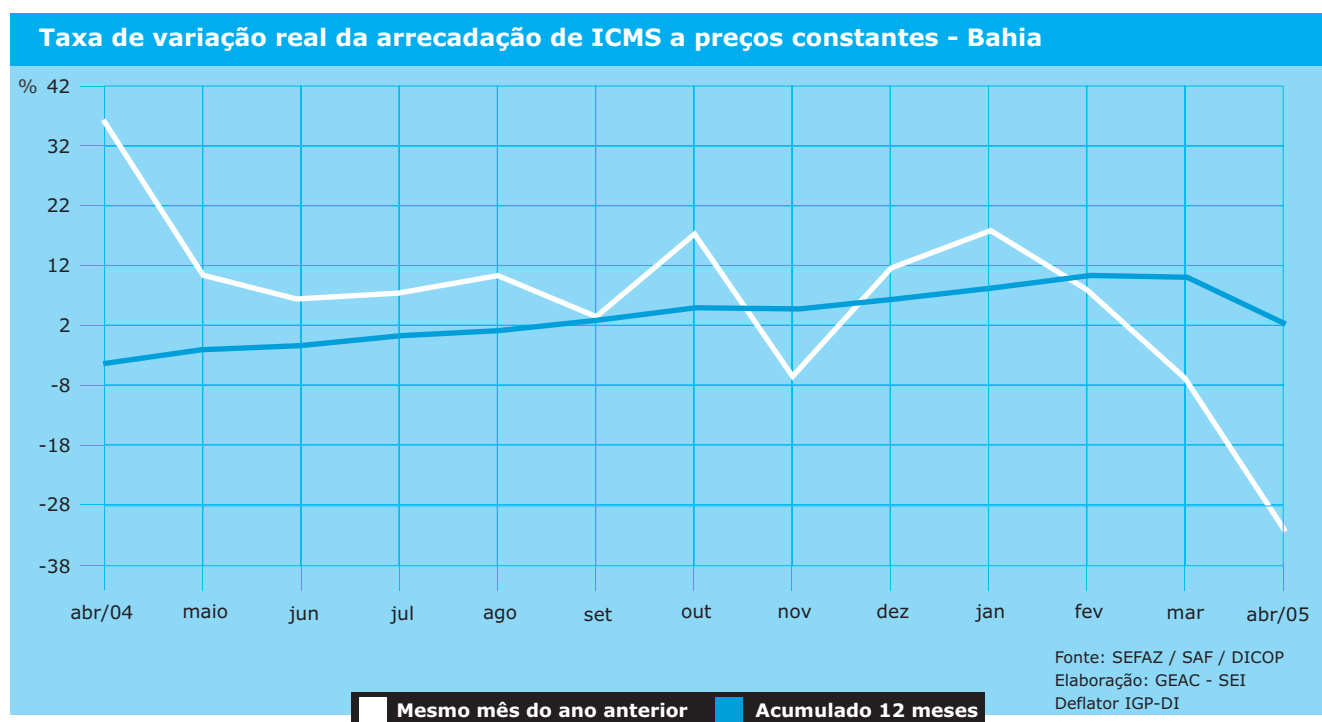
Balança comercial - Bahia



A balança comercial baiana registrou, em maio de 2005, um saldo superavitário de US\$ 103 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 390,4 milhões, o que representa um crescimento de 53,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 287,3 milhões, com crescimento de 44,0% em relação a maio de 2004.

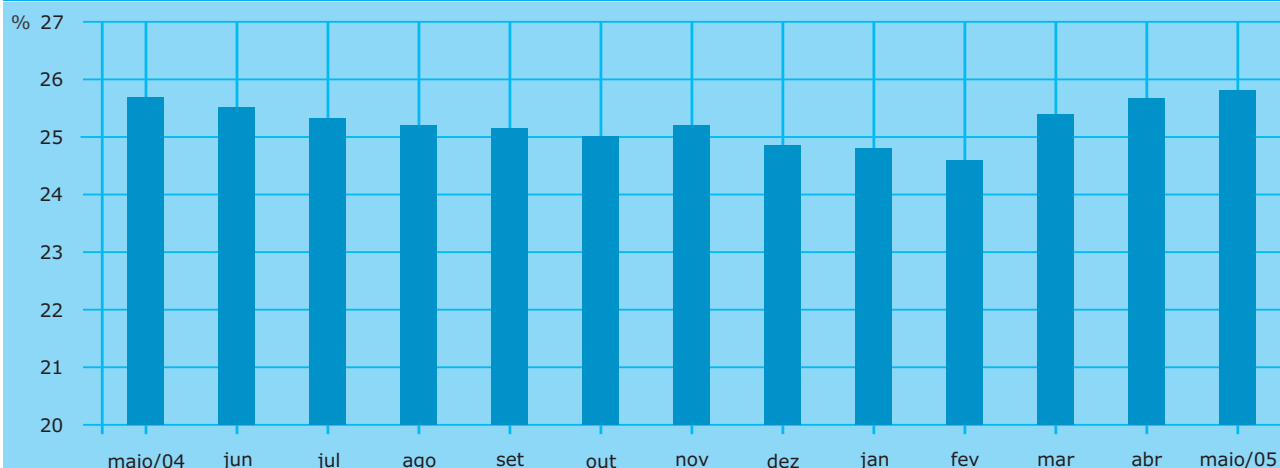


As exportações baianas por fator agregado registraram uma variação positiva de 99,0% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando, no período, uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados registraram crescimento de 39,7% nas vendas. Os produtos de destaque continuam sendo automóveis, derivados de petróleo, derivados de cobre e químicos e petroquímicos.



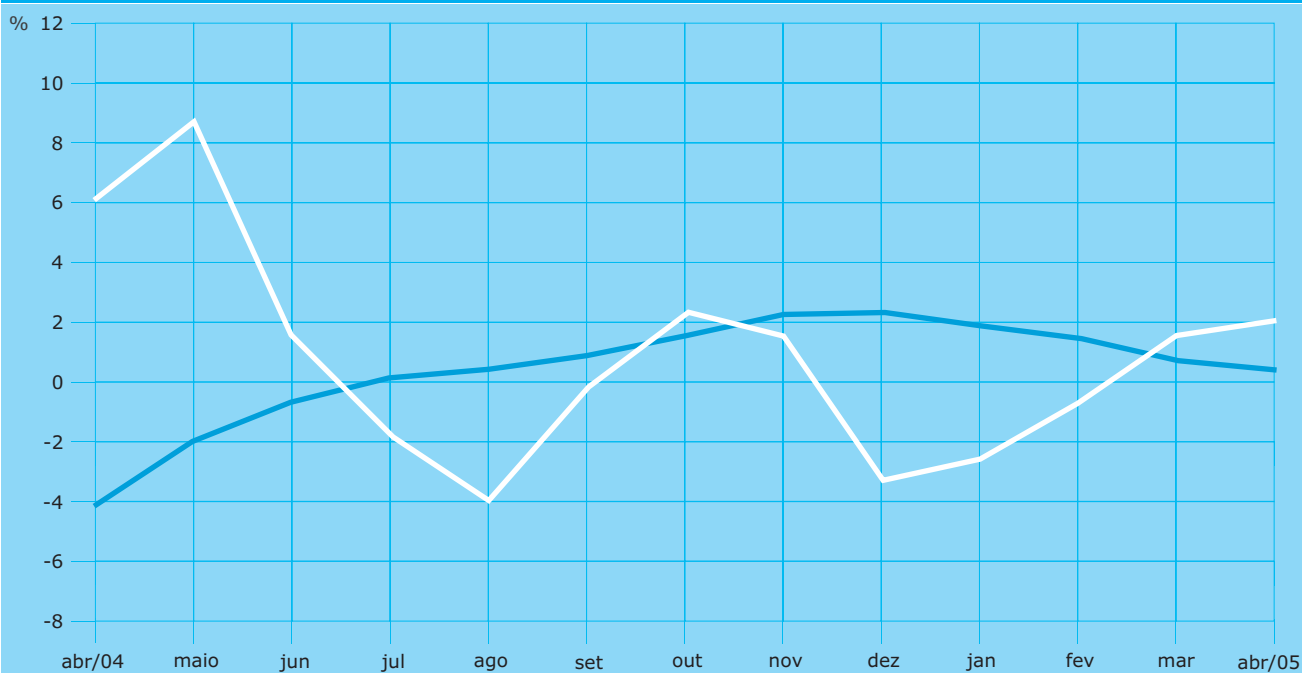
A arrecadação de ICMS no Estado da Bahia registrou, no mês de abril de 2005, queda de 31,7% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R\$ 526.342 milhões. Com esse resultado, a arrecadação acumulou alta de 2,5% nos últimos 12 meses, enquanto que em março a taxa estava em 9,5%. No ano, a arrecadação total foi de R\$ 2.174.851 bilhões.

Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC - SEI

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) apontaram uma taxa de desemprego estável em relação ao mês anterior, alcançando 25,8% da PEA para maio/05. O contingente de desempregados passou para 439 mil pessoas no período. A pressão da demanda por emprego é a principal razão para o crescimento da taxa, uma vez que houve a entrada de 15 mil pessoas na PEA. Nesse período foram gerados 9 mil novos postos de trabalho.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE Elaboração: GEAC - SEI
¹Ocupados no trabalho principal

O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou crescimento de 2,0% em abril de 2005, comparando-se a abril do ano anterior; no acumulado dos últimos doze meses, observou-se taxa positiva de 0,38%; o rendimento real médio dos ocupados correspondeu, em abr/05, a R\$ 719. O salário médio do setor privado reduziu-se em 3,5%.

Panorama brasileiro: taxas de crescimento industrial começam a infletir

Paulo Henrique Carvalho e Silva*
 Antônio Plínio Pires de Moura**

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, em maio de 2005, resolveu, mais uma vez, aumentar a taxa básica de juros Selic em 0,25%. A taxa agora é de 19,75% ao ano, nível mais alto desde setembro de 2003. Novamente, o fator principal que norteou a decisão do Copom foi a projeção do mercado de que o índice de inflação, em 2005, deverá ficar muito acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central, que é de 5,1%.

1). Os números do primeiro trimestre de 2005 apenas confirmam e agravam a tendência de desaceleração; o PIB cresceu apenas 0,3% (Tabela 1). Essa taxa de expansão diminuta do primeiro trimestre de 2005 – último dado disponível – foi o menor percentual desde o segundo trimestre de 2004.

A Tabela 1 mostra que todos os setores de atividade da economia desaceleraram. O setor que mais

Tabela 1
PIB* trimestre em relação ao trimestre anterior: Brasil 2004–2005

%

Setor de Atividade	2004		2005
	Jul-Set	Out-Dez	Jan-Mar
PIB	1,3	0,4	0,3
Por Setor de Atividade			
Agropecuária	-1,6	1,8	2,6
Indústria	2,6	0,4	-1,0
Serviço	0,9	0,4	-0,2
Por Componente da Demanda Final			
Consumo das Famílias	1,3	0,8	-0,5
FBKF	6,2	3,9	-3,0
Exportação	2,1	3,3	3,5
Importação	4,2	3,2	2,3

Fonte: IBGE - Contas Nacionais

* Com ajuste sazonal

A consequência dessa política monetária contracionista, em associação com o aperto fiscal de elevados superávits primários¹, não poderia ser outra, qual seja, o arrefecimento do nível de atividade econômica. Os primeiros efeitos apareceram já no final de 2004, com a desaceleração do PIB e do consumo das famílias, e com a queda da formação bruta de capital (Tabela

* Graduando em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais - NEC/FCE-UFBA.

** Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e membro do NEC.

¹ O superávit primário do setor público não-financeiro nos cinco primeiros meses de 2005, que chegou a R\$50,3 bilhões, foi equivalente a 6,6% do PIB, um percentual maior do que os 5,6% do PIB registrados no mesmo período de 2004, e bem acima da meta de 4,25% fixada para o ano. Esta elevação do superávit primário, no entanto, não foi suficiente para compensar a elevação dos juros nominais apropriados no período, que somaram R\$ 64,9 bilhões, e passaram de 7,7% do PIB em 2004 para 8,5% do PIB em 2005.

desacelerou foi a Indústria, que teve uma queda de 1,0% em relação ao quarto trimestre de 2004. Os dados do PIB, pela ótica da demanda, mostram claramente uma tendência (i) de desaceleração do consumo das famílias e (ii) de arrefecimento na formação bruta de capital fixo (FBKF) (Tabela 1). A queda do consumo das famílias, no primeiro trimestre de 2005 (-0,5%), provavelmente teve origem nas condições do mercado de trabalho e no aumento da inadimplência no comércio²; enquanto a queda da FBKF (-3,0%) está associada às continuas elevações da taxa de juros Selic (Tabela 1).

Muitos analistas, com esses dados do PIB, começam a concordar com a desaceleração do ritmo de crescimento, não esperando mais que a economia possa repetir os números de 2004, uma vez que os sinais do mercado interno e externo não são animadores quando comparados com 2004. No entanto, todos (analistas de mercado e instituições industriais e financeiras) concordam que a economia brasileira deverá crescer em 2005. Quanto à produção industrial, espera-se um crescimento bastante inferior ao registrado em 2004, quando a produção industrial brasileira cresceu 8,3%, impactando fortemente no resultado positivo do PIB (expansão de 4,9% após revisão do IBGE).

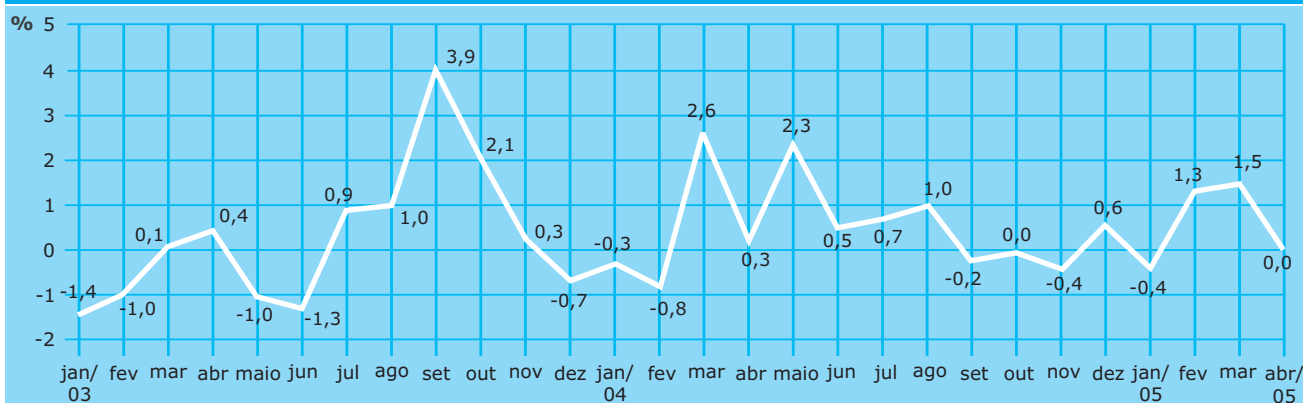
ção industrial, nível de utilização de capacidade e taxa de investimento), bem como quais são os prognósticos para a indústria nos próximos meses. E, por último, procurar-se-á alinhar algumas idéias a título de conclusão.

Conjuntura industrial brasileira

A produção física da indústria brasileira, em abril de 2005, ficou praticamente parada. O setor industrial continua vivenciando uma significativa desaceleração desde fins do ano passado. Nos primeiros quatro meses de 2005, verificou-se uma queda de -0,4%, em janeiro/2005; um pequeno crescimento de 1,3%, em fevereiro, e de 1,5% em março; e uma estagnação (0%) no mês de abril (Gráfico 1).

Na comparação com o ano passado, a indústria mantém crescimento, contudo a produção vem desacelerando mês a mês. No primeiro trimestre de 2005, o crescimento foi de 3,9% no cotejo com igual período do ano anterior e crescimento menor em cerca de 40% da produção da indústria verificada no primeiro

Gráfico 1
Produção física indústria geral*, Brasil: Jan/03 - Abr/05



Fonte: IBGE
*Mensal com ajuste sazonal

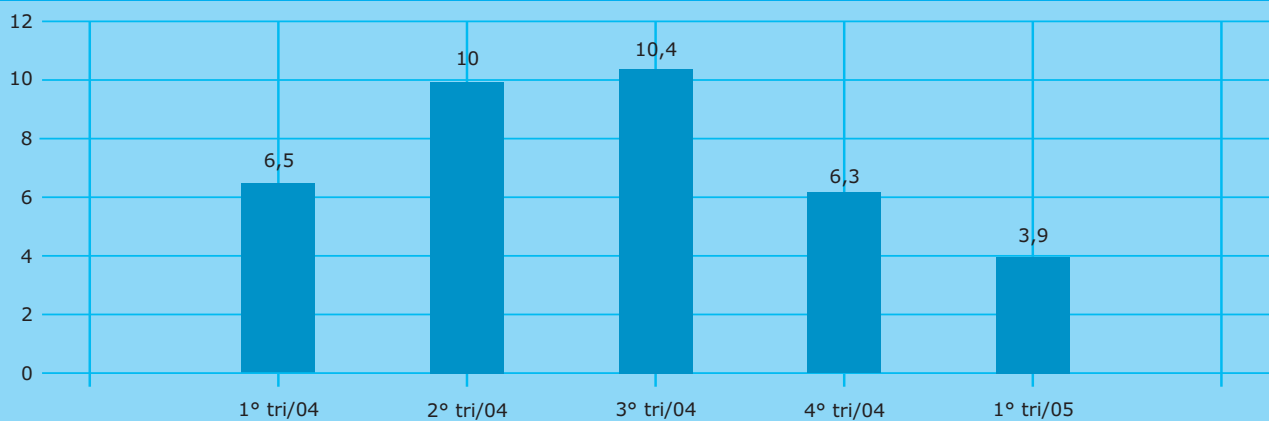
Dessa maneira, o propósito deste artigo é apresentar os elementos conjunturais no nível de atividade da indústria, ressaltando os efeitos das políticas econômicas sobre a desaceleração industrial por meio de alguns indicadores. Para esse propósito, além desta introdução, apresenta-se, na segunda seção deste artigo, os diversos indicadores da indústria (produ-

² No que tange ao consumo das famílias, o aumento no salário mínimo parece já ter sido absorvido, enquanto o crescimento da inadimplência nos meses de maio e junho de 2005 inquietou o comércio. Em junho/2005, o comprometimento da renda familiar com dívidas era de 39%, contra 32% em janeiro/2005, e as contas em atraso já chegavam ao patamar de 52%. "A principal razão apontada para o atraso na quitação da dívida é que boa parte do orçamento já foi comprometida com compras e a renda familiar não sobe para comportar outros gastos" (SALGADO, 2005, p.A1). Provavelmente, esses fatores provocaram a queda do consumo das famílias no primeiro semestre de 2005.

trimestre de 2004 (6,5%) (Gráfico 2). Isso demonstra a forte desaceleração do setor. Ao acrescentar os dados de abril de 2005 ao primeiro trimestre, verifica-se um crescimento de 4,5%, enquanto nos últimos doze meses a indústria registrou um crescimento de 7,5%.

preços dos vergalhões de aço; pela queda da produção agrícola por causa da estiagem, no início do ano, na Região Sul, que acarretou a diminuição da demanda por máquinas e equipamentos por parte do agronegócio (FOLHA, 2005 a, p. B.1).

Gráfico 2 - Brasil
Produção industrial geral índice trimestral - série com ajuste sazonal



Fonte: IBGE

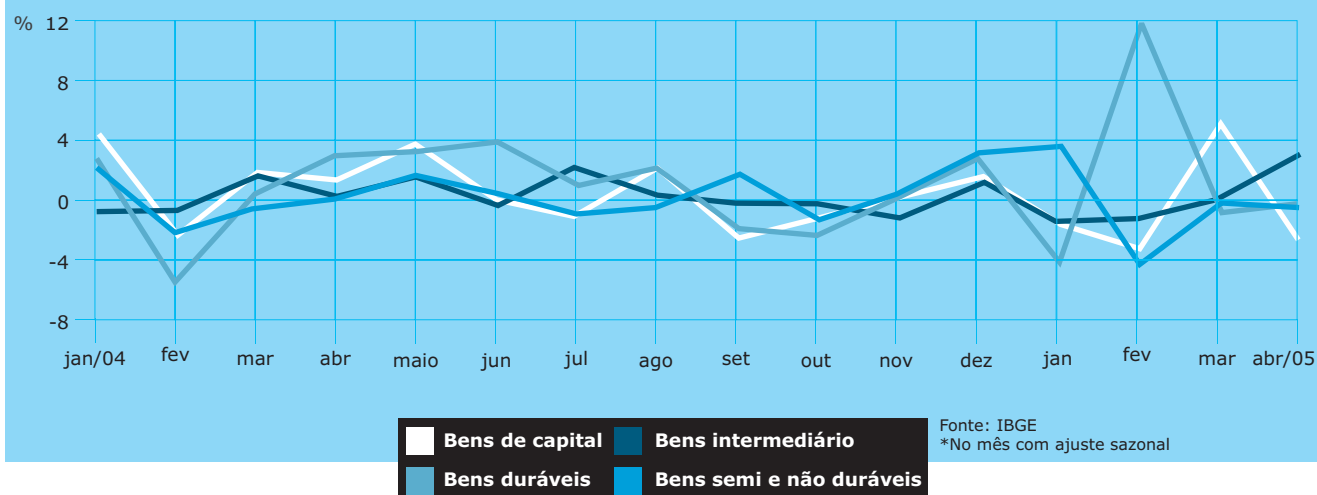
Ao se analisar a produção industrial por ramos, em abril de 2005, verificou-se que dos 23 segmentos ocorreu expansão da produção em dez atividades e retração em 12 ramos na comparação com o mês anterior. Isso, na verdade, refletiu na variação nula da produção em abril de 2005. Dentre os vinte e três ramos que têm séries ajustadas sazonalmente, o setor de vestuário apresentou variação nula. Entre as indústrias que aumentaram a produção, aquelas que mais influíram no resultado global foram: alimentos (3,5%), indústrias extrativas (7,4%), veículos automotores (3,2%) e material eletrônico e equipamentos de comunicações (4,9%) (IBGE, 2005). Nota-se que os setores que apresentaram resultados positivos foram os relacionados às exportações, tais como veículos automotores, celulares e produtos primários ligados à indústria extrativa. É válido ressaltar que a valorização do real frente ao dólar (5% em abril de 2005) poderá comprometer, no médio prazo, as exportações e, por conseguinte, a produção dos ramos destinados ao mercado externo.

Ainda no confronto com o mês anterior, os ramos industriais que mais pressionaram negativamente o nível da produção industrial, em abril, foram máquinas e equipamentos (-4,0%), farmacêutico (-6,2%), produtos de metal (-4,7%) e bebidas (-5,1%) (IBGE, 2005). Tais quedas podem ser explicadas (i) pela formação de estoques na construção civil, dado o aumento dos

No que tange ao comportamento da produção industrial por categoria de uso, em abril de 2005, verificou-se, no confronto com o mês anterior, uma queda na produção dos bens de capital (-2,9%), dos bens de consumo durável (-0,3%) e, até mesmo, dos bens de consumo durável (-0,3%), que vinha crescendo significativamente em meses anteriores, beneficiados pela ampliação do crédito pessoal. O resultado global da indústria geral só não foi negativo porque bens intermediários – a categoria de uso de maior peso na indústria – cresceu 1,3%. Era de se esperar que a indústria, após o rápido crescimento de fevereiro a outubro de 2004, iniciasse uma fase de acomodação, mas a preocupação é que esta já dura sete meses (Gráfico 3).

Ainda na análise por categoria de uso, só que agora comparando os meses de abril de 2004 e 2005, auferiram-se crescimentos em todas as categorias e subsetores. Os bens de consumo duráveis cresceram 17,8%, enquanto a indústria geral cresceu 6,3%. Também, nesse tipo de comparação, o segmento de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis mostrou o sexto resultado positivo consecutivo (8,5%), com todos os subgrupos apresentando expansão, com destaque para o grupamento de outros não-duráveis (10,4%). Quanto ao setor de bens de capital, verificou-se uma elevação de 3,3%, com crescimento em quase todos os subsetores, com a exceção dos bens de capital agrícolas. O desempenho de bens in-

Gráfico 3
Produção* por categoria de uso, Brasil: Jan/04 - Mar/05



intermediários (3,8%) foi positivamente influenciado por insumos industriais elaborados (3,4%), principalmente pelo aumento nos itens cimento e tecidos de algodão (IBGE, 2005).

A análise dos dados da produção industrial por região referente ao primeiro trimestre de 2005 comparados com igual período do ano anterior, indica em ordem decrescente a seguinte evolução: Amazonas 14,2%, Santa Catarina 8,7%, Minas Gerais 7%, Região Nordeste 6,9%, São Paulo e Ceará com 5,2% (Gráfico 4).

A Bahia apresentou uma produção industrial da ordem de 3,4%, sendo que a única região a registrar uma taxa negativa foi o Rio Grande do Sul (-3,7%). No confronto entre abril de 2004 e 2005, a produção regional da indústria apresentou um quadro de resul-

tados positivos para doze das quatorze áreas pesquisadas. Os principais Estados com crescimento da produção industrial foram Amazonas (21,8%), Goiás (18,4%), Ceará (11,5%), Minas Gerais (9,6%), Santa Catarina (7,9%) e São Paulo (7,0%).

Com a desaceleração da produção industrial, observada nos últimos meses, ocorreu (i) uma redução do nível de utilização da capacidade instalada, desde outubro de 2004 até abril de 2005 (de 84% para 82,1%) (Gráfico 5), e (ii) uma queda no nível de confiança dos empresários. Tal indicador de expectativa econômica caiu de 64,9 %, no quarto trimestre de 2004, para 55,8%, no primeiro trimestre de 2005 (PRODUÇÃO, 2005a). Essa piora nas expectativas dos empresários está provavelmente ligada à seqüência de elevações da taxa básica de juros Selic.

Gráfico 4
Resultados Regionais Produção industrial: 4º tri/04 - 1º tri/05

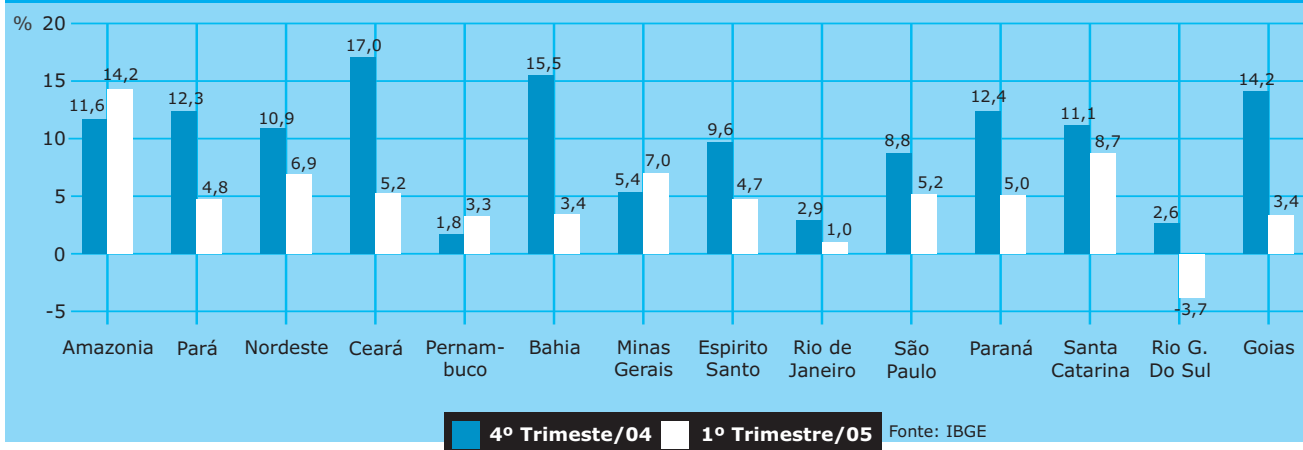
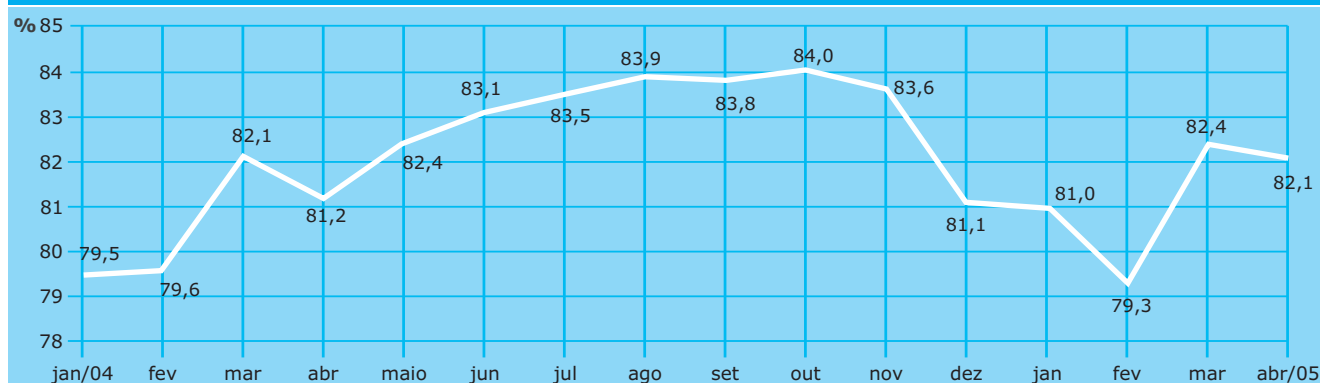


Gráfico 5
Nível de Utilização da Capacidade Instalada-Indústria Geral, Brasil: Jan/04 -Abr/05



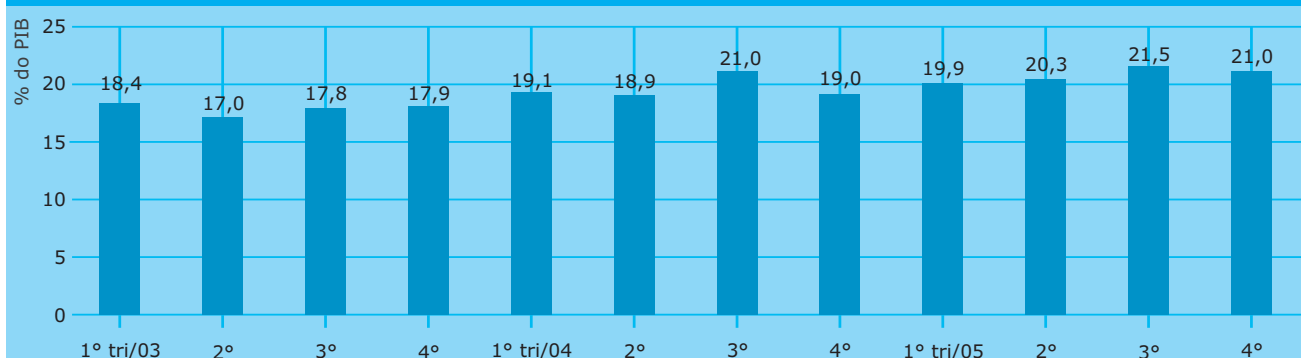
Fonte: IPEADATA

As expectativas empresariais funcionam como um indicador de futuros investimentos. De acordo com projeção feita pelo Ipeadata, o ano de 2005 deverá apresentar taxas de investimento superiores à do ano de 2004. Já no primeiro trimestre verificou-se uma elevação na taxa de investimento, que passou de 19%, no quarto trimestre de 2004, para 19,9% no primeiro trimestre de 2005. O Ipeadata projeta taxas de investimento da ordem de 20,3%, de 21,5% e de 21% para o 2º, 3º e 4º trimestres, respectivamente (Gráfico 6).

para 20,5% do PIB, sustentando assim um crescimento de 4% da economia brasileira, em 2005. Além das medidas tributárias referidas, o governo está discutindo a implementação de uma Medida Provisória apelidada de "MP do Bem" para desonerar ainda mais a compra de máquinas e equipamentos, facilitando a decisão de investir dos empresários.

No entanto, esses prognósticos estão cada vez mais distantes devido à política monetária restritiva imple-

Gráfico 6
Taxa de Investimento a Preços Correntes, Brasil: 1º tri/03 - 4º tri/05



Fonte: IPEADATA

Para o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), algumas medidas tributárias³ tomadas pelo governo federal, no ano de 2004, poderão incentivar a compra de bens de capital, ampliando a taxa de investimento em 2005, haja vista a redução dos custos de aquisição de máquinas e equipamentos provocada por tais medidas; caso isso acontecesse, poderia ocorrer um aumento na taxa de investimento

mentada pelo governo nesses primeiros meses do ano. O próprio diretor-executivo do IEDI, Julio Gomes de Almeida, começa a refazer as projeções de investi-

³ Estas medidas foram: redução do Imposto sobre Produto Industrializado – IPI de 3,5% para 2%; ampliação da lista de máquinas e equipamentos desonerados de 643 para 672; ampliação do prazo de recolhimento do IPI para 30 dias e redução de 10 para 2 anos do prazo de compensação dos créditos tributários do PIS e da Cofins incidentes sobre bens de capital nacional e importado.

mento em 2005, haja vista as elevações consecutivas da taxa de juros Selic, uma vez que os investimentos que vinham bem em 2004 começaram a apresentar sinais claros de declínio nos últimos três meses. Para o professor João Sabóia, diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) “o governo conseguiu, com sua política monetária, reverter as expectativas positivas dos empresários, levando-os a segurar suas decisões de investimentos” (INVESTIMENTO, 2005).

Segundo Rebeca Palis, gerente do PIB trimestral do IBGE, os investimentos que vinham com uma média de crescimento de 14% nos três trimestres anteriores de 2004, na comparação com os mesmos períodos do ano precedente, no primeiro trimestre deste ano cresceram apenas 2,3%. A desaceleração da construção civil – que responde por 60% da Formação Bruta de Capital Fixo – foi o fator preponderante para a queda dos investimentos (-3,0%) na comparação entre o quarto trimestre de 2004 e o primeiro trimestre de 2005. Esse resultado vem aprofundar uma tendência de queda, já que no último trimestre de 2004 ocorrera uma redução de 3,9% (Gráfico 7). Além da queda da construção civil, verificou-se uma queda na área de máquinas e equipamentos, por causa da queda da demanda no setor agrícola.

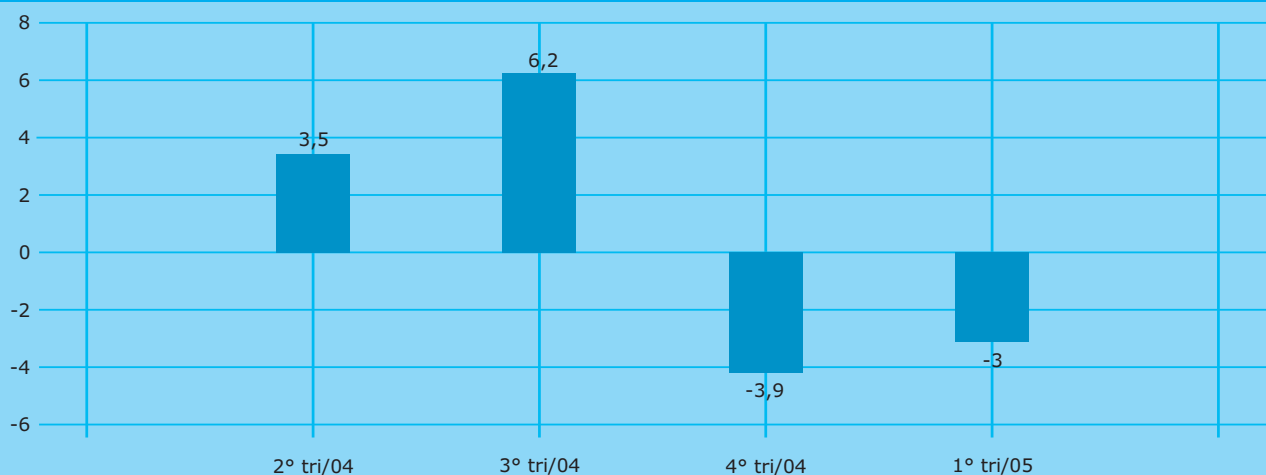
Outro fator importante para a queda da taxa de investimento neste primeiro semestre de 2005, conforme Gráfico 7, foi o arrocho sem precedentes ocorrido no investimento federal. De um total de R\$ 21,624 bilhões autorizados no orçamento – maior valor até então estipulado na administração petista –, nada além de

insignificantes R\$ 271 milhões foram investidos até o dia 20 de maio de 2005, dado que ajuda a explicar os números recordes do superávit primário orçamentário (7,26% no primeiro quadrimestre do ano). A diferença fica nítida nas estatísticas de execução do orçamento: até maio, o governo realizou 30% das despesas permanentes e com pessoal previstas para o ano (R\$ 125,404 bilhões de um total de R\$ 418,014 bilhões) e, no caso dos investimentos não obrigatórios, a execução ficou em 1,25% do total de R\$ 21,624 bilhões previstos no orçamento. Nos primeiros meses do ano de 2005 evidenciou-se uma queda, comparando-se com o mesmo período do ano anterior, de 1,99%, em 2004 para 1,25%, em 2005. É comum que no primeiro semestre o orçamento executado seja pequeno, pois, afinal, tratam-se de obras públicas e compras de máquinas e equipamentos que dependem de licitações e outros processos burocráticos.

Conclusões

Basicamente, o foco da política econômica neste primeiro semestre de 2005 continua na manutenção de uma elevada taxa de juros (tanto nominal como real) e na obtenção de inimagináveis recordes sucessivos de superávit primário orçamentário, visando restringir a demanda interna do país e assegurar o cumprimento de metas de inflação. Nesses últimos meses, em paralelo com uma crise política, os índices de preços começaram a sinalizar resultados negativos (deflação). Eses resultados já se fizeram sentir na última decisão do COPOM em manter inalterada a taxa de juros Selic. Contudo, como não se vislumbra ainda uma mudança

Gráfico 7- Brasil
Formação bruta de capital fixo - comparação trimestre atual/trimestre anterior



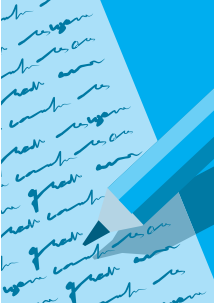
Fonte: IBGE

no sinal da política monetária (redução da taxa de juros), e caso essa mudança venha a ocorrer, só surtirá efeito no nível de atividade no final de 2005, ou talvez em 2006. Assim, o crescimento econômico deverá ser menor do que o de 2004.

Para o IPEA (2005), com o cenário que está colocado, a previsão de crescimento para 2005 cai para 2,8% no ano. Contudo, mesmo em um cenário de desaceleração nítida da economia brasileira, a perspectiva é de que haja uma ampliação dos investimentos, mesmo que em níveis mais modestos do que se previa. A construção civil, por exemplo, deverá ser beneficiada pelas facilidades para o crédito habitacional. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES liberou R\$ 15,1 bilhões nos primeiros cinco meses do ano, 7% a mais que no igual período do ano anterior. Possibilitando, assim, a ampliação dos investimentos (IPEA..., 2005).

Referências

- AMITRANO, Cláudio Roberto. Desaceleração à vista e o fantasma do stop and go. *Política Econômica em Foco*, n. 5, p.118-128, nov. 2004/abr. 2005.
- CARNEIRO, Ricardo. As fragilidades do crescimento. *Política Econômica em Foco*, n. 5, p.1-17, nov. 2004/abr. 2005.
- CUNHA, Fernanda. *Está na hora de rever a relação incestuosa entre COPOM e banqueiros*. Agência INDUSNETFIESP. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 06 jun. 2005.
- FERNANDES, Fátima. Alta nos estoques aponta freio na indústria: levantamento do CIESP mostra ritmo reduzido da produção em abril e maio; caem vendas de embalagens. *Folha de São Paulo*. São Paulo: 10 jun. 2005, n.27.818, p. B1.
- FGV detecta ânimo menor para investir na indústria: intenções de investimento para 2006 caem abaixo do esperado. *Valor Econômico*. São Paulo, 25-26 maio 2005, n.1267, p. A4.
- IBGE. Estatísticas. Indicadores. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2005.
- INVESTIMENTO em queda é o dado mais negativo. *Valor Econômico*. São Paulo, 01 jun. 2005, n.1271, p. A3.
- IPEA reduz previsão de crescimento para 2,8%: Instituto ligado ao planejamento estimava antes 3,5% de alta do PIB; projeção de inflação vai de 5,4% para 6,3%. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 09 jun. 2005, n.27.826, p. B3.
- IPEADATA. *Estatísticas e Indicadores*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2005.
- PINHEIRO, Márcia; PACHECO, Paula. Juros freiam o Brasil real – o PIB mostra crescimento pífio no primeiro trimestre e investimento recua. *Carta Capital*, n. 345, p. 26-29, 08 jun. 2005.
- PRODUÇÃO industrial, mais um sinal de alerta. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/carta_iedi_159>. Acesso em: 10 jun. 2005 a.
- PRODUÇÃO industrial fica estável entre março e abril. Disponível em: <<http://www.invertia.com.br>>. Acesso em: 07 jun. 2005 b.
- SALGADO, Raquel. Inadimplência cresce e já preocupa comércio. *Valor Econômico*, 30 jun. 2005, p. A.1.
- SELIC pode parar, mas juros reais seguem em alta: mercado espera fim da elevação da taxa básica, mas juros reais atingem maior patamar desde agosto de 2003. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 jun. 2005, n.27.831, p. B1.
- SOARES, Pedro. Investimento e consumo caem e seguram PIB: política de juros altos do governo surte efeito e faz economia crescer só 0,3% no primeiro trimestre do ano. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 01 jun. 2005, n.27.818, p. B1.
- VENDAS na indústria se estabilizam, diz CNI: ritmo de crescimento nos primeiros quatro meses do ano diminuem com alta dos juros; horas trabalhadas aumentaram. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 07 jun. 2005, n.27.824, p. B1. ■



Entrando na vida adulta: a inserção dos jovens no mercado de trabalho¹

Thaiz Silveira Braga*

O crescimento do desemprego e a precarização da inserção no mercado de trabalho no Brasil são apontados como uma das principais consequências da crise econômica e social das duas últimas décadas. As profundas transformações pelas quais vem passando a economia brasileira se materializam nas intensas e rápidas alterações na composição da força de trabalho e na estrutura do emprego. Nesse contexto, os jovens em idade legal de trabalhar² tornam-se um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho em meio ao elevado excedente de mão-de-obra e a perda de oportunidades ocupacionais em empregos regulares.

A crescente dificuldade de inserção ocupacional para este grupo etário pode, assim como para os adultos, ser vista da perspectiva da desorganização do mercado de trabalho brasileiro, isto é, do agravamento da situação de desemprego, do crescimento do número de trabalhadores sem vínculo empregatício institucionalizado e dos elevados níveis de informalidade. Entretanto, a falta de perspectiva para esta faixa da população, que não raro, não compõe a população economicamente ativa nem frequenta o sistema escolar, destaca-se como um dos principais fatores de desagregação social no período atual. O sistema escolar não os acolhe em função da má qualidade do ensino público, ou não os interessa, dada a inadequação dos programas escolares oferecidos às camadas populares, enquanto o mercado de trabalho os expulsa.

O problema é mais grave para jovens com atributos pessoais específicos. O acesso dos jovens a melhores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho tem suas limitações, verificando-se padrões de inserção diferenciados em função da idade, sexo, cor e condição econômica da família, bem como a região de domicílio.

As oportunidades, ou maiores dificuldades, encontradas pelos jovens na participação do mercado de trabalho metropolitano são apresentadas com base

nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED³. O objetivo deste estudo é identificar as facetas do processo de exclusão que atinge os jovens, caracterizando as diferenças no padrão de inserção ocupacional e no desemprego desta parcela da população na Região Metropolitana de Salvador.

A força de trabalho da população jovem

Na análise dos dados da PED para o ano de 2003 verifica-se que do total da população jovem, de 16 a 24 anos, 67,5% participavam do mercado de trabalho como ocupados ou desempregados, na Região Metropolitana de Salvador (Tabela 1). Como era de se esperar, a investigação da taxa de participação mostra que os jovens entre 18 a 24 anos estão mais presentes na força de trabalho, quando comparada com aqueles com idade entre 16 e 17 anos. Acredita-se que a inatividade, principalmente entre os mais novos, decorre em parte do maior tempo dedicado à educação, resultado da ampliação no acesso ao ensino público e também da preocupação generalizada com incremento da formação profissional (CACCIA-MALI; BRAGA, 2003).

¹ Este artigo é uma contribuição à equipe de análise da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, da Região Metropolitana de Salvador.

* Mestre em Economia pela Unicamp e Coordenadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador pelo Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

² Neste estudo são considerados jovens os indivíduos com idade entre 16 e 24 anos. O limite de 16 anos refere-se a idade mínima legal para a participação no mercado de trabalho. A proibição do trabalho do menor de 16 anos foi implementada pela Lei 10.097, de 19/12/2000, oriunda do Projeto de Lei n.º 2.845/2000, e pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho e Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho n.º 6, de 5 de fevereiro de 2001, que altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943).

³ A PED na Região Metropolitana de Salvador é realizada a partir de um convênio entre o Governo do Estado da Bahia, através da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), órgão da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), em parceria com o DIEESE, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE/SP) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A inatividade, principalmente entre os mais novos, decorre em parte do maior tempo dedicado à educação

Ainda no que diz respeito à condição de atividade dos jovens no mercado de trabalho verifica-se a maior presença dos jovens homens, negros⁴, chefes de família e não migrante⁵ na força de trabalho, independentemente da faixa etária. Quanto à participação das mulheres mais jovens, fatores culturais podem estar induzindo a uma menor pressão sobre o mercado de trabalho, em geral, relacionada ao envolvimento destas em atividades exercidas no âmbito familiar, identificadas como não produtivas.

O jovem e o desemprego

Outra variável na análise da inserção na PEA é a taxa de desemprego. Dentre os jovens dispostos a inserir-se no mercado de trabalho em 2003, 45,7% encontravam-se em desemprego na Grande Salvador (Tabela 2). Este indicador evidencia as maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens baianos na busca de uma oportunidade ocupacional.

Adicionalmente, o processo de exclusão não se limita à faixa etária do indivíduo, mas está também associada a atributos pessoais específicos: jovens negros e mulheres são mais vulneráveis ao desemprego. No caso específico dos jovens negros, o movimento de exclusão a partir do desemprego tende a se perpetuar como uma das principais características da evolução da PEA deste grupo etário. A pressão dos negros sobre o mercado de trabalho é maior para todas as faixas de idade consideradas, no entanto, sua maior disponibilidade para o trabalho não tem se traduzido em oportunidades ocupacionais. Quanto às mulheres, a despeito da crescente inserção destas na força de trabalho, a manutenção de elevadas taxas de desemprego mostra que os mercados de trabalho metropolitanos não têm sido capazes de absorver a expansão da oferta de mão-de-obra feminina. Por outro lado, os jovens chefes de família, ao exercerem maior pressão sobre o mercado de trabalho, em função da impossibilidade de se manterem na inatividade, apresentam taxas de desemprego mais baixas 29,4% na RMS). A urgência de acesso a uma oportunidade ocupacional parece explicar esta assertiva.

⁴ Conforme as opções disponíveis no questionário da PED quanto a cor do indivíduo, são classificados como negros (pretos e pardos) e não-negros (brancos e amarelos).

⁵ Para efeito de análise, neste estudo, considera-se migrantes indivíduos com tempo de residência na RMS de até três anos e não migrante aqueles domiciliados a mais de três anos.

Tabela 1
Taxas de Participação, segundo Atributos Pessoais
Região Metropolitana de Salvador, 2003

(%)

Atributos pessoais	Total	População jovem		
	16 anos e mais	16 a 24 anos	16 e 17 anos	18 a 24 anos
Total	69,9	67,5	36,6	75,4
Sexo				
Homens	79,1	72,0	39,9	80,3
Mulheres	62,1	63,3	33,6	70,9
Cor				
N-Negros	64,4	59,3	(1)	67,7
Negros	70,8	68,6	38,5	76,6
Posição no Domicílio				
Chefe	74,5	87,0	(1)	87,5
Demais	67,1	66,1	36,5	74,4
Cônjuge	60,2	59,0	(1)	60,7
Filho	72,5	66,2	36,1	76,2
Outros	66,6	68,3	39,4	74,6
Tempo de residência na RM				
Até 3 anos	68,7	65,1	(1)	69,8
Mais de 3 anos	69,9	67,7	36,2	76,1

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Elaboração própria

Tabela 2
Taxas de Desemprego, segundo Atributos Pessoais
Região Metropolitana de Salvador, 2003

(%)

Atributos pessoais	Total	População jovem		
	16 anos e mais	16 a 24 anos	16 e 17 anos	18 a 24 anos
Total	27,7	45,7	59,2	44,0
Sexo				
Homens	25,8	42,7	55,3	41,1
Mulheres	29,8	48,9	63,5	47,2
Cor				
Não-Negros	20,6	39,6	(1)	38,6
Negros	28,8	46,5	59,5	44,7
Posição no Domicílio				
Chefe	17,3	29,4	(1)	28,9
Demais	34,6	47,2	59,1	45,6
Cônjuge	26,2	50,8	(1)	50,7
Filho	41,3	48,8	60,6	47,0
Outros	30,7	40,9	(1)	39,5
Tempo de residência na RMS				
Até 3 anos	31,0	39,8	(1)	38,9
Mais de 3 anos	27,5	46,4	60,5	44,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Elaboração própria

Vale ressaltar que, além da presença de elevadas taxas de desemprego para os jovens, destaca-se a significativa participação deste contingente da população na condição de desemprego de longa duração, com graves prejuízos ao processo de emancipação e incorporação social desta parcela da população. Entre os jovens de 16 a 24 anos, cerca de ¼ dos desempregados estão à procura de trabalho há mais de um ano. Dentre as diversas causas das altas taxas de desemprego dos jovens destacam-se aquelas relacionadas à especificidade do desemprego deste grupo populacional, configurada pela falta de experiência (60,5%, na RMS, entre os jovens de 16 e 17 anos).

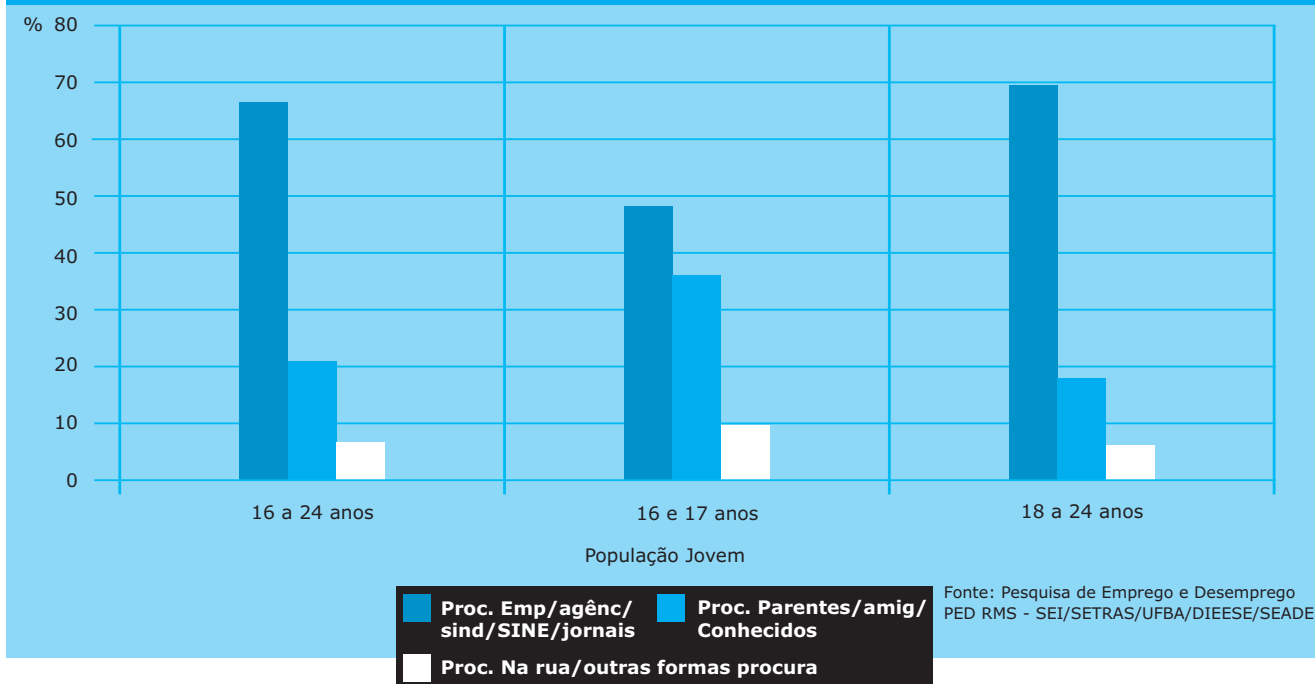
Outra característica da inserção dos jovens no mercado de trabalho refere-se aos meios mais utilizados para a procura de trabalho. Enquanto as formas de procura de trabalho dos jovens de 16 e 17 anos estão relativamente mais associadas às redes de relações sociais em que está inserida a sua família, os jovens com idade acima de 18 anos utilizam meios formais ou tradicionais para inserção no mercado de trabalho. Os meios mais utilizados são: procura de empresas, agências de emprego, sindicatos, anúncios em jornais, além do Sistema Nacional de Emprego.

Inserção ocupacional do jovem: oportunidade ou exploração?

A perda do dinamismo econômico e as mudanças na estrutura das ocupações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nas duas últimas décadas constituem os principais fatores determinantes da deterioração do padrão de inserção juvenil no mercado de trabalho. Conforme POCHMANN (1998), em meio ao rompimento da estrutura de emprego baseada no trabalho assalariado e da crescente precariedade dos novos postos, a ocupação dos jovens acabou por se transformar em uma das principais variáveis de ajuste econômico. Os postos de trabalho tradicionalmente ocupados pelos jovens são disputados também por adultos.

No período mais recente, mesmo em momentos de recuperação da atividade econômica, onde o crescimento do emprego formal ultrapassou o crescimento da População em Idade Ativa, o nível de desemprego mantém-se bastante elevado, em função do estoque de desempregados formado ao longo da década de 90, o que torna esse problema (adultos disputando vagas de jovens) mais atual do que nunca. Por fim,

Gráfico 1
Distribuição dos desempregados (procura em 30 dias) segundo os meios mais utilizados na procura de trabalho, 2003



a ineficiência dos mecanismos de intervenção sobre o mercado de trabalho, notadamente aqueles relacionados a alocação de recursos destinados às políticas sociais voltadas para o jovem, vem corroborar o processo de exclusão, configurado nas altas taxas de desemprego e na precariedade da inserção deste grupo populacional.

No que tange à ocupação, a presença significativa dos jovens nos postos de trabalho sem contrato de

trabalho e, portanto, sem proteção das leis trabalhistas (chegando a 33,5% na RMS, para jovens entre 16 e 17 anos) e as diferenças da inserção entre homens e mulheres são verificadas na expressiva proporção das jovens entre as empregadas domésticas (25,6%), e na maior proporção dos rapazes em empregos sem carteira de trabalho assinada (28,0%). Considerando as formas de ocupação mais precárias, facilmente identificadas através da condição legal de inserção, o somatório da pro-

Tabela 3
Principais Ocupações
Região Metropolitana de Salvador, 2003

Principais ocupações	Total 16 anos e mais	População jovem 16 a 24 anos		
	Distribuição dos ocupados	Distribuição dos jovens	% jovens na ocupação	Jornada(horas)
Empregados domésticos	7,3	9,2	25,7	49
Estagiários	1,9	7,6	80,4	26
Vendedores jornais/revistas	3,9	4,9	25,7	44
Serventes/ajudantes pedreiro/trab braçais	2,4	4,9	41,2	41
Baleiros/doceiros/quitandeiros	3,9	4,1	21,6	33
Faxineiros	4,3	4,0	19,2	38
Garçons	3,3	3,9	24,3	44
Auxiliar de escritório	2,8	3,8	27,5	39
Balconistas no comércio	2,3	3,5	31,2	46
Caixa	1,8	2,6	29,0	45
Total	33,9	48,5	-	-

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
 Elaboração própria

porção dos assalariados sem registro em carteira, daqueles que trabalham por conta-própria e dos empregados domésticos, verifica-se o alto grau de vulnerabilidade dos postos de trabalho ocupados pelos jovens baianos (55,3%).

A inserção segundo a ocupação exercida deixa claras as condições de precariedade a que estão submetidos os jovens ocupados nos mercados de trabalho metropolitanos. Na Região Metropolitana de Salvador, os jovens trabalhadores são principalmente empregados domésticos, estagiários e vendedores de jornais e revistas. No que se refere à jornada de trabalho destes jovens trabalhadores, apenas o estágio se caracteriza como ocupação de tempo parcial (26 horas/semana). Em média, os empregados domésticos e vendedores de jornais e revistas trabalham 49 e 44 horas semanais em 2003, respectivamente. De modo análogo destacam-se os trabalhadores braçais na construção civil, vendedores ambulantes (baleiros, sorveteiros, feirantes, doceiros, etc.), os prestadores de serviços (garçons, copeiros, atendentes de bar, faxineiros), auxiliares de escritório, balconistas no comércio e caixas, cujas jornadas médias de trabalho variam entre 33 e 45 horas semanais. As elevadas jornadas de trabalho das principais ocupações exercidas pelos jovens, associadas à inadequação do sistema público de ensino noturno, leva à reprodução de um padrão de inserção que privilegia o trabalho em detrimento da escola. Em face dos resultados, pode-se inferir que um dos aspectos mais negativos do trabalho dos jovens é o atraso escolar ou até mesmo o abandono da escola, comprometendo as suas inserções futuras.

Um dos aspectos mais negativos do trabalho dos jovens é o atraso escolar ou até mesmo o abandono da escola, comprometendo as suas inserções futuras

Também, a média de horas trabalhadas na semana registrada para os jovens de 16 a 24 anos (40 horas) é muito próxima daquela apresentada para o total da população ocupada (42 horas). Os dados revelam

ainda que as cargas superiores a 40 horas ocorrem para 48,2% dos jovens ocupados na RMS. Como relatado anteriormente, a relação entre a inserção no mercado de trabalho e a frequência à escola resulta na redução da dedicação aos estudos, determinada pela natureza do trabalho dos jovens, que combina longas jornadas de trabalho com a frequência à escola (CACCIAMALI E BRAGA, 2003). De acordo com os dados da PED, 36,6% dos jovens entre 16 e 24 anos estão inseridos no mercado de trabalho como ocupados ou desempregados em detrimento da escola. Estudar passa a ser uma atividade secundária. Este comportamento acaba eliminando, já na adolescência, a possibilidade de os jovens mais pobres ampliar suas oportunidades futuras de inserção qualificada no mercado de trabalho⁶.

Por fim, a investigação da remuneração do trabalho para os jovens mostra que há uma grande dispersão dos rendimentos, segundo a posição na ocupação, os atributos pessoais e o local de residência. O caráter excludente do mercado de trabalho se revela na análise da notável diferença dos rendimentos auferidos por homens e mulheres jovens; e negros e não-negros, segundo as regiões. Se o tipo de ocupação indica os limites de mobilidade social, é a partir do nível de rendimento que se verifica um dos principais instrumentos de exclusão social. A comparação dos rendimentos auferidos segundo a cor da pele mostra que os negros recebem em média 68,5% do rendimento dos não-negros. A situação se repete na investigação do rendimento médio segundo o sexo. Mais uma vez as mulheres estão em desvantagem, com uma média de rendimentos de R\$ 278, contra R\$ 342 auferidos pelos homens.

Os resultados verificados para as médias dos rendimentos dos ocupados jovens podem ser detalhados a partir da observação da distribuição dos ocupados por classes de salário mínimo. Entre os jovens ocupados de 16 a 17 anos, 85,5%, ganhavam até 1 salário mínimo. A parcela referente aos jovens de 18 a 24 anos também se concentra nas faixas de renda mais baixas, destacando-se, no entanto, a maior participação relativa entre os ocupados com as rendas até 3 salários mínimos. A proporção dos jovens metropolitanos na faixa de mais de 1 até 3 salários mínimos é de 57,2%.

⁶ Entre os jovens baianos de 16 a 24 anos, 36% têm apenas o ensino fundamental.

Tabela 4
Rendimento Real Médio e Rendimento em Classes de Salário Mínimo dos Ocupados (2)
Região Metropolitana de Salvador, 2003
Em reais de dezembro de 2003

Classes de salário mínimo	Total	População jovem		
	16 anos e mais	16 a 24 anos	16 e 17 anos	18 a 24 anos
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 Salário Mínimo	11,1	17,2	50,9	14,3
Mais de 1/2 até 1 Salários Mínimos	15,8	23,6	34,6	22,6
Mais de 1 até 3 Salários Mínimos	50,5	53,8	(1)	57,2
Mais de 3 até 5 Salários Mínimos	10,2	3,3	(1)	3,5
Mais de 5 Salários Mínimos	12,4	(1)	(1)	(1)

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de emprego e desemprego

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(2) Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em Reais de dezembro de 2003. Salário Mínimo utilizado é R\$ 240,00.

Conclusões

O elevado e persistente desemprego enfrentado pela economia brasileira ao longo das duas últimas décadas e o quadro de precarização da ocupação tornam os jovens um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho. A precariedade e a heterogeneidade dos mercados de trabalho nacionais vêm-se traduzindo em um complexo mosaico de situações de desemprego. A maior heterogeneidade do desemprego se expressa tanto por suas distintas formas de manifestação (desemprego aberto, de longa duração, subemprego, desemprego oculto e por desalento) como pelo fato de atingir diferenciadamente parcelas específicas da população em idade ativa. Ao considerar a taxa de desemprego dos jovens de 16 a 24 anos verifica-se a existência de um alto nível de exclusão desta parcela da população, configurada na falta de oportunidades no mercado de trabalho. Contudo, a exclusão é mais ou menos intensa a depender do atributo considerado e a região de origem. Jovens com atributos pessoais específicos são mais vulneráveis, ou seja, o desemprego é maior entre os jovens pobres, negros e mulheres jovens.

Dentre as diversas causas das altas taxas de desemprego dos jovens destacam-se aquelas relacionadas à especificidade do desemprego deste grupo populacional, configurada pela falta de experiência em ocupação formal, além do menor tempo de procura de emprego, já que estes jovens desistem da procura com facilidade, em função da menor urgência da ocupação, quando comparada com aquela apresentada para os adultos. Somam-se a estas especificidades os reduzidos níveis de crescimento da economia brasileira e as mudanças na estrutura das ocupações

ocorridas no mercado de trabalho que acabam por determinar a piora da inserção dos jovens.

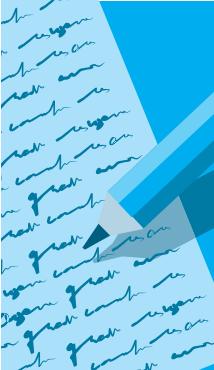
Dessa forma, um conjunto de medidas necessárias à retomada do crescimento em taxas mais elevadas, constitui condição fundamental para a superação das dificuldades de inserção do jovem (e de adultos) no mercado de trabalho. Entretanto, mesmo nesse cenário mais favorável, a desarticulação da rede de proteção social representa um grave prejuízo para o desenvolvimento social, educacional e da qualificação profissional da parcela mais pobre dos jovens brasileiros. As ações governamentais devem, então, pautar-se pela focalização dos programas para determinados segmentos de trabalhadores, a partir da conjugação de um conjunto de políticas públicas sociais no campo do emprego, da educação e da assistência social para superação da situação de pobreza dos jovens, bem como das suas famílias.

Em outras palavras, a possibilidade de o jovem ampliar suas oportunidades futuras de inserção qualificada no mercado de trabalho envolve questões referentes à capacidade do sistema público de ensino de manter este na escola e a necessidade de articulação de uma rede de proteção e garantia de renda e assistência social às famílias mais pobres. Um sistema educacional mal estruturado e de baixa qualidade (destinado aos segmentos mais pobres da população) valoriza a opção pelo trabalho precoce ao invés da educação formal. Trabalho este que está cada vez mais distante dos setores protegidos da economia e, geralmente, associado aos segmentos de baixa produtividade: trabalho autônomo ou sem remuneração, emprego sem carteira de trabalho assinada ou doméstico.

Em resumo, a expansão das oportunidades ocupacionais destinadas aos jovens deve estar associada aos programas que combinem a educação de qualidade e o trabalho para jovens acima de 16 anos, priorizando a sua inserção mais qualificada. Igual prioridade deve ser dada à rede de proteção e garantia de renda e assistência social às famílias mais pobres, de preferência que estas ações estejam vinculadas a programas de educação e/ou emprego. Quanto mais efetivos os programas de garantia de renda para a população mais carente e maior a eficácia do sistema escolar, menor a proporção de jovens que tendem a abandonar a escola e maiores as chances de um trabalho decente e de condições de vida mais dignas no futuro.

Referências

- AZEVEDO, J. S. G. et al. *Fora de lugar: crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. Salvador: ABET, 2000, 205 p.
- CACCIAMALI, M. C.; BRAGA, T. S. A armadilha social destinada aos jovens: mercado de trabalho insuficiente, oferta educacional restrita e de baixa qualidade e ações públicas incipientes. In: _____. CHAHAD, J. P. Z. (Org.). *Mercado de trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais do trabalho*. São Paulo. LTR, 2003. p. 469-500.
- DIEESE/AFL-CIO. *Situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, DIEESE, 2001, 352 p.
- LOURENÇO, C. L. *Características da inserção ocupacional dos jovens no Brasil*. 2002. 130 f. (Dissertação (Mestrado) - UNICAMP/IE, Campinas, 2002.
- MADEIRA, F. R. Pobreza, escola e trabalho – convicções virtuosas, conexões viciosas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, SEADE, v. 7, n.1, jan./mar. 1993.
- _____. Los Jóvenes en el Brasil: antiguos supuestos y nuevos derroteros. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile: Editorial Universitaria, n. 29, 1986.
- MADEIRA, F. RODRIGUES, E. Recado dos jovens: mais qualificação. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*, Brasília, CNPD, 1998.
- POCHMANN, M. Inserção ocupacional e o emprego dos jovens. In: DEDECCA, C. (Org.). *Coleção ABET – Mercado de trabalho*. São Paulo, ABET, 1998. v. 6. ■



A administração pública e seus modelos: também modismos?

Mercejane Wanderley Santana*

Trata este artigo de uma tentativa preliminar de organizar algumas idéias em torno do modismo de modelos para a administração pública e provocar um debate ou tão-somente uma reflexão a partir das referências de autores que já se debruçam de alguma forma, ou sob algum viés, sobre essa problemática. Não é pretensão direta elaborar uma nova teoria ou apontar rumos inovadores, o que seria, de resto, acrescentar lenha nesta fogueira. Pretende-se sim, fazer um breve questionamento da ingerência desses modelos gerenciais na administração pública e refletir sobre as suas conseqüências para a gestão das organizações desse segmento.

Será dada ênfase ao modelo de reforma do Estado brasileiro implantado nos anos 90, que tinha como referência principal a mudança de uma administração pública burocrática para uma administração gerencial. As práticas gerencialistas contidas nesse permanecem em várias áreas e esferas de governo, o que torna válida e atual essa discussão.

Modismo dos Modelos

Muito se tem falado sobre o modismo dos modelos administrativos que são difundidos e apresentados como receitas de bolo para a gestão das organizações, prometendo-lhes competitividade, mudanças e inovações, fatores considerados fundamentais num cenário de competição agressiva, de turbulências e incertezas.

Há uma massificação de teorias e conceitos transmitidos e reproduzidos por empresas de consultoria, por professores, pela mídia, por revistas especializadas em negócios, constituindo-se esses atores numa cadeia articulada considerada uma verdadeira *indústria do gerencialismo*, como ressaltam Wood Jr. e Paes de Paula (2001). O resultado disso, e o que é especialmente criticado, é que a maioria das vezes reproduz-se teorias e modelos sem as devidas adaptações às

especificidades locais, levando a gestão das organizações ao caos, a frustrações com expectativas não resolvidas, a mudanças denominadas “para inglês ver”. Isso porque são modelos que na sua quase totalidade foram gerados em outra realidade e, portanto, configurados para um outro contexto político econômico, social e cultural.

Modismos na Administração Pública

E na administração pública, será que é diferente? Quais as referências, os modelos direcionados para a gestão de organizações públicas? É possível que na administração pública o problema seja mais grave ainda. Primeiro pela transposição de conceitos formulados tendo como locus de experiência a organização privada cuja lógica é a do mercado, do lucro, dos resultados imediatos, diferente da organização pública. Isso por si só já seria o suficiente para justificar teorias e modelos específicos, gestões diferenciadas, o que parece não acontecer na prática. E, assim como na administração voltada para a organização privada, parece haver uma susceptibilidade muito grande a referências estrangeiras ou àquelas que tem uma maior penetração na mídia, que são mais difundidas e mais facilmente absorvidas. O fe-

O fetiche da mudança e dos modismos parece também contaminar a administração pública no Brasil

* Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Professora da Faculdade Ruy Barbosa .

tiche da mudança e dos modismos parece também contaminar a administração pública no Brasil. Mas qual a origem desse comportamento brasileiro no mundo da gestão, quer pública ou privada?

O processo de importação de tecnologias administrativas e seus impactos

A importação de tecnologias administrativas no Brasil é um processo histórico e cultural, que se dá tanto na administração pública como na administração privada. Pesquisadores de análise organizacional e cultura organizacional brasileira vão buscar em Gilberto Freire, em Sérgio Buarque de Holanda, em Raimundo Faoro, em Roberto da Matta a compreensão do comportamento da sociedade brasileira e as explicações para o fascínio e a permeabilidade ao estrangeiro, característica essa também presente no cenário organizacional, através da utilização de ferramentas de gestão importadas. Portanto, como se justifica o uso reiterado de referências estrangeiras, de importação de modelos e, sobretudo, por que esse referencial importado é sempre considerado como perfeito, como ideal, visto como o que há de melhor para a gestão das organizações (até que apareça um mais novo), muitas vezes sem uma avaliação dos seus fundamentos?

A colonização do Brasil que se deu de uma forma exploratória, a influência da corte portuguesa na formação do nosso país, o modelo econômico agrário exportador, são alguns dos fatores que ajudam a compreender a cultura do país e particularmente todo o fascínio pelo que vem e é de fora do país.

Cultura do gosto pelo estrangeiro

Wood Jr. e Caldas (1999) comentam que o que colaborou para que a cultura brasileira tenha traços classificados como de permeabilidade e plasticidade “foi a ausência do orgulho de raça do português, caracterizada pela forte atração pelo sensual e pelo exótico, e o seu gosto pela mistura racial”. Admitem que esses traços estão presentes nas relações sociais e no comportamento brasileiro de fascínio pelo estrangeiro, seja esse produto ou pessoa, observando-se que “o brasileiro de todas as rendas importa o que pode

e muitas vezes o que não pode: produtos, costumes, hábitos de consumo, valores, etc. Durante o império, as casas da aristocracia brasileira não possuíam mínimas instalações sanitárias, mas eram abarrotadas de cristais e mobiliário franceses” (Wood Jr. e Caldas, 1999). Tudo o que vem de fora é bom e bonito, essa é a cultura. E como afirma Motta (2001) “ser moderno e de boa qualidade está, em nosso país, associado com o ser estrangeiro”. Adicionado a essa condição cultural originária da subserviência à metrópole portuguesa, a questão é agravada quando se tem hoje todo o poder da mídia de negócios, da indústria do *management*, da globalização, da cultura americana no mundo e as conseqüências e implicações desses fatores para o ensino e a gestão das organizações, quer públicas ou privadas.

Sem perder de vista essa base cultural verifica-se que a importação de tecnologias administrativas está ligada ao desenvolvimento do sistema fabril no Brasil e que após 1930 elas são importadas no intuito de serem aplicadas de forma imediata. Serva (1992) ressalva que “uma das condições básicas para a consolidação da ideologia desenvolvimentista dos governos de Vargas era a disponibilização de pessoal qualificado para gerir eficazmente as organizações públicas e os

A importação de tecnologias administrativas está ligada ao desenvolvimento do sistema fabril no Brasil

diversos programas de governo. Assim como os empreendimentos privados, pois ambos deveriam adotar critérios de racionalidade econômica”. Nesse sentido foram criados o Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), com cursos voltados para a área privada, com fortes referências estrangeiras e o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), que tinha como objetivo promover a racionalidade e eficiência do aparelho do Estado. E como se pode apreender “a modernização do setor público, impulsionada pelo Dasp, implicava o estudo e a aplicação da ciência da administração, em que as contribuições

das obras de Taylor, Fayol e Gullick foram essenciais, engendrando um estilo gerencial moldado na teoria clássica da administração, compatível com a orientação autoritária do Estado Novo” (SERVA, 1992). Observa-se aí uma transposição e importação de modelos do setor privado para o setor público.

De acordo com os autores já mencionados, a importação de metodologias administrativas consolida-se com a constituição das escolas de administração no Brasil nos anos 50, uma vez que a influência estrangeira faz-se presente no ensino superior de administração do país desde a sua origem. Motta (2001) esclarece que “quando se deu o desenvolvimento industrial, ele ocorreu calcado na experiência das nações ocidentais mais avançadas, resultando desse fato a filosofia que direcionou a criação das escolas de administração nacionais”. Na formação das primeiras escolas de administração foi firmado um convênio entre o Brasil e os Estados Unidos em 1959, denominado PBA-1, e seu objetivo era a criação de cursos de administração em algumas universidades do país, prevendo a assistência técnica americana na elaboração dos currículos, na formação dos professores, nas técnicas e métodos de ensino e instalações de bibliotecas (SERVA, 1990). Muitos profissionais brasileiros foram enviados como bolsistas para os Estados Unidos para realizarem mestrado e doutorado em administração e com isso poderem atuar na consolidação dessas primeiras instituições de ensino, transplantando conteúdos teóricos e experiências de uma outra realidade política, econômica, social e cultural. A influência americana foi marcante, tanto em termos ideológicos quanto metodológicos, na formação do administrador público no Brasil (FISCHER, 2003, MOTTA, 2001, SERVA, 1990). Fischer (2003) ressalta que “a formação e o treinamento de administradores públicos no Brasil valeram-se, desde sua origem, de experiências já consolidadas em contextos desenvolvidos (anglo-saxônicos, principalmente) que foram transformados em ‘produtos de exportação’, e se constituíram, por

isso, em mecanismo de reprodução ideológica, tendendo a capacitar administradores públicos para o desempenho de papéis organizacionais definidos de fora para dentro, orientados para a eficiência/eficácia proposta pelo modelo de desenvolvimento vigente em países do Primeiro Mundo”. E mais recentemente, como pode ser percebida essa influência estrangeira na gestão pública no Brasil, nos modelos de reforma administrativa e reforma do Estado?

A reforma do Estado e o seu receituário

Nas últimas décadas do século passado o processo crítico desencadeado nas economias capitalistas avançadas colocou em xeque o papel do Estado e sua intervenção. A crise fiscal sem precedentes passou a exigir do Estado uma reestruturação geral, não só do seu papel na sociedade mas da sua organização e gestão. O neoliberalismo e seus ideólogos falando no reequilíbrio do sistema capitalista, elegem o mercado como protagonista dessa nova era e propõem uma profunda reforma do Estado. Defendidas por Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1980) e por Margaret Thatcher na Inglaterra (1979), as reformas também se dão na Nova Zelândia, na Austrália, no Canadá, e são sugeridas por instituições financeiras internacionais para a América Latina a partir do Consenso de Washington. Assiste-se e vivencia-se o surgimento de um novo Estado: das privatizações, do enxugamento de sua estrutura, da descentralização de suas atividades, da administração gerencial, o Estado mínimo, o governo empreendedor.

Nos Estados Unidos, já nos anos 90 os gurus desse modelo são David Osborne e Ted Gaebler, com a obra de referência *Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. O que dizem esses autores? Fazendo uma crítica à forma tradicional do governo operacionalizar, propõem alternativas que se constituirão numa verdadeira revolução no âmbito da administração pública. Consideram que o modelo burocrático desenvolvido na era industrial está se tornando cada vez mais ineficiente no contexto atual caracterizado por mudanças rápidas, pela presença de um mercado global, pela realidade de uma sociedade da informação, do conhecimento. E que esse ambiente contemporâneo exige, no lugar de instituições públicas ou privadas burocráticas, instituições extremamente flexíveis e adaptáveis, instituições

A influência americana foi marcante, tanto em termos ideológicos quanto metodológicos, na formação do administrador público no Brasil

orientadas para as necessidades dos clientes e para outros fatores fundamentais nessa nova realidade. Enfatizando o modelo de governo empreendedor no lugar de governo burocrático os autores apresentam o que seria o governo catalisador, o governo pertencente à comunidade, o governo competitivo, o governo orientado por missões, o governo de resultados, o governo empreendedor, o governo preventivo, o governo descentralizado, o governo orientado para o mercado, o governo reinventado.

E no Brasil qual será o modelo de Estado proposto?

Paes de Paula (2005) observa que “apesar de ter se desenvolvido no contexto cultural da Inglaterra e dos Estados Unidos, o gerencialismo, bem como seu modelo de reforma do Estado e de gestão administrativa, se espalhou pela Europa e América Latina”. O Brasil, portanto, se insere nessa dinâmica e mesmo não tendo tido um Estado do Bem-Estar Social nos moldes das economias avançadas, uma vez que o Estado Nacional Desenvolvimentista tenha reproduzido muito mais o capital do que a força de trabalho, também se vê diante de uma situação de crise

“Apesar de ter se desenvolvido no contexto cultural da Inglaterra e dos Estados Unidos, o gerencialismo, bem como seu modelo de reforma do Estado e de gestão administrativa, se espalhou pela Europa e América Latina”

e de críticas ao patrimonialismo, ao autoritarismo e centralismo do Estado brasileiro partindo para a sua reinvenção, para sua redefinição. A obra de Osborne e Gaebler (1995) passa a ser uma referência para esse momento da administração pública brasileira, mais especificamente para o projeto político do governo nos anos 90, projeto esse considerado por analistas e críticos como de cunho neoliberal. É válido registrar que a crise do Estado e a redemocratização do país que se processou nos anos 80 tra-

A administração burocrática concentra-se no processo, nos procedimentos, a administração pública gerencial é voltada para os resultados e define um novo perfil de gestor público

zem à tona dois projetos políticos: um considerado como de corte neoliberal, que defende uma administração pública gerencial, e outro considerado como democrático progressista, calcado nas experiências alternativas e inovadoras de gestão pública, caracterizadas como democráticas e populares. Vamos aqui nos deter ao projeto político do governo implantado na administração federal e em algumas administrações estaduais.

Nos anos 90, o então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado Luis Carlos Bresser Pereira, no governo de Fernando Henrique Cardoso, promove uma reforma do Estado que tem como eixo norteador a mudança de uma administração pública considerada burocrática para uma administração gerencial, também denominada de “nova administração pública”. E o que vem a ser a administração pública gerencial sugerida no Plano Diretor? De acordo com Bresser (2001) “algumas características básicas definem a administração pública gerencial. É orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação; e utiliza o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos”. E um aspecto básico ressaltado é que enquanto a administração burocrática concentra-se no processo, nos procedimentos, a administração pública gerencial é voltada para os resultados e define um novo perfil de gestor público, como pode-se verificar em Bresser apud Junquillo, 2002 “(...) descentralização administrativa, através da delegação de autoridade para os administradores públicos transformados em gerentes crescentemente autônomos” .

Observa-se que há uma estreita conexão entre esse modelo de reforma delineado para o Estado e o novo ideário gerencialista que passa a ser disseminado no mundo do *management*. Num cenário de reestruturação produtiva, de pós-fordismo, de alta competitividade, em que a flexibilidade e a inovação são condições essenciais para a gestão das organizações, dissemina-se a cultura do empreendedorismo e com ela uma onda de modelos e modismos que prometem garantir essas características e as mudanças tão necessárias às organizações. E, esse ideário gerencialista e empreendedor está embutido na proposição da administração pública gerencial tornando-se um componente indispensável para sua viabilidade. É com esse espírito que o setor público assume também o discurso da modernização, da orientação para os clientes, da flexibilidade, da estrutura enxuta e desburocratizada. E as modernas ferramentas de gestão como qualidade total, planejamento estratégico, *downsizing*, *benchmarking* e terceirização invadem as organizações públicas e os projetos dos gestores públicos do momento.

Paes de Paula (2005) destaca o enfoque gerencialista nos programas administrativos implementados pelo Mare, ressaltando o Programa de Qualidade e Participação, o Programa de Reestruturação e Qualidade dos Ministérios e a implementação de uma nova política de recursos humanos. A implementação desses programas pressupõe a utilização de outras ferramentas gerencialistas como o *Benchmarking* e o Ciclo de Melhoria Contínua.

Nada demais em querer ser moderno, em buscar proporcionar aos cidadãos serviços rápidos, eficientes e de qualidade. Aliás, é fundamental para a sobrevivência, para a inserção e permanência das organizações públicas na sociedade da informação, na sociedade do conhecimento, que elas se reestruturam e que busquem a inovação. Que valorizem os seus funcionários, qualifiquem, motivem e estabeleçam critérios claros e transparentes de ascensão profissional. São questões fundamentais sobretudo num Estado carregado pelas disfunções e anomalias do modelo weberiano, que na sua gênese prescreve a racionalidade, a competência, a meritocracia e o profissionalismo. A gravidade da questão se revela, e aí valem as críticas que se fazem aos modelos propostos para o Estado, quando procura-se implementar ferramentas e utilizar arcabouços teóricos desenvolvidos para o setor privado, a despeito de todas as diferenças e especificidades do setor público.

As diferenças existem no tocante à legislação, às questões sociais, às interferências políticas às quais estão sujeitas as organizações públicas, a problemas de descontinuidade administrativa, barreiras culturais, dentre tantas outras, como as estratégias, os objetivos, a motivação e remuneração de seu quadro de pessoal.

Paes de Paula (2005) menciona que o argumento para a utilização do gerencialismo no setor público reside na eficiência de suas proposições, mas considera que mesmo no setor privado essa eficiência vem sendo crescentemente questionada. Conclui que "... por ser demasiado rígido para capacitar o Estado na expansão dos meios de interlocução com a sociedade e por enfatizar predominantemente a eficiência administrativa, esse modelo de gestão não vem se mostrando apto para lidar com a complexidade da vida política". E considera ainda que "ao imitar a administração privada, a administração pública gerencial posterga a elaboração de idéias, modelos e práticas administrativas que atendam às especificidades do setor público e à demanda de participação popular", que, como já mencionado, tem as suas singularidades.

São muitas as críticas direcionadas para essas ferramentas utilizadas pelas organizações privadas, consideradas como panacéias e modismos que têm servido muito mais para alimentar e encher os bolsos de consultores e dos chamados "gurus" da administração do que para resolver problemas organizacionais.

Junquilha (2002) por sua vez discute "a objetividade" implícita na proposta de perfil do novo administrador público nesse projeto de reforma do Estado dos anos 90 e destaca a importância do contexto sociocultural na conduta gerencial no serviço público brasileiro. O autor ressalta que desde as abordagens clássicas da administração com Frederick Taylor e Fayol predomina no "pensamento administrativo" uma visão cartesiana de gestão em que prevalecem as "dimensões

Desde as abordagens clássicas da administração com Frederick Taylor e Fayol predomina no "pensamento administrativo" uma visão cartesiana de gestão em que prevalecem as "dimensões objetivas"

objetivas” evidenciadas pelo conjunto de ferramentas e técnicas que buscam a eficácia e a produtividade das organizações. Para Chanlat apud Junquillo (2002) “o culto a essa racionalidade instrumental nas organizações deu origem ao que se pode denominar de sociedade gerencial, na qual passaram a se manifestar noções e princípios como excelência, flexibilidade, *performance*, competências, qualidade total, reengenharia, cliente, *benchmarking*, *downsizing*, dentre outros”. E de acordo com Chanlat (1994) tudo isso é direcionado para resultados econômico-financeiros, alicerçados numa visão contábil e econômica do ser humano, portanto reducionista e que só contribui para minar o tecido social. Considera que no mundo contemporâneo as ações em gestão, que são ações humanas, evidenciam essa instrumentalidade e se materializam no aumento do desemprego, na precarização dos contratos de trabalho, na flexibilização da mão-de-obra e numa estratégia financeira perversa,

nismos modernos e sofisticados que os aprisionam cada vez mais. Por que se espelhar nesse modelo a despeito das demais diferenças? Observa-se que embora o discurso atual seja de humanização da gestão, de responsabilidade social das empresas, a prática revela que os objetivos ainda são muito direcionados para a maximização dos lucros. E as organizações públicas, o que elas almejam, quais são os seus objetivos? Será que a racionalidade substantiva, aquela que é orientada para os valores humanos, para a ética, não devem predominar nessas organizações, mas a racionalidade instrumental, utilitarista, voltada para a maximização de recursos; individualista e desprovida de julgamento ético? As ferramentas de gestão das organizações públicas devem ser as mesmas das organizações privadas?

Junquillo (2002) enfatiza que “ainda pela ótica da objetividade”, a retórica gerencialista na administração pública critica a burocracia por ser contrária a certos valores como motivação, compromisso e auto-realização dos indivíduos e vinculada à ineficiência e inércia na prestação de serviços. O gerente do tipo “orgânico”, com o seu perfil de empreendedor, vai encorajar e conduzir seus funcionários para projetos individuais de auto-realização, com autonomia, responsabilidade e identificados com os valores da organização em busca da eficiência dos negócios.

O autor pondera que quando a proposta da Administração Gerencial defende um novo gerente público em substituição àquele considerado burocrático parte do pressuposto de que esse novo perfil gerencial é universal e pode ser adotado em qualquer organização pública do Brasil, a despeito das questões culturais, sociais e econômicas, e das diversas “subjetividades” presentes nas organizações do setor público. A partir de uma pesquisa realizada nas Secretarias de Governo de um Estado da Região Sudeste, com experiências baseadas na perspectiva da Administração Pública Gerencial, Junquillo (2002) conclui que

É grande o número de executivos doentes, estressados, deprimidos, ansiosos e rotulados como *workaholic*

que põem em evidência que a lógica é da predominância do econômico sobre o social. E sob essa ótica não importam os meios, o que interessa são os resultados. Junquillo (2002) considera que a Administração Pública Gerencial baseada nos pressupostos da “Nova Gestão Pública” ao defender a substituição do administrador público com um perfil burocrático por um administrador público empreendedor, caracterizado como um gerente orgânico, dinâmico, que motiva e conduz seu pessoal para a autogestão se enquadra no plano da “objetividade”, isto é, um perfil gerencial voltado para os resultados, para a eficiência a qualquer custo, para a busca do sucesso e da competitividade de uma forma obsessiva. Esse modelo de perfil profissional tem contribuído para a infelicidade crescente no mundo do trabalho. É grande o número de executivos doentes, estressados, deprimidos, ansiosos e rotulados como *workaholic*. Trata-se de um paradoxo, ao mesmo tempo em que se fala em organizações orgânicas, descentralizadas, com autonomia para os funcionários e flexibilidade, os trabalhadores são cada vez mais cobrados e controlados por meca-

A introdução de um novo tipo de gerente torna-se complexa sem que se possam compreender os significados de certas práticas cotidianas

“não é possível prescrever o ‘novo gerente’ como antídoto ao ‘burocrata’, desconhecendo-se as bases histórico-sociais que institucionalizam o cotidiano daqueles que ocupam funções gerenciais. Fica evidente que a introdução de um novo tipo de gerente torna-se complexa sem que se possam compreender os significados de certas práticas cotidianas que constituem o trabalho gerencial nas organizações públicas e que, empiricamente, estão mais próximas de um hibridismo entre o que seria o tipo ideal weberiano – o burocrata impessoal – e a sua antítese – o ‘novo gerente’.... o que se quer registrar é que a possível generalização do ‘administrador burocrático’ como nefasto ao serviço público, pode ser prejudicial para o próprio repensar de novas práticas gerenciais, à medida em que já se colocam, *a priori*, propostas de novos perfis e práticas que podem não fazer sentido para os próprios atores organizacionais envolvidos, à medida em que o ideal do ‘novo gerente’ pode apresentar-se como descolado do mundo real e subjetivo daqueles mesmos atores”.

Além da crítica à transposição de modelos concebidos para uma outra realidade são feitas críticas também aos pressupostos considerados como verdadeiros quanto às organizações públicas e seus funcionários por aqueles que propõem um novo modelo para o Estado como justificativa para a necessidade de mudança. Vale lembrar que muitas das idéias contidas no ideário da “Nova Gestão Pública” são defendidas e recomendadas pelos organismos internacionais a partir do Consenso de Washington.

Por exemplo, Tendler (1998), no seu livro *Bom Governo nos Trópicos* critica as recomendações feitas aos países em desenvolvimento “pela comunidade de financiadores bilaterais e multilaterais, pelos governos da América do Norte e da Europa Ocidental e por ONGs que dão assistência financeira aos governos desses países”. Segundo a autora, esses atores se referem tão-somente ao mau desempenho do governo e chegam a limitar o dano que o setor público pode causar nos países em desenvolvimento com recomendações que se enquadram em três categorias: “(1) redução do tamanho do governo através da demissão de funcionários ‘em excesso’, terceirizando, privatizando e descentralizando; (2) erradicação de muitas políticas e programas que possam oferecer aos burocratas oportunidades para exercer influência indevida e para serem corrompidos pelos cidadãos – como, por exemplo, a autorização de

importações e exportações, a concessão de crédito subsidiado e outras contribuições para a indústria e a agropecuária, e a compra subsidiada de certos produtos; (3) submissão de órgãos públicos e seus administradores e funcionários a pressões e incentivos do mercado que afetem o seu desempenho, inclusive expondo-os aos desejos e insatisfações dos usuários”. Tendler (1998) considera então que as explicações sobre o mau desempenho desses governos fizeram surgir uma série de considerações equivocadas, com erros como os a seguir mencionados, destacados pela sua relevância para a discussão do artigo presente:

- “... e na medida em que a corrente hegemônica da comunidade de desenvolvimento vem, nos últimos tempos, demonstrando mais interesse em analisar o bom desempenho e as ‘melhores práticas governamentais’, ela se concentrou demasiadamente em recomendar que os países em desenvolvimento importem idéias e métodos dos países já industrializados ou de alguns dos países recentemente industrializados, sobretudo os do Sudeste Asiático. Os exemplos de melhor conduta para as recomendações sobre administração pública são Austrália, Nova Zelândia, Inglaterra e, em menor grau, os Estados Unidos – a chamada Nova Administração Pública ou ‘Administração tracionismo’; os exemplos de melhor conduta nas políticas macroeconômicas e em estratégias de desenvolvimento são, como todos sabem, os países do Sudeste Asiático”. Na visão da pesquisadora essa abordagem “leva a interpretações incorretas de por que os governos dos países em desenvolvimento às vezes têm um bom desempenho” e à omissão de casos que não se encaixam no modelo.

- Outro ponto citado pela autora é que a literatura sobre desenvolvimento tende a classificar países inteiros ou grupos deles como maus ou bons governos. E para aqueles que têm um desempenho ruim a recomendação é que se espelhem nos que estão dando certo e que utilizem métodos semelhantes aos deles.

Tendler (1998) enfatiza que muitas das recomendações dos agentes de financiamento aos países em desenvolvimentos contradizem as pesquisas e descobertas do DITLT (desempenho industrial e transformação do local de trabalho) que, embora tenham se concentrado nas empresas privadas e não nos órgãos públicos, têm sido aplicadas no setor público. Ela menciona como exemplo que os pesquisadores de DITLT fize-

Muitas das recomendações dos agentes de financiamento aos países em desenvolvimentos contradizem as pesquisas e descobertas do DITLT (desempenho industrial e transformação do local de trabalho)

ram correlações entre o aumento da produtividade e a dedicação do trabalhador à sua atividade, sendo necessários métodos inovadores pelas organizações para garantirem essa dedicação do trabalhador, tais como: trabalhadores com múltiplas tarefas, participação dos trabalhadores, equipes de trabalho autogeridas, produção flexível, dentre outras. E tudo isso só se torna possível com o estabelecimento de uma cultura de cooperação entre gerência e trabalhadores, maior autonomia e poder de decisão para os trabalhadores, maior confiança entre funcionários e clientes e funcionários e gerência. A autora afirma que “enquanto a pesquisa sobre DITLT tenta compreender os tipos e normas sociais e culturas organizacionais que promovem a dedicação entre os trabalhadores, a comunidade de financiadores parte do pressuposto de que os funcionários públicos estão interessados apenas em si mesmos, em seu próprio proveito, e são venais até prova em contrário” (TENDLER, 1998). Afirma também que enquanto os pesquisadores de DITLT consideram que maior autonomia e poder de decisão são fundamentais para o melhor desempenho dos funcionários, a literatura de desenvolvimento prescreve exatamente o contrário, ou seja, “redução do poder de decisão dos servidores civis e, com isso, de suas oportunidades de conduta indevida”.

A autora, portanto, questiona essas recomendações direcionadas para o Estado dos países em desenvolvimento por essa comunidade de financiadores. E sua pesquisa, que foi sobre alguns programas de governo do Estado do Ceará nos anos 90, vai através dos resultados obtidos se contrapor comprovadamente a muitas dessas recomendações e a esses pressupostos considerados como verdadeiros. Por exemplo, a pesquisa revelou a existência de funcionários públicos com uma dedicação incomum ao seu trabalho, e que se sentiam reconhecidos e valorizados não por seus

superiores imediatos mas pelos clientes, pelas pessoas da comunidade em que trabalhavam. E Tendler (1998) pondera “que isso era notável numa época de aversão ao funcionário público”. Pode-se constatar relações de confiança entre trabalhadores e clientes tal qual as prescrições da literatura sobre DITLT. Foi observado pela pesquisa que o governo estadual teve uma parcela significativa de contribuição para o novo senso de reconhecimento, criando “uma forte noção de ‘vocação’ e de missão em torno desses programas específicos e de seus trabalhadores. Fez isso por meio de campanhas públicas de informação, prêmios para o bom desempenho, concursos públicos de aptidão para contratação de novos funcionários, programas de orientação e muita propaganda na mídia sobre os êxitos obtidos” “(...) as campanhas públicas de informação feitas pelo Estado e suas exortações aos cidadãos para que eles controlassem e respeitassem o serviço público foram os exemplos mais evidentes de um governo induzindo os cidadãos à ação cívica” (TENDLER, 1998). A pesquisa apontou que os trabalhadores realizaram trabalhos numa variedade muito maior do que a normal e muitas vezes de forma voluntária por acharem que os clientes precisavam e, segundo Tendler (1998), “movidos por uma visão do bem público. Eles foram capazes de fornecer serviço mais personalizado por terem maior autonomia e poder de

O governo estadual teve uma parcela significativa de contribuição para o novo senso de reconhecimento, criando “uma forte noção de ‘vocação’ e de missão em torno desses programas específicos e de seus trabalhadores

decisão do que o normal”. Na visão da autora, por um lado, esse foi um comportamento que se contrapôs às recomendações da comunidade de financiadores, que viam na redução do poder decisório dos funcionários públicos a diminuição das chances de um comportamento corrupto por parte dos mesmos. E, por outro lado, um comportamento que se afina com as descobertas da literatura de DITLT, que mencionam as múltiplas tarefas, trabalhadores com múltiplas habilidades

e maior poder de decisão e autonomia. Enquanto as recomendações desses organismos internacionais se prendem muito mais à caracterização de maus governos, ela, no seu trabalho, se interessou sobretudo pelo bom desempenho e não pelo mau.

São questões paradoxais e que provocam uma instigante reflexão e análise sobre muitos pressupostos considerados como verdades absolutas. Modelos disseminados como perfeitos, de aplicação universal e generalizada e revestidos por uma aura de inquestionabilidade, podem muito bem serem questionados e filtrados. E por que não inovar e criar nossos próprios modelos?

Considerações finais

Como mencionado inicialmente, a proposta desse artigo é provocar uma reflexão sobre a relação entre a administração pública e os modismos de modelos de gestão, a partir, sobretudo, da contribuição de alguns autores sobre o tema. Pretende-se que essa discussão possa gerar idéias, pesquisas e aprofundamento do debate.

Pensar sobre o Estado, e sobre a sua gestão, é de veras pertinente num momento em que o mesmo encontra-se bombardeado pelas críticas e acuado frente às armadilhas do neoliberalismo e da globalização. Além do que, percebe-se que há uma ênfase e um certo interesse por parte de alguns na desqualificação do Estado e de seus profissionais, num movimento crescente de restrição dos espaços públicos, de privatizações e de defesa de modelos homogeneizantes e massificados.

Referências são importantes, válidas, e as boas práticas devem ser disseminadas, mas é importante que sejam feitas as devidas adaptações, observando-se que a pluralidade de opções e alternativas poderá ser muito mais saudável para uma escolha apropriada. As recomendações que são feitas às organizações privadas na contratação de serviços de consultoria externa valem como contribuição para essa reflexão sobre as organizações públicas. Diz-se que antes do contrato deve existir alguns passos preliminares internos: é importante que os executivos identifiquem o problema existente na organização – pois ninguém conhece melhor uma organização do que seus próprios executivos –, que tenham claros os objetivos que desejam, saibam exatamente aonde desejam chegar para

não ficarem à mercê dos consultores. E também que a ajuda externa só deve ser efetivada quando internamente não houver pessoas e recursos que possam solucionar problemas existentes.

Então, antes de buscar modelos exógenos, um primeiro passo seria aprofundar o conhecimento do Estado brasileiro, levando em consideração seus pontos positivos e negativos, a sua identidade e a partir daí saber qual o Estado que se quer, que se precisa ter, para iniciar o processo de reforma. E essa mudança, essa transformação, deveria ser construída por seus cidadãos, seus profissionais, respeitando as suas singularidades, reforçando seus aspectos positivos e traçando um modelo de gestão de Estado à brasileira, por que não? Existem no Brasil pesquisadores e institutos de pesquisa conceituados, como a Fundação Getúlio Vargas, a Fundação Dom Cabral, dentre outros, que desenvolvem pesquisas buscando identificar traços culturais brasileiros para uma análise organizacional e sistematizando experiências que possibilitem a construção de um modelo de gestão voltado para as organizações brasileiras. Pesquisas também podem desenvolver modelos para as organizações públicas. Por que instituições financeiras mundiais devem dizer qual o Estado que devemos ter? Por que devemos considerar o modelo de outros países como o ideal?

Referências

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos e SPINK, Peter Kevin (orgs) Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 21–39, 2001.

CALDAS, Miguel P. Santo de casa não faz milagre: o arquétipo do estrangeiro na cultura brasileira. In: CALDAS, M.P. E WOOD JR, Thomaz. Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira. São Paulo, Atlas, 1999.

CALDAS M. P. E WOOD JR. Thomaz. Para inglês ver: importação e tecnologia gerencial no Brasil. In: CALDAS, M.P. E WOOD JR, Thomaz. Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira. São Paulo, Atlas, 1999.

CHANLAT, Jean-François. O significado da pessoa na gestão de recursos humanos: uma perspectiva socioantropológica. Organização & Sociedade, v. 2, n. 03,

Revista da Escola de Administração da UFBA, 1994, p. 7–34.

CHANLAT, Jean-François. Ciências sociais e *management*: reconciliando o econômico e o social. São Paulo, Atlas, 1999.

FISCHER, Tânia. Depoimentos sobre as trajetórias da qualificação para a administração pública no Brasil e itinerários baianos. In: Gestão pública: a trajetória da função administração no Estado da Bahia, Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, Salvador, FLEM, 2003.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Nem “burocrata” nem “orgânico”: o gerente “caboclo” e os desafios do Plano Diretor de Reforma do Estado no Brasil do Real. In: Anais, Encontro de Estudos Organizacionais, (2), 2002, Recife, ANPAD, CD.

MOTTA, Fernando C. Prestes, ALCADIPANI, Rafael e BRESLER, Ricardo B. A valorização do estrangeiro como segregação nas organizações. Revista de Administração Contemporânea, RAC, Edição Especial, 2001, p. 59–79.

OSBORNE David e GAEBLER Ted. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília, MH Comunicação, 6ª Ed. 1995.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. Revista de Administração de Empresas (RAE). Debate jan./mar. 2005, p. 37–49.

SERVA, Maurício. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. Revista de Administração Pública, 24 (2), Rio de Janeiro, fev./abr, 1990, p. 10–21.

SERVA, Maurício. A importação de metodologias administrativas no Brasil – uma análise semiológica. Revista de Administração Pública, 26 (4) Rio de Janeiro, out/dez, 1992, p. 128–144.

TENDLER, Judith. Bom governo nos Trópicos, Rio de Janeiro, Revan, Brasília, DF:ENAP, 1998.

WOOD JR. Thomaz e PAES DE PAULA, Ana Paula. *Pop-management*. Anais do XXV ENANPAD, Campinas, 2001 (CD-ROM). ■

Investimentos industriais previstos totalizam R\$ 18,7 Bi

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2005-2009, totalizaram um volume da ordem de R\$ 18,7 bilhões agregando 303 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Os empreendimentos industriais irão gerar cerca de 67.756 postos de trabalho, sendo que o eixo Metropolitano (43%) e o Grande Recôncavo (26%) concentram cerca de 69% destes em 47056 postos de trabalho. Os demais eixos são responsáveis por 31% dos empregos, destacando-se os eixos Extremos Sul (10%) e Planalto Sudoeste (5,4%), que juntos agregam 10.255 novos postos.

Analisando os investimentos quanto o complexo de atividade econômica verifica-se que 81% encontra-se alocado nos complexos Madeireiro (42%), Transformação Petroquímica (20%) e Químico-Petroquímico (18%), representando um volume de R\$ 15,1 bilhões em 133 projetos (44%). Os demais complexos agregam um volume na ordem de R\$ 3,6 bilhões alocados em 170 projetos.

Em relação à localização dos investimentos, indicado pelos eixos de desenvolvimento, a maior parte destes concentra-se no eixo Metropolitano, correspondendo a 51% num volume de R\$ 9,4 bilhões em 172 projetos. Os demais agregam um volume de investimentos de cerca de R\$ 9,2 bilhões, representando 49% do total de investimentos e 43% dos projetos, com destaque para o eixo Extremo Sul que detém 36 % dos investimentos em 9 projetos.

Em relação à situação, 62% estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume na ordem de R\$ 11,6 bilhões e 247 projetos. Enquanto que 38 % estão alocados em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 7,1 bilhões em 56 projetos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2005, encontra-se a Policarbonatos do Brasil, a Incomprel, a Petroflex, a Jauense do Nordeste entre outras.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2005-2009

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	516.734	41
Atividade mineral e beneficiamento	349.839	15
Calçados/Têxtil/Confecções	1.181.609	43
Complexo madeireiro	7.955.219	16
Eletroeletrônico	392.792	28
Metal-mecânico	582.479	31
Químico-petroquímico	3.358.870	67
Reciclagem	4.628	3
Transformação petroquímica	3.827.335	50
Outros	552.192	9
Total	18.721.697	303

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/06/05.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2005-2009

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	12.041	3
Chapada Norte	60.599	8
Chapada Sul	15.018	3
Extremo Sul	6.681.567	9
Grande Recôncavo	1.641.460	60
Mata Atlântica	236.139	19
Metropolitano	9.486.146	172
Nordeste	24.187	3
Oeste do São Francisco	313.000	4
Planalto Central	135.000	1
Planalto Sudoeste	102.850	17
A Definir	13.690	4
Total	18.721.697	303

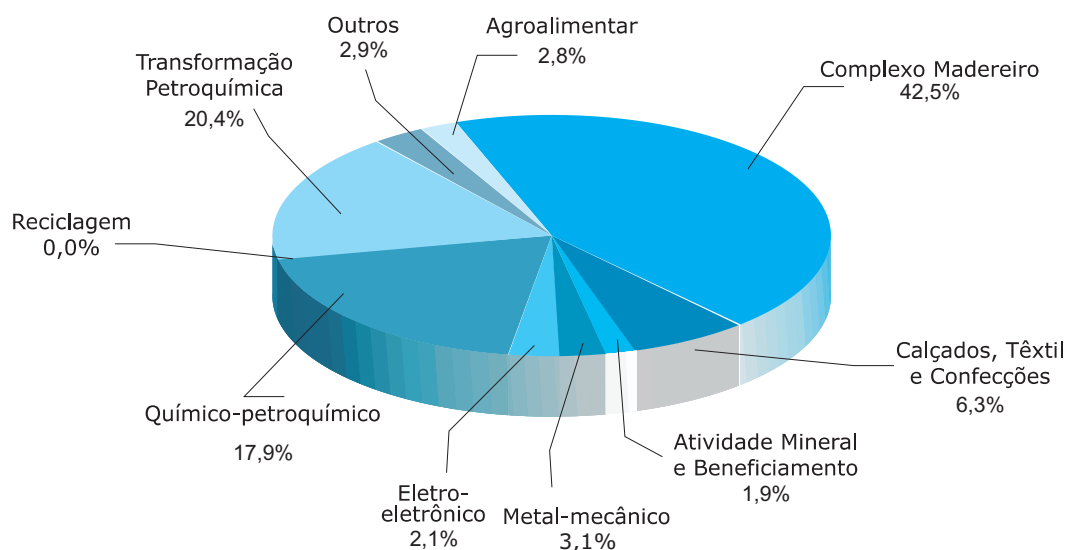
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/06/05.

Investimentos previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: www.sei.ba.gov.br



Notícias

Negócios

Empresa investirá US\$ 500 milhões em Camaçari

Com planta instalada no Pólo Industrial de Camaçari, a Bahia Pulp está investindo cerca de US\$ 500 milhões em um amplo projeto de expansão, que visa acrescentar 250 mil toneladas de celulose solúvel (polpa para acetato) à atual capacidade produtiva anual da unidade, que é de 115 mil toneladas. A ampliação está prevista para começar este mês ou, no mais tardar, em julho, e as novas instalações entram em operação até o segundo semestre de 2007. As obras vão absorver três mil trabalhadores. “Quando em pleno funcionamento, devemos ter um quadro com cerca de 800 colaboradores diretos e 3,5 mil indiretos”, adianta.

Atualmente, a companhia possui 358 profissionais próprios e terceirizados na atividade industrial, além de mais dois mil empregados atuando nas áreas de floresta. Segundo o diretor, as 365 mil toneladas anuais de celulose solúvel - registrada com a marca de Solucell - que passarão a ser fabricadas na unidade têm mercado assegurado Sérgio Kilpp explica que uma das vantagens competitivas da Bahia Pulp está no custo de produção da celulose na Bahia e no país, já que as árvores de eucalipto estão prontas para consumo industrial em sete anos ou até menos.

“Outra vantagem da empresa são os custos operacionais menores, associados à alta qualidade dos nossos produtos”, assegura o dirigente. Kilpp explica que a empresa dispõe de mais de 70 mil hectares de plantações de eucalipto no estado, localizados em municípios a cerca de 100km da fábrica.

Bahia Pulp triplicará capacidade. Correio da Bahia, 03/06/2005.

Reserva mineral pode garantir mais de US\$ 4 bilhões em investimentos na Bahia

A empresa baiana Mineração Brasileira de Ferro (MBF), do empresário João Carlos Cavalcanti, iniciou esta semana as negociações para a transferência dos direitos de exploração do primeiro bloco de minério de ferro descoberto no município de Caetité, no oeste da Bahia. O processo é coordenado pela Metaldada Engenharia. Estudos prévios identificaram reserva geológica na região e indicam volume aproximado de 4 bilhões de toneladas de minério, 80% desse total considerado de baixa concentração de ferro.

Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão ligado ao Ministério de Minas e Energia (MME), o crescimento da demanda mundial de minério de ferro e o avanço tecnológico do setor mudaram radicalmente o perfil econômico da mineração.

A MBF afirma que 17 grupos ligados à mineração e à siderurgia participam a partir de agora da disputa pelo primeiro bloco que será disponibilizado de um total de três. Segundo Cavalcanti, é um leilão no qual o DNPM diz que o detentor do direito minerário pode fazer a cessão deste em negociação de mercado. A forma dessa negociação é um risco e uma opção do proprietário do direito. Basta apenas, para oficialização do negócio, a averbação do contrato no órgão.

Cavalcanti tem, de acordo com o DNPM, 60 direitos minerários. Além desse bloco, o geólogo trabalha numa extensão da reserva entre Caetité e Boquira, cuja previsão é que alcance cerca de 2,6 bilhões de toneladas de minério, e outra próxima a Xique-Xique. Nesta, não há estimativas da reserva geológica. O negócio pode mudar a geografia da mineração e da siderurgia brasileira. O complexo industrial, processamento mineral e transporte para o porto não demandam cifra inferior a US\$ 4 bilhões.

17 empresas disputam reserva mineral baiana. A Tarde, 22/06/2005.

Investimentos devem dobrar a produção de gás natural da Bahia

O grupo Queiroz Galvão vai receber financiamento de R\$ 245 milhões, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para aplicação no Projeto Manati, primeiro campo produtor de gás natural off-shore (em mar) da Bahia, no baixo sul do

estado. A empresa detém 55% do empreendimento, que poderá dobrar a produção baiana de gás, hoje em 6,1 milhões de metros cúbicos diários. A produção deve ser iniciada em março de 2006, e estão sendo previstos investimentos, na primeira etapa, da ordem de R\$ 1,2 bilhão. A Queiroz Galvão tem como sócias no projeto a Petrobras (35%) e a Petroserv (10%).

O diretor de Exploração e Produção da Queiroz Galvão, o baiano José Augusto Fernandes Filho, informou que somente a companhia deve aplicar cerca de R\$ 620 milhões na primeira fase de Manati, sendo que R\$ 490 milhões financiados. O Banco do Nordeste (BNB) também vai garantir crédito de igual valor ao do BNDES, e os acionistas irão aplicar R\$1 24,6 milhões. Os recursos serão utilizados na perfuração de sete poços, na construção de uma plataforma, de um gasoduto de 130 km e na implantação de uma estação de tratamento em terra, no município de São Francisco do Conde.

A estimativa é que, logo no primeiro ano, o campo alcance uma produção diária de mais de seis milhões de metros cúbicos, volume que deve ser mantido por quatro anos. Segundo o diretor, quando o projeto estiver implantado, serão criados 65 postos de trabalho. O Campo de Manati está localizado na Bacia de Camamu, distante 10 km de Morro de São Paulo e 65 km de Salvador.

Produção baiana de gás deve dobrar até 2006. Correio da Bahia, 20/06/2005.

Indicadores

Bahia mantém ritmo crescente das exportações

As exportações baianas em maio cresceram 53,1% com relação ao mesmo período do ano passado. As vendas ao mercado externo totalizaram US\$ 390,4 milhões, uma receita 7,3% superior a abril deste ano. O resultado mensal reforça a expansão dos negócios externos este ano, apesar da queda do dólar.

Segundo o Promo-Centro Internacional de Negócios da Bahia, órgão da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, o acumulado das exportações em 2005 atingiu US\$ 1,8 bilhão, superando em 50,5% as vendas externas nos primeiros cinco meses de 2004.

Os principais produtos exportados em maio foram os automóveis, com vendas de US\$ 68,8 milhões e au-

mento de 99,6%, o óleo combustível com vendas de US\$ 37,4 milhões e aumento de 41%, o farelo de soja com faturamento de US\$ 31,6 milhões e o fio de cobre com US\$ 14,7 milhões. Os principais mercados compradores foram a Argentina com 20% das compras, o México com 13% e os Estados Unidos com 11%. As maiores empresas exportadoras em maio deste ano foram: Ford Motor Company Brasil Ltda, Braskem S/A, Petróleo Brasileiro SA (Petrobras), Caraíba Metais S/A, Bahia Sul Celulose S/A e Gerdau Acominas S/A.

As exportações, em maio, cresceram tanto em volume (+37,5%), quanto em aumento de preços. De acordo com dados do Promo, a variação média de preços das exportações baianas teve alta de 10% nos primeiros cinco meses deste ano, na comparação com igual período do ano passado, chegando a uma taxa de +27% no caso dos petroquímicos, principal segmento exportador do Estado.

Exportações da Bahia crescem 53 % em maio. Promo, 21/06/2005.

Ação Governamental

Projeto de revitalização da citricultura beneficia produtores do Litoral Norte

Mais de 100 produtores do Litoral norte assinam contratos de financiamento do Programa de Revitalização da Citricultura (BahiaCitros), onde totalizando R\$ 896 mil, os recursos liberados pela Desenbahia vão contemplar 78 agricultores de Inhambupe e 38 de Itapicuru.

A disponibilização de recursos financeiros é uma das metas do BahiaCitros, que tem o objetivo de revitalizar e fortalecer a citricultura baiana a partir da capacitação de pequenos produtores, da distribuição de tecnologia e assistência técnica. São beneficiados com financiamentos mini, pequenos e médios citricultores com propriedades rurais cujas áreas de exploração com cítricos sejam inferiores a 20 hectares.

Nos próximos três anos vão ser investidos R\$ 78,2 milhões para melhorar a produtividade de cítricos no estado, que tem uma área plantada de 49,5 mil hectares e é o segundo maior produtor de cítricos do país.

As ações coordenadas e executadas pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e demais parceiros e vão envolver pequenos produtores

de sete regiões do estado, visando a ampliação da produtividade dos pomares em 30% e o reaquecimento da economia local com a geração de 10 mil novos postos de trabalho.

BahiaCitros leva benefícios a produtores. Diário Oficial, 18 e 19/06/2005.

Governador assina ordem de serviço para restauração de trecho da BA-650

A ordem de serviço para a restauração da BA-650, no trecho que liga os municípios de Ipiáú e Ibirataia, foi assinada pelo governador Paulo Souto na cidade de Ibirataia. Na oportunidade, foi autorizado, além da recuperação do trecho rodoviário entre Ibirataia e Ipiáú, a construção de uma unidade do Programa Saúde da Família, de 30 casas através do Kit Moradia, um Infocentro composto por dez computadores, e também a construção de viveiros para produção de mudas clonadas de cacau, resistentes à praga da vassoura-de-bruxa.

O trecho da BA-650 a ser restaurado faz escoamento de pecuária, com 905 veículos por dia que utilizam esse percurso. A obra está prevista para ser entregue em 240 dias e sofrerá serviços de restauração em concreto betuminoso usinado a quente (CBQU). São 15,5 quilômetros de extensão, com custo de obra de R\$ 8.206.465,05.

Governador assina, entre outras ações, ordem de serviço para recuperar estrada em Ibirataia. Diário Oficial, 12/06/2005.

Governo baiano leva o Nossa Raiz para região de Santo Antonio de Jesus

Mais de três mil produtores familiares do recôncavo sul terão incentivos do Programa de Desenvolvimento da Mandiocultura (Nossa Raiz). A iniciativa contemplará 34 municípios da região com capacitação, assistência técnica e pesquisa, além do fornecimento de 3,4 mil kits produtividade. O investimento será de 6,1 milhões.

Em todo o estado, o Nossa Raiz vai envolver 5,4 mil pequenos produtores de 47 municípios do recôncavo sul e do baixo sul, onde o governador lançou o programa recentemente. O investimento nas duas regiões será superior a R\$ 10 milhões.

O programa, cuja proposta engloba a criação de alternativas para o aumento da eficiência da cadeia produ-

tiva da mandioca, tem recursos do Fundo de Combate à Pobreza e será implementado pelas Secretarias da Agricultura (Seagri) e de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp), sendo a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) responsável pela coordenação.

Segundo maior produtor de mandioca do país, a Bahia alcançou o patamar de 4 milhões de toneladas do produto em 2003, em uma área plantada de 325.529 hectares.

Nossa Raiz vai ser lançado em Santo Antônio de Jesus. Diário Oficial, 16/06/2005.

Governo assina convênio para promoção da produção sisaleira

O Governo do Estado, a Agência de Promoção às Exportações (Apex) e o Sindicato das Indústrias de Fibras Vegetais da Bahia (Sindifibras) assinam convênio para promover a inserção competitiva das indústrias baianas de sisal de pequeno e médio porte no comércio exterior. O convênio, intitulado Programa Setorial Integrado de Internacionalização de Empresas Produtoras de Sisal, prevê o fortalecimento da cadeia produtiva, a capacitação das pequenas e médias empresas para os mercados internacionais, além da identificação de novas aplicabilidades do sisal.

Hoje a Bahia possui uma área sisaleira de 400 mil quilômetros quadrados, envolvendo mais de 74 municípios, com população estimada em 2,9 milhões de habitantes. O segmento gera aproximadamente 600 mil empregos diretos e indiretos. O sisal é utilizado na confecção de fios agrícolas e de embalagem, estofados, celulose, tapetes e cordas. Além disso, várias novas aplicações estão sendo testadas, principalmente na indústria automobilística e na construção civil.

As ações da Secretaria da Agricultura (Seagri) para acelerar o desenvolvimento do sisal estão contempladas no convênio, como o Programa de Incentivo à Lavoura do Sisal na Bahia, o Nossa Fibras, lançado este ano com o objetivo de recuperar a cultura do sisal, aumentar a renda dos produtores e a oferta de fibra de boa qualidade no mercado. Os beneficiários do programa serão os agricultores familiares enquadrados no Pronaf e suas organizações.

Ao final de três anos, o programa espera recuperar 35 mil hectares de sisal, pôr em funcionamento 200 mo-

tores, implantar duas unidades de pesquisa nos pólos Nordeste e Piemonte da Diamantina, instalar quatro bateadeiras comunitárias e oito unidades didáticas. No mesmo período, o Nossa Fibra ainda prevê a capacitação de 24 técnicos, 1,4 mil produtores e 40 trabalhadores beneficiadores da fibra. A meta é aumentar a produtividade nos campos de sisal de 853kg/hectare para 1300 kg/hectare.

Convênio de R\$ 2 milhões para o sisal será assinado amanhã. Diário Oficial, 22/06/2005.



União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.453, de 02 de junho de 2005 – Dá nova redação a dispositivos do decreto nº 4.735, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, do Conselho de Governo.

Decreto nº 5.454, de 02 de junho de 2005 – Dispõe sobre a execução do vigésimo sexto protocolo adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 39, entre os governos da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela, de 31 de janeiro de 2005.

Decreto nº 5.465, de 14 de junho de 2005 – Promulga a decisão CMC nº 17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a decisão nº 1/98, que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul, aprovada por ocasião da XXIII reunião do referido órgão do Mercosul, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Decreto nº 5.466, de 15 de junho de 2005 – Altera as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidentes sobre produtos que menciona.

Decreto nº 5.467, de 15 de junho de 2005 – Estabelece termos e condições para a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita de venda dos produtos de informática de que trata o Programa de Inclusão Digital, nos termos do § 2º do art. 28 da medida provisória nº 252, de 15 de junho de 2005.

Decreto nº 5.474, de 22 de junho de 2005 – Regulamenta a lei nº 10.849, de 23 de março de 2004, que cria o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira, institui o grupo gestor do Profrota Pesqueira e dá outras providências.

Medidas Provisórias

Medida provisória nº 251, de 14 de junho de 2005

– Institui o Programa Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a lei nº 5.337, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.

Medida provisória nº 252, de 15 de junho de 2005

– Institui o Regime Especial de Tributação para Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão digital, dispõe sobre incentivos fiscais para inovação tecnológica e dá outras providências.

Secretaria da Receita Federal

Instruções normativas

Instrução normativa nº 544, de 14 de junho de 2005

– Dispõe sobre a não incidência da CPMF na hipótese de não apresentação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social de que trata o § 2º do art. 1º da instrução normativa SRF nº 531, de 30 de março de 2005, e altera a instrução normativa SRF nº 497, de 24 de janeiro de 2005.

Instrução normativa nº 546, de 16 de junho de 2005

– Dispõe sobre contribuição para PIS/Pasep e a

Cofins incidentes sobre receitas auferidas por empresas estabelecidas na ZFM.

Instrução normativa nº 551, de 22 de Junho de 2005 – Disciplina o despacho aduaneiro de importação e exportação de remessas expressas.

Atos Declaratórios

Ato declaratório executivo nº 21, de 28 de maio de 2005 – Divulga a cotação média do dólar dos Estados Unidos da América No mês de maio do ano-calendário de 2005, para efeito de apuração do ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie.

Ato declaratório executivo nº 43, de 1º de junho de 2005 – Divulga a taxa de juros do mês de maio de 2005.

Banco Central do Brasil

Circulares

Carta-circular nº 3.191, de 09 de junho de 2005 – Esclarece sobre a forma de apuração dos valores relativos ao cumprimento da exigibilidade de aplicação dos recursos captados em depósitos de poupança.

Estado

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto financeiro nº 140 de 28 de Junho de 2005 – Abre ao orçamento fiscal crédito suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

Decreto nº 9.440, de 31 de maio de 2005 – Estabelece regras e procedimentos administrativos a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual na celebração de contratos de locação de bens imóveis e dá outras providências.

Decreto nº 9.441, de 06 de junho de 2005 – Cria a estação ecológica do Rio Preto, localizada nos mu-

nícipios de Formosa do Rio Preto e de Santa Rita de Cássia, e dá outras providências.

Decreto nº 9.455, de 13 de junho de 2005 – Dispõe sobre o prazo de recolhimento do ICMS, referente às operações e prestações realizadas no mês de maio de 2005.

Decreto nº 9.456, de 13 de junho de 2005 – Aprova o regulamento do Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia – FIES.

Decreto nº 9.457, de 14 de junho de 2005 – Dispõe sobre o sistema de registro de preços, no âmbito da administração pública estadual, e dá outras providências.

Decreto nº 9.471 de 27 de junho de 2005 – Altera os decretos nº 9.257, de 30 de novembro de 2004, e nº 9.323, de 01 de fevereiro de 2005, que tratam do Selo Incentivo Municipal da Bahia – SIM, e dá outras providências.

Leis

Lei nº 9.510, de 31 de maio de 2005 – Cria a carreira de Regulador da Assistência em Saúde, no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado, reestrutura o cargo de sanitaria e altera as leis nº 7.306, de 23 de janeiro de 1998, 8.361, de 213 de setembro de 2002, e 8.889, 01 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Lei nº 9.511, de 03 de junho de 2005 – Institui o programa Jovens Baianos e dá outras providências.

Lei nº 9.512, de 06 de junho de 2005 – Reajusta os vencimentos, soldos, gratificações e proventos das carreiras e cargos de provimento temporário que especifica, na forma que indica, e dá outras providências.

Lei nº 9.513, de 06 de julho de 2005 – Altera a finalidade, estrutura organizacional e de cargos em comissão da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, e dá outras providências.

Lei nº 9.516, de 07 de junho de 2005 – Cria a Colônia Penal de Simões Filho, o Conjunto Penal de Serriinha e a Unidade Especial Disciplinar, altera a estrutura de cargos em comissão da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos e dá outras providências.

Lei nº 9.517, de 08 de junho de 2005 – Autoriza a utilização de crédito orçamentário especial para reali-

zação de despesas atinentes aos serviços de transporte hidroviário e dá outras providências.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 313 de 08 de junho de 2005 – Altera para o exercício de 2005, o orçamento analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Junho/2005						
Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas%		Índice acumulado	
	Jun/04	Jun/05	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	-0,10	-0,23	2,45	4,10	343674,3	230,39
Habituação e encargos	0,87	2,05	12,05	15,12	647778,1	518,01
Artigos de residência	0,11	-0,73	3,04	5,42	286823,1	239,72
Vestuário	0,18	-0,12	2,63	6,34	310665,3	182,33
Transporte e comunicação	2,72	0,42	0,46	8,89	564640,8	611,07
Saúde e cuidados pessoais	0,47	0,34	3,73	8,45	586195,9	312,31
Despesas pessoais	1,03	1,13	3,83	5,45	635526,4	364,41
Geral	0,71	0,28	3,32	6,81	445174,7	310,21

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Junho/2005					
Capitais	Valor da Cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações Acumuladas %		Porcentagem do Salário Mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	147,40	3,06	12,25	6,48	53,2
Belém	153,86	-5,08	2,78	1,95	55,54
Belo Horizonte	168,07	-6,81	10,38	1,95	60,66
Brasília	173,01	-7,37	2,54	4,57	62,45
Curitiba	168,40	-4,94	8,01	-0,32	60,78
Florianópolis	165,85	-1,78	5,36	1,36	59,86
Fortaleza	145,20	1,96	16,41	4,81	52,41
Goiânia	157,43	-0,95	5,74	6,05	56,82
João Pessoa	144,04	3,00	14,20	8,22	51,99
Natal	139,74	-0,70	6,02	-0,11	50,44
Porto Alegre	182,05	-3,74	4,18	-0,56	65,71
Recife	148,44	1,01	20,69	12,20	53,58
Rio de Janeiro	172,26	-4,20	4,16	0,78	62,18
Salvador	136,95	-2,46	8,83	0,63	49,43
São Paulo	183,14	-2,91	6,35	4,71	66,10
Vitória	162,89	-4,61	6,90	2,97	58,79

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2004/2005						
Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (Kg/ha)		
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁴	117.989	116.261	-1,5	24.576	24.389	-0,8
Algodão Herbáceo	704.163	867.563	23,2	3.453	3.345	-3,1
Alho	6.867	6.603	-3,8	6.571	6.544	-0,4
Amendoim	12.331	7.718	-37,4	1.680	1.233	-26,6
Arroz Total	63.369	90.426	42,7	2.144	2.426	13,2
Arroz Sequeiro	50.719	72.545	43,0	1.913	2.200	15,0
Arroz Irrigado	12.650	17.881	41,4	4.161	4.168	0,2
Batata-inglesa	177.000	132.000	-25,4	31.607	32.195	1,9
Cana-de-açúcar	5.027.980	4.961.149	-1,3	57.965	56.837	-1,9
Cebola	131.464	125.746	-4,3	21.248	20.523	-3,4
Feijão Total	330.734	411.417	24,4	474	667	40,8
Feijão 1ª Safra	129.778	131.260	1,1	389	519	33,4
Sequeiro	82.129	70.006	-14,8	379	529	39,6
Irrigado	3.961	5.520	39,4	2.751	2.667	-3,1
Caupi	43.668	55.734	27,6	378	471	24,6
Feijão 2ª Safra	200.956	280.157	39,4	542	770	42,1
Sequeiro	173.428	251.321	44,9	489	726	48,5
Irrigado	23.802	24.187	1,6	2.261	2.218	-1,9
Caupi	3.726	4.649	24,8	631	657	4,1
Fumo	9.730	11.237	15,5	893	930	4,1
Mamona	114.125	169.812	48,8	773	1.003	29,8
Mandioca	4.156.403	4.447.073	7,0	12.439	12.832	3,2
Milho Total	1.610.560	1.451.174	-9,9	2.154	2.243	4,2
Milho 1ª Safra	1.417.674	1.110.244	-21,7	3.131	3.100	-1,0
Sequeiro	1.317.574	1.059.283	-19,6	3.018	3.042	0,8
Irrigado	100.100	50.961	-49,1	6.145	5.176	-15,8
Milho 2ª Safra	192.886	340.930	76,8	774	1.181	52,6
Sequeiro	191.690	339.598	77,2	770	1.178	53,0
Irrigado	1.196	1.332	11,4	3.147	3.149	0,1
Soja	2.364.480	2.505.600	6,0	2.880	2.880	0
Sorgo Granífero	109.649	94.248	-14,0	1.788	1.714	-4,1
Tomate	192.216	169.202	-12,0	38.981	37.318	-4,3
Tomate de Mesa	192.216	169.202	-12,0	38.981	37.318	-4,3
Tomate para Indústria	nd	nd		nd	nd	-
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	844.739	860.317	1,8	14.056	13.886	-1,2
Cacau	134.780	137.942	2,3	253	252	-0,4
Café	129.598	135.243	4,4	876	926	5,7
Castanha-de-cajú	5.479	5.729	4,6	280	286	2,1
Coco-da-baía ⁴	689.712	703.767	2,0	8.948	8.964	0,2
Dendê	171.044	nd	-	4.114	nd	-
Guaraná	2.350	1.916	-18,5	392	346	-11,7
Laranja ⁵	774.003	795.143	2,7	15.857	15.860	0,0
Mamão ⁵	723.239	722.779	-0,1	50.263	50.368	0,2
Maracujá ⁴	114.147	nd	-	12.920	nd	-
Pimenta-do-reino	3.074	3.062	-0,4	2.493	2.500	0,3
Sisal	187.247	203.091	8,5	861	895	3,9
Uva	85.910	85.639	-0,3	25.216	25.210	0,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2005 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro (Desconsidera variação percentual)

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2004 / 2005

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.851	4.767	-1,7	4.801	4.767	-0,7	50	0
Algodão Herbáceo	203.939	259.353	27,2	203.939	259.353	27,2	0	0
Alho	1.045	1.009	-3,4	1.045	1.009	-3,4	0	0
Amendoim	7.339	6.257	-14,7	7.339	6.257	-14,7	0	0
Arroz Total	29.551	37.270	26,1	29.551	37.270	26,1	0	0
Arroz Sequeiro	26.511	32.980	24,4	24.977	32.980	32,0	1.534	0
Arroz Irrigado	3.040	4.290	41,1	3.040	4.290	41,1	0	0
Batata-inglesa	5.600	4.100	-26,8	5.600	4.100	-26,8	0	0
Cana-de-açúcar	86.967	87.288	0,4	86.742	87.288	0,6	225	0
Cebola	6.187	6.127	-1,0	6.187	6.127	-1,0	0	0
Feijão Total	834.870	704.546	-15,6	704.331	616.618	-12,5	130.539	87.928
Feijão 1ª Safra	429.856	340.619	-20,8	333.482	252.691	-24,2	96.374	87.928
Sequeiro	299.054	219.842	-26,5	216.482	132.412	-38,8	82.572	87.430
Irrigado	1.440	2.070	43,8	1.440	2.070	43,8	0	0
Caupi	129.362	118.707	-8,2	115.560	118.209	2,3	13.802	498
Feijão 2ª Safra	405.014	363.927	-10,1	370.849	363.927	-1,9	34.165	0
Sequeiro	387.483	345.949	-10,7	354.413	345.949	-2,4	33.070	0
Irrigado	10.529	10.907	3,6	10.529	10.907	3,6	0	0
Caupi	7.082	7.071	-0,2	5.907	7.071	19,7	1.175	0
Fumo	10.894	12.088	11,0	10.894	12.088	11,0	0	0
Mamona	149.623	169.256	13,1	147.698	169.256	14,6	1.925	0
Mandioca	345.220	356.907	3,4	334.132	346.561	3,7	11.088	10.346
Milho Total	759.648	674.501	-11,2	702.029	646.861	-7,9	57.619	27.640
Milho 1ª Safra	470.542	385.755	-18,0	452.808	358.115	-20,9	17.734	27.640
Sequeiro	454.252	375.910	-17,2	436.518	348.270	-20,2	17.734	27.640
Irrigado	16.290	9.845	-39,6	16.290	9.845	-39,6	0	0
Milho 2ª Safra	289.106	288.746	-0,1	249.221	288.746	15,9	39.885	0
Sequeiro	288.726	288.323	-0,1	248.841	288.323	15,9	39.885	0
Irrigado	380	423	11,3	380	423	11,3	0	0
Soja	821.000	870.000	6,0	821.000	870.000	6,0	0	0
Sorgo Granífero	61.475	55.000	-10,5	61.313	55.000	-10,3	162	0
Tomate	4.931	4.534	-8,1	4.931	4.534	-8,1	0	0
Tomate de Mesa	4.931	4.534	-8,1	4.931	4.534	-8,1	0	0
Tomate para Indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Lavouras Permanentes								
Banana	61.148	61.956	1,3	60.100	61.956	3,1	1.048	0
Cacau	544.068	547.525	0,6	533.529	547.525	2,6	10.539	0
Café	148.253	146.011	-1,5	147.874	146.011	-1,3	379	0
Castanha-de-cajú	19.832	20.008	0,9	19.595	20.008	2,1	237	0
Coco-da-baía	79.303	78.513	-1,0	77.080	78.513	1,9	2.223	0
Dendê	41.579	nd	-	41.579	nd	-	-	-
Guaraná	6.003	5.537	-7,8	5.993	5.537	-7,6	10	0
Laranja	49.023	50.134	2,3	48.810	50.134	2,7	213	0
Mamão	15.560	14.350	-7,8	14.389	14.350	-0,3	1.171	0
Maracujá	8.857	nd	-	8.835	nd	-	22	-
Pimenta-do-reino	1.250	1.225	-2,0	1.233	1.225	-0,6	17	0
Sisal	223.364	227.024	1,6	217.464	227.024	4,4	5.900	0
Uva	3.407	3.397	-0,3	3.407	3.397	-0,3	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2005 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Abr/2005				%
Classes e Gêneros	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	2,2	5,2	3,9	9,1
Extrativa mineral	-3,0	-4,3	-2,1	0,4
Indústria de transformação	2,6	5,8	4,3	9,6
Alimentos e Bebidas	4,6	4,3	12,1	11,9
Celulose, papel e produtos de papel	-5,3	35,2	8,6	-1,2
Refino de petróleo e álcool	2,3	9,1	0,6	21,6
Produtos químicos	-2,2	3,9	4,8	5,3
Borracha e plástico	1,7	1,6	-1,7	9,1
Minerais não metálicos	-0,6	4,7	7,5	15,0
Metalurgia básica	-2,7	-17,4	-7,9	-1,7
Veículos automotores	nd	58,7	52,6	46,0

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Abr/2004 - Abr/2005				%
Períodos	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Abril 2004	-3,9	5,7	6,9	0,5
Maio	1,5	11,7	7,9	0,6
Junho	9,8	22,3	10,2	2,3
Julho	-10,6	5,8	9,6	3,3
Agosto	0,6	7,4	9,3	4,7
Setembro	1,0	4,0	8,7	4,1
Outubro	-0,4	7,4	8,5	4,8
Novembro	3,7	32,4	10,4	8,9
Dezembro	-0,8	12,7	10,6	10,6
Janeiro	-0,8	8,8	0,7	0,0
Fevereiro	0,6	1,9	0,8	0,8
Março	0,0	6,2	6,2	1,6
Abril 2005	2,6	-3,5	1,4	1,1

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Abr/2005				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	20,1	2,7	12,4	11,4
Residencial	0,8	2,6	7,4	5,5
Industrial ¹	4,1	17,6	14,5	10,6
Comercial	0,5	3,8	8,5	6,7
Utilidades Públicas ²	3,5	1,7	3,7	2,9
Setor Público	6,1	2,0	5,7	4,1
Concessionária	1,1	1,1	2,4	-1,3
Total	3,6	10,7	11,3	8,5

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: GEAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF, COPENE e Mercado Livre

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Abr/2005				%
Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	0,5	6,7	8,1	9,1
Combustíveis e Lubrificantes	2,1	-13,8	-11,4	-3,7
Hipermercados, Supermercados, produtos alimentícios, Bebidas e Fumo	-3,4	8,7	11,0	10,2
Hipermercados e Supermercados	-2,7	4,9	9,1	10,1
Tecidos, Vestuário e Calçados	6,7	24,8	15,2	9,4
Móveis e Eletrodomésticos	4,5	44,0	43,1	44,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	12,8	6,8	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	-13,2	-2,7	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	32,0	30,6	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	-2,4	7,4	nd
Veículos, Motos e Peças	9,2	25,2	16,1	21,0
Material de construção	nd	-4,01	-1,09	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 - Set/2003						%
Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Maio/2004 - Maio/2005						%
Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³
Maio 2004	2,5	-2,2	-5,2	4,9	8,5	2,1
Junho	-1,9	-3,6	-4,9	-2,0	10,4	3,4
Julho	1,8	-6,9	-5,2	2,9	7,1	4,0
Agosto	3,2	5,3	-4,0	3,7	20,1	5,9
Setembro	-10,9	-16,3	-5,4	-5,4	6,1	5,9
Outubro	1,9	-11,5	-6,0	4,1	9,8	6,3
Novembro	8,2	6,2	-5,0	-8,0	11,6	6,7
Dezembro	0,3	-14,6	-5,9	18,5	2,6	6,3
Janeiro	-2,5	-6,5	-6,0	-6,4	6,9	6,4
Fevereiro	-9,7	-0,6	-3,8	-12,9	13,6	6,8
Março	10,8	-10,3	-6,1	8,0	-7,9	5,7
Abril	-12,5	-11,1	-7,3	-12,0	-8,7	4,8
Maio 2005	12,4	-2,3	-6,3	11,9	-2,6	4,3

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Maio/2005

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	25,8	25,1	29,1
Desemprego Aberto	15,5	14,4	19,9
Desemprego Oculto	10,3	10,6	9,2
Participação (PEA/PIA)	60,7	61,2	58,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Maio/2005

%

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2004	14,9	14,3	62,4	63,3
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9
Março	14,0	13,0	60,4	60,6
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Maio/2005**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310

Variação mensal

Mai-05/Abr-05	0,9	0,7	1,4	-0,8	0,7	0,4
----------------------	------------	------------	------------	-------------	------------	------------

Variação no ano

Mai-05/Dez-04	0,1	-1,3	4,3	2,7	-1,0	4,0
----------------------	------------	-------------	------------	------------	-------------	------------

Variação anual

Mai-05/Mai-04	0,2	0,0	0,7	7,1	-2,6	0,4
----------------------	------------	------------	------------	------------	-------------	------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Maio/2005							
Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 -Maio/2005										
Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Abr/2005							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ¹			Assalariados ²			
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9	
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9	
Março	702	361	84,3	803	446	84,1	
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5	
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5	
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9	
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2	
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8	
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9	
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8	
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0	
Dezembro	650	355	76,1	754	442	76,9	
Janeiro 2005	686	370	79,6	790	456	80,0	
Fevereiro	714	391	82,6	812	475	81,9	
Março	743	392	85,6	843	480	84,7	
Abril	719	381	82,5	820	453	82,0	
Variação mensal							
Abr-05/Mar-05	-3,7	-3,3	-3,7	-3,2	-6,0	-3,2	
Variação no ano							
Abr-05/Dez-04	8,4	5,2	8,4	6,6	0,5	6,6	
Variação anual							
Abr-05/Abr-04	2,0	3,6	2,0	0,7	-1,2	0,7	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

² Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês

³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Abril - 2005.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Abr/2005					
R\$					
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maio	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974
Outubro	287	307	403	686	2.034
Novembro	260	299	386	688	2.021
Dezembro	239	317	406	701	2.032
Janeiro 2005	236	338	409	737	2.124
Fevereiro	253	346	434	752	2.110
Março	269	346	439	762	2.182
Abril	272	340	443	732	2.154

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Abril de 2005

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado						
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ¹						
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Abr/2005						
R\$						
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maio	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388
Outubro	638	907	517	619	720	392
Novembro	628	848	515	620	711	380
Dezembro	634	821	498	639	715	373
Janeiro 2005	671	908	504	676	754	389
Fevereiro	683	910	508	689	764	396
Março	715	1041	541	689	797	421
Abril	693	992	525	662	775	421

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Abril de 2005

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Abr/2005

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembr	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616
Dezembr	101	260	355	700	1.500	260	300	442	811	1.522
Janeiro 2005	120	260	370	711	1.511	260	302	456	847	1.622
Fevereiro	131	260	391	799	1.516	260	303	475	900	1.700
Março	150	261	392	800	1.611	260	302	480	903	1.813
Abril	130	261	381	763	1.513	260	301	453	899	1.765

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Abril de 2005

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2004 - Maio/2005

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Trans.	Const. Civil	Comércio	Serviços
2004	52.724	14.686	187	14.648	20.957
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dezembro	-5.187	-714	-988	138	-782
2005	33.318	5.728	4.387	4.390	11.551
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho/04 - Mai/05	58.042	13.850	4.195	14.666	24.754

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Flutuação Mensal do Emprego**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Maio/005**

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	23.824	5.238	812	5.829	12.949
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dezembro	-702	-73	-244	-104	-111
2005	10.384	1.370	2.280	1.158	7.302
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Jun/04 - Maio/05	27.813	5.217	3.214	5.667	16.020

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2005							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Mar-Abr/2005 (c)	% (c/b)	Jan a Abr/2005 (d)	% (d/b)	
Receitas Correntes	514.206.446	514.206.446	85.981.987	16,7	167.507.589	32,6	346.698.857
Receita Tributária	147.418.884	147.418.884	27.748.263	18,8	51.652.830	35,0	95.766.054
Receita de Contribuições	318.753.568	318.753.568	49.704.558	15,6	97.737.815	30,7	221.015.753
Receita Patrimonial	13.799.462	13.799.462	2.376.797	17,2	4.824.399	35,0	8.975.063
Receita Agropecuária	19.349	19.349	3.073	15,9	6.118	31,6	13.231
Receita Industrial	676.011	676.011	69.446	10,3	128.578	19,0	547.433
Receita de Serviços	20.752.799	20.752.799	3.521.100	17,0	8.164.745	39,3	12.588.054
Transferências Correntes	475.127	475.127	16.615	3,5	39.617	8,3	435.510
Outras Receitas Correntes	12.311.246	12.311.246	2.542.135	20,6	4.953.487	40,2	7.357.759
Receitas de Capital	156.361.503	156.361.503	14.321.417	9,2	33.757.919	21,6	122.603.584
Operações de Crédito	100.804.832	100.804.832	6.546.994	6,5	20.594.021	20,4	80.210.811
Alienação de Bens	4.651.596	4.651.596	211.973	4,6	252.171	5,4	4.399.425
Amortizações de Empréstimo	27.675.693	27.675.693	3.236.720	11,7	5.760.664	20,8	21.915.029
Transferências de Capital	69.448	69.448	5.288	7,6	8.291	11,9	61.157
Outras Receitas de Capital	23.159.934	23.159.934	4.320.442	18,7	7.142.772	30,8	16.017.162
Subtotal das Receitas (I)	670.567.949	670.567.949	100.303.404	15,0	201.265.508	30,0	469.302.441
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	935.835.222	935.835.222	111.557.962	11,9	204.568.249	21,9	731.266.973
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	927.423.392	927.423.392	111.421.372	12,0	203.730.043	22,0	723.693.349
Interna	886.267.910	886.267.910	108.919.817	12,3	196.941.370	22,2	689.326.540
Externa	41.155.482	41.155.482	2.501.555	6,1	6.788.673	16,5	34.366.809
Refinanciamento de Outras Dívidas	8.411.830	8.411.830	136.590	1,6	838.206	10,0	7.573.624
Interna	12.512	12.512	145	1,2	289	2,3	12.223
Externa	8.399.318	8.399.318	136.445	1,6	837.917	10,0	7.561.401
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	1.606.403.171	211.861.366	13,2	405.833.757	25,3	1.200.569.414
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (IIII+IV)	1.606.403.171	1.606.403.171	211.861.366	13,2	405.833.757	25,3	1.200.569.414
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	0	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União									
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2005								R\$ 1.000	
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/ c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Mar-Abr/ 2006 (d)	Jan a Abr/ 2005 (e)	Mar-Abr/ 2006 (f)	Jan a Abr/ 2005 (g)		
Despesas Correntes	528.066.381	766.378	528.832.759	31.610.698	441.279.237	74.049.288	144.938.157	27,4	383.894.602
Pessoal e Encargos Sociais	98.109.568	199.545	98.309.113	6.389.208	67.637.602	13.534.134	28.360.822	28,8	69.948.291
Juros e Encargos da Dívida	110.834.622	-	110.834.622	355.083	109.516.088	13.958.599	27.350.066	24,7	83.484.556
Outras Despesas Correntes	319.122.191	566.833	319.689.024	24.866.407	264.125.547	46.556.555	89.227.269	27,9	230.461.755
Transf. a Estados, DF e Municípios	110.079.171	2.138	110.081.309	6.198.862	94.180.357	16.464.099	32.138.613	29,2	77.942.696
Benefícios Previdenciários	129.324.656	-	129.324.656	3.991	128.575.498	20.476.472	40.635.949	31,4	88.688.707
Demais Despesas Correntes	79.718.364	564.695	80.283.059	18.663.554	41.369.692	9.615.984	16.452.707	20,5	63.830.352
Despesas de Capital	121.352.041	261.636	121.613.677	3.133.760	79.938.377	15.334.327	18.140.215	14,9	103.473.462
Investimentos	21.356.743	253.615	21.610.358	1.802.327	2.069.414	167.427	187.946	0,9	21.422.412
Inversões Financeiras	33.764.265	8.021	33.772.286	863.332	16.784.394	3.143.855	5.307.787	15,7	28.464.499
Amortização da Dívida	66.231.033	-	66.231.033	468.101	61.084.569	12.023.045	12.644.482	19,1	53.586.551
Reserva de Contingência	21.618.689	(307.412)	21.311.277	-	-	-	-	-	21.311.277
Subtotal das Despesas (I)	671.037.111	720.602	671.757.713	34.744.458	521.217.614	89.383.615	163.078.372	24,3	508.679.341
Amortização da Dívida Refinanciamento (II)	935.366.060	0	935.366.060	39.462	929.040.008	96.656.897	187.992.796	20,1	747.373.264
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	926.954.230	0	926.954.230	0	920.643.390	96.520.307	187.154.590	20,2	739.799.640
Refinanciamento de Outras Dívidas	8.411.830	0	8.411.830	39.462	8.396.618	136.590	838.206	10,0	7.573.624
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	720.602	1.607.123.773	34.783.920	1.450.257.622	186.040.512	351.071.168	21,8	1.256.052.605
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	54.762.589	-	-
Total (III+IV)	1.606.403.171	720.602	1.607.123.773	34.783.920	1.450.257.622	186.040.512	405.833.757	-	1.256.052.605

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2005							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Bim. Mar/Abr	%	No exercício	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	13.382.064	13.506.842	2.055.203	15,22	4.247.946	31,45	9.258.896
Receita Tributária	7.760.919	7.760.919	1.129.993	14,56	2.384.723	30,73	5.376.196
Impostos	7.556.067	7.556.067	1.092.035	14,45	2.316.833	30,66	5.239.233
Taxas	204.852	204.852	37.958	18,53	67.890	33,14	136.962
Receita de Contribuições	1.133.301	1.133.301	194.515	17,16	378.257	33,38	755.044
Contribuições Sociais	1.133.301	1.133.301	194.515	17,16	378.257	33,38	755.044
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.269	207.269	26.416	12,74	47.919	23,12	159.350
Receitas Imobiliárias	24.962	24.962	791	3,17	1.425	5,71	23.537
Receitas de Valores Mobiliários	174.026	174.026	25.183	14,47	45.565	26,18	128.461
Receitas de Concessões e Permissões	3.266	3.266	441	13,51	929	28,43	2.337
Outras Receitas Patrimoniais	5.015	5.015	1	0,01	1	0,01	5.014
Receita Agropecuária	1.213	1.213	4	0,33	4	0,33	1.209
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	1.007	1.007	4	0,40	4	0,40	1.003
Outras Receitas Agropecuárias	206	206	-	-	-	-	206
Receita Industrial	94	94	-	-	-	-	94
Receita da Indústria de Transformação	94	94	-	-	-	-	94
Receita de Serviços	72.751	72.751	4.992	6,86	9.652	13,27	63.099
Receita de Serviços	72.751	72.751	4.992	6,86	9.652	13,27	63.099
Transferências Correntes	4.937.920	4.954.799	754.637	15,23	1.559.649	31,48	3.395.151
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	4.782.853	4.791.153	732.929	15,30	1.512.697	31,57	3.278.457
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	11.067	3.513	1.213	34,53	1.329	37,83	2.184
Transferências de Convênios	144.000	160.132	20.495	12,80	45.623	28,49	114.509
Outras Receitas Correntes	488.408	596.307	127.786	21,43	254.852	42,74	341.455
Multas e Juros de Mora	117.525	117.525	16.789	14,29	34.654	29,49	82.870
Indenizações e Restituições	31.845	31.845	1.274	4,00	12.096	37,98	19.749
Receita da Dívida Ativa	6.600	6.600	1.344	20,37	2.487	37,68	4.113
Receitas Correntes Diversas	332.438	440.337	108.379	24,61	205.615	46,69	234.723
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.219.811)	(1.219.811)	(183.140)	15,01	(387.109)	31,74	(832.701)
Receitas de Capital	1.126.855	1.127.676	28.489	2,53	67.816	6,01	1.059.859
Operações de Crédito	799.782	799.782	27.841	3,48	64.822	8,10	734.960
Operações de Crédito Internas	414.645	414.645	20.741	5,00	29.899	7,21	384.746
Operações de Crédito Externas	385.137	385.137	7.100	1,84	34.923	9,07	350.214
Alienação de Bens	145.615	146.420	159	0,11	1.656	1,13	144.764
Alienação de Bens Móveis	141.970	141.970	132	0,09	1.588	1,12	140.382
Alienação de Bens Imóveis	3.645	4.451	27	0,60	69	1,54	4.382
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	133	4,43	133	4,44	2.867
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.000	133	4,44	133	4,44	2.867
Transferências de Capital	175.008	175.023	356	0,20	1.205	0,69	173.818
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	72	72	-	-	-	-	72
Transferências do Exterior	160	160	-	-	-	-	160
Transferências de Convênios	174.776	174.791	356	0,20	1.205	0,69	173.586
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Outras Receitas	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Subtotal das Receitas (I)	14.508.919	14.634.518	2.083.692	14,24	4.315.763	29,49	10.318.755
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	14.508.919	14.634.518	2.083.692	14,24	4.315.763	29,49	10.318.755
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	14.508.919	14.634.518	2.083.692	14,24	4.315.763	29,49	10.318.755
Saldo de Exercícios Anteriores (VI)	-	-	-	-	107.522	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanco Orçamentário - Despesa Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Abr/2005								R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Mar/Abr	No Exercício	Bim. Mar/Abr	No Exercício	
Despesas Correntes	11.851.823	130.612	11.982.435	1.763.994	3.435.740	1.720.255	3.302.689	8.679.747
Pessoal e Encargos Sociais	5.736.607	(926)	5.735.681	833.889	1.755.046	839.243	1.748.627	3.987.054
Juros e Encargos da Dívida	778.269	-	778.269	95.101	179.323	95.101	179.223	599.046
Outras Despesas Correntes	5.336.947	131.538	5.468.485	835.004	1.501.371	785.911	1.374.838	4.093.647
Despesas de Capital	2.625.596	15.372	2.640.968	353.583	577.362	304.238	512.377	2.128.591
Investimentos	1.544.975	75.273	1.620.248	178.326	219.015	128.979	154.029	1.466.219
Inversões Financeiras	216.460	(59.901)	156.559	13.115	35.967	13.117	35.967	120.591
Amortização da Dívida	864.161	-	864.161	162.142	322.380	162.142	322.380	541.781
Reserva de Contingência	31.500	(20.385)	11.115	-	-	-	-	11.115
Subtotal das Despesas (VII)	14.508.919	125.599	14.634.518	2.117.577	4.013.102	2.024.493	3.815.066	10.819.452
Amortização da Dívida Refinanciamento (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Com Refinanciamentos (IX) = (VII+VIII)	14.508.919	125.599	14.634.518	2.117.577	4.013.102	2.024.493	3.815.066	10.819.452
Superávit (X)	-	-	-	-	-	-	500.697	-
Total (XI) = (IX+X)	14.508.919	125.599	14.634.518	2.117.577	4.013.102	2.024.493	4.315.763	10.819.452

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2004 - Abr/2005						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	484.463	636.043	37.074	30.157	521.538	666.200
Fevereiro	438.218	525.513	45.857	63.017	484.075	588.530
Março	468.157	486.953	46.489	48.790	514.646	535.743
Abril	699.160	526.342	48.642	67.908	747.802	594.250
Maio	532.332		54.678		587.009	
Junho	531.331		63.295		594.626	
Julho	554.265		65.912		620.176	
Agosto	577.960		60.630		638.590	
Setembro	567.226		57.974		625.200	
Outubro	649.095		44.657		693.752	
Novembro	513.166		37.186		550.352	
Dezembro	610.156		71.658		681.814	
Total	6.625.528		634.052		7.259.580	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária ¹ - Bahia: Jan/2004 - Abr/2005						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	551.045	648.176	42.170	30.732	593.214	678.908
Fevereiro	493.101	533.380	51.600	63.960	544.701	597.341
Março	521.922	489.413	51.828	49.037	573.750	538.450
Abril	770.615	526.342	53.613	67.908	824.228	594.250
Maio	578.283		59.398		637.681	
Junho	569.861		67.885		637.746	
Julho	587.785		69.898		657.683	
Agosto	604.982		63.464		668.447	
Setembro	590.888		60.392		651.281	
Outubro	672.600		46.274		718.874	
Novembro	527.405		38.218		565.623	
Dezembro	623.853		73.267		697.120	
Total	7.092.341		678.007		7.770.348	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI

¹ Valores atualizados a preços de abril/2005 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2004 - Abr/2005												R\$ 1.000
Períodos	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	-	-	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	21.103	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232
Dezembro	190.056	1.911.709	11.312	121.702	-	21.103	14.426	211.827	9.217	118.901	225.011	2.385.243
Janeiro 2005	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

Município

Balanço Orçamentário ¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2005							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-c)
			Mar-Abr/2005 (b)	% B/A	Jan-Abr/2005 (c)	% C/A	
Receitas Correntes	1.590.281	1.590.281	221.299	13,9	484.272	30,5	1.106.009
Receita Tributária	559.548	559.548	80.814	14,4	193.828	34,6	365.720
Impostos	470.000	470.000	67.075	14,3	159.902	34,0	310.098
Taxas	89.548	89.548	13.524	15,1	33.565	37,5	55.983
Outras Receitas Tributárias	-	-	215	-	361	-	(361)
Receita de Contribuições	118.300	118.300	15.212	12,9	28.609	24,2	89.691
Contribuições Sociais	83.500	83.500	9.115	10,9	14.981	17,9	68.519
Contribuições Econômicas	34.800	34.800	6.097	17,5	13.628	39,2	21.172
Receita Patrimonial	50.602	50.602	6.984	13,8	10.217	20,2	40.385
Receitas Imobiliárias	2.320	2.320	192	8,3	310	13,4	2.010
Receitas de Valores Mobiliários	14.737	14.737	4.106	27,9	6.653	45,1	8.084
Receitas de Concessões e Permissões	32.495	32.495	2.686	8,3	3.252	10,0	29.243
Outras Receitas Patrimoniais	1.050	1.050	-	-	2	0,2	1.048
Receita de Serviços	15.912	15.912	279	1,8	495	3,1	15.417
Receita de Serviços	15.912	15.912	279	1,8	495	3,1	15.417
Transferências Correntes	807.949	807.949	119.325	14,8	244.949	30,3	563.000
Transf. Intergovernamentais	762.507	762.507	115.489	15,1	238.089	31,2	524.418
Transf. de Instituições Privadas	432	432	156	-	156	36,1	276
Transferências de Convênios	45.010	45.010	3.680	8,2	6.704	14,9	38.306
Outras Receitas Correntes	110.450	110.450	9.821	8,9	28.780	26,1	81.670
Multas e Juros de Mora	38.540	38.540	4.907	12,7	9.590	24,9	28.950
Indenizações e Restituições	4.310	4.310	673	15,6	1.219	28,3	3.091
Receita da Dívida Ativa	62.700	62.700	3.489	5,6	14.230	22,7	48.470
Receitas Correntes Diversas	4.900	4.900	752	15,3	3.741	76,3	1.159
Dedução da Receita p/FUNDEF	(72.480)	(72.480)	(11.136)	15,4	(22.606)	31,2	(49.874)
Receitas de Capital	74.918	74.918	4.413	5,9	7.278	9,7	67.640
Operações de Crédito	13.620	13.620	2.413	17,7	2.413	17,7	11.207
Operações de Crédito Internas	13.620	13.620	2.413	17,7	2.413	17,7	11.207
Alienação de Bens	100	100	-	-	-	-	100
Alienação de Bens Móveis	100	100	-	-	-	-	100
Transferências de Capital	61.098	61.098	2.000	3,3	4.865	8,0	56.233
Transf. Intergovernamentais	4.293	4.293	-	-	-	-	4.293
Transferências de Convênios	56.805	56.805	2.000	3,5	4.865	8,6	51.940
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Subtotal das Receitas (I)	1.665.199	1.665.199	225.712	13,6	491.550	29,5	1.173.649
Déficit (II)							
Total (III)= (I+II)	1.665.199	1.665.199	225.712	13,6	491.550	29,5	1.173.649
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balço Orçamentário Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan - Abr/2005									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mar-Abr/ 2005 (d)	Jan-Abr/ 2004 (e)	Mar-Abr/ 2005 (f)	Jan-Abr/ 2005 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.436.417	1.252	1.437.669	165.734	717.334	190.510	341.225	23,7	1.096.444
Pessoal e Encargos Sociais	572.365	(2.194)	570.171	33.077	345.225	73.010	153.451	26,9	416.720
Juros e Encargos da Dívida Interna	77.248	-	77.248	10.167	31.557	11.846	23.628	30,6	53.620
Outras Despesas Correntes	786.804	3.446	790.250	122.490	340.552	105.654	164.146	20,8	626.104
Despesas de Capital	223.282	(1.252)	222.030	23.919	51.226	21.254	33.912	15,3	188.118
Investimentos	146.887	(1.252)	145.635	10.339	21.831	11.110	14.449	9,9	131.186
Inversões Financeiras	3.530	-	3.530	1.300	3.200	1.098	1.897	53,7	1.633
Amortização da Dívida	72.865	-	72.865	12.280	26.195	9.046	17.566	24,1	55.299
Reserva de Contingência	5.500	-	5.500	-	-	-	-	-	5.500
Subtotal das Despesas (I)	1.665.199	-	1.665.199	189.653	768.560	211.764	375.137	22,5	1.290.062
Superávit (II)	-	-	-	-	-	13.948	116.413	-	-
Total (III) = (I+II)	1.665.199	-	1.665.199	189.653	768.560	225.712	491.550	29,5	1.290.062

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

A SEI mais perto de VOCÊ.



Londres	Aracaju	Boa Vista do Tupim	Araraquara		
Feira de Santana	São Paulo	Campinas	Natal	Terezina	
Lisboa	Alagoinhas	Washington	Petrolina	Valença	Curitiba
Luxemburgo	Caetité	Cruz das Almas	Vitória	Xique-Xique	Viçosa
Lauro de Freitas	Brasília	Maceió	Serrinha	Goiânia	Rio de Janeiro
Cuiabá	São Luís	Belém	Recife	Caxias do Sul	Porto Velho
Aracruz	Taguatinga	Fortaleza	Manaus	Seabra	Santo Amaro

**Visite o site da SEI e conheça os 300 endereços
onde você pode consultar as nossas
publicações em Salvador e outras cidades do
Brasil e do mundo.**

Economia	Sociedade	Cartografia	Geografia
Informação ambiental	Documentos históricos		
Censo demográfico	Estatística	Conjuntura e Planejamento	
Revistas temáticas	Estudos e pesquisas	Bahia em dados	
Boletins	Séries especiais	Mapas	Vídeos



**Acesse www.sei.ba.gov.br
e encontre um endereço próximo de você.**

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

